

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MATHEUS QUINTINO DUARTE**

**SOFT POWER BRITÂNICO**

**O uso da música britânica como forma de persuasão cultural no  
território estadunidense entre os anos de 2012 e 2014**

**RECIFE**

**2016**

**MATHEUS QUINTINO DUARTE**

**SOFT POWER BRITÂNICO**

**O uso da música britânica como forma de persuasão cultural no  
território estadunidense entre os anos de 2012 e 2014**

Monografia apresentada à Faculdade  
Damas da Instrução Cristã - FADIC,  
como requisito para obtenção do título  
de Bacharel em Relações Internacionais.

**ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luciana  
Campelo de Lira**

**RECIFE**

**2016**

**MATHEUS QUINTINO DUARTE**

**SOFT POWER BRITÂNICO**

**O uso de música como forma de persuasão cultural britânica no  
território estadunidense entre os anos de 2012 e 2014**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Orientadora Luciana Campelo de Lira  
**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**

---

Prof. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares  
**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**

---

Prof<sup>ª</sup>. Joyce Helena Silva  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE**

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a minha família por ter me apoiado durante esse período, principalmente a minha mãe que sempre se deu o trabalho de me acalmar nos momentos de ansiedade em que eu achei que não iria conseguir terminar a tempo. Também quero agradecer aos meus amigos que reconheciam a minha dificuldade de estar com eles e de lhes dar atenção nessa fase da minha formação. Agradecimentos também são necessários para os meus colegas de turma, não só pelos últimos quatro anos, mas também por nossas conversas a respeito da dificuldade de produzir nossos trabalhos de conclusão de curso, que me acalmavam, funcionando como a melhor das sessões de terapia.

Agradeço também a minha professora orientadora Luciana Lira. Sou muito grato por sua paciência, sua orientação, sua disposição para construir esse trabalho comigo e por enriquecer a minha formação, pois as suas aulas sempre me inspiraram e contribuíram para o meu interesse por estudos culturais. Também quero agradecer ao professor Pedro Soares, não só por seu acompanhamento e ajuda na construção deste trabalho desde a fase de pré-projeto, mas também por seu olho crítico em diferentes momentos do processo de escrita.

## **SOFT POWER BRITÂNICO**

### **O uso de música britânica como forma de persuasão cultural no território estadunidense entre os anos de 2012 e 2014**

**Matheus Quintino Duarte\***

#### **Resumo**

As relações de poder no sistema internacional tomam diversas formas, sendo este exercido pela coerção, pela imposição econômica ou por *soft power* que se baseia na cooperação voluntária por decorrência de uma disseminação de cultural feita pelos países, que faz deles mais atrativos para estrangeiros. Nesse contexto, o Reino Unido se mostra um caso interessante pois faz uso dessa forma de poder não só através do sistema privado, mas também por meio do governo que reconhece a importância dessa esfera do poder e investe em suas indústrias culturais. Entre essas indústrias culturais temos justamente a música britânica, que tem forte índices de aceitação no mundo todo por decorrência da disseminação de diversos elementos reconhecíveis e aceitos em seus materiais fonográficos. Entre os consumidores internacionais dessa música britânica, se encontra os Estados Unidos, que não só são dos que mais consomem esses produtos culturais, mas também compõem a nacionalidade não europeia que mais viaja para o país.

Palavras-Chave: *Soft Power*; Indústria Cultural; Música Britânica; Atratividade; Reino Unido; Estados Unidos.

---

\* Aluno concluinte do curso de Relações Internacionais

## **Abstract**

Power relations in the international system take different forms. Power can be established through coercion, economic influence or soft power, which is based on voluntary cooperation as a result of the dissemination of cultural values and products by countries around the world, because this dissemination increases the attractiveness of those countries to foreigners. When it comes to power being asserted through cultural products, the United Kingdom is an interesting case to be studied, because it makes use of this form of power not only through the private system but also through the government that recognizes the importance of this form of dominance and invests in its national cultural industries. Among these cultural industries we have British music, which has strong acceptance rates worldwide due to the dissemination of several recognizable and accepted elements in their phonographic materials. Among the international buyers of British music there is the United States, which not only are strong consumers of these cultural products but it's citizens are also the non-European nationality that travels the most to the United Kingdom.

**Keywords:** Soft Power; Cultural Industries; British Music; Attractiveness; United Kingdom; United States.

## **Lista de Gráficos**

<b>Gráfico 1: Porcentagem de álbuns britânicos vendidos nos Estados Unidos de 2006 a 2015</b> .....	<b>101</b>
<b>Gráfico 2: Estimativa do impacto econômico causado por choques externos ao crescimento do PIB do Reino Unido de 1988 a 2012.....</b>	<b>104</b>
<b>Gráfico 3: PIB do Reino Unido de 2012 a 2014.....</b>	<b>106</b>
<b>Gráfico 4: Taxas de Crescimento do PIB do Reino Unido de 2006 a 2014.....</b>	<b>107</b>
<b>Gráfico 5: Gráfico Comparativo de número de visitas por estrangeiros ao Reino Unido entre 2010 e 2014.....</b>	<b>130</b>
<b>Gráfico 6: Comparação de propósitos de viagem à Grã Bretanha no ano de 2014.....</b>	<b>131</b>
<b>Gráfico 7: Nacionalidades que mais visitaram o Reino Unido em 2014.....</b>	<b>132</b>
<b>Gráfico 8: Nacionalidades que mais gastaram em suas viagens ao Reino Unido .....</b>	<b>133</b>

## **Lista De Siglas**

ONS – *Office for National Statistics*

BPI – *British Phonographic Industry*

UK – Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte

UKTI – *UK Trade and Investment*

ONU – Organização das Nações Unidas

BBC – *British Broadcasting Company*



## Sumário

Introdução .....	11
<b>1. A Cultura como forma de poder e o comércio cultural internacional.....</b>	<b>17</b>
1.1 As relações de poder para Bobbio .....	17
1.2. <i>Soft Power</i> e a dualidade do poder nas Relações Internacionais.....	19
1.2.2. A Alta Cultura e o Entretenimento de Massa como forma de <i>Soft Power</i> .....	23
1.3. A Indústria Cultural de Adorno .....	27
1.4. A hegemonia da língua inglesa .....	28
1.4.1 A Colonização Britânica no Mundo e Seus Resultados.....	29
1.4.2. O Inglês nas Relações Internacionais .....	36
1.4.3 A predominância da língua inglesa na mídia e no entretenimento de massa .....	37
1.5. Aceitação dos valores liberais no Ocidente .....	43
1.5.1. O Pensamento Lockeano, sua contribuição para a Revolução Francesa, e a centralização do indivíduo.....	44
1.5.2 As diferentes aplicabilidades do Liberalismo .....	47
1.6. A música como representação de uma cultura e o consumo de música no mundo globalizado.....	49
1.6.1. A influência da cultura no comportamento do consumidor .....	51
<b>2. A formação das identidades nacionais .....</b>	<b>53</b>
2.1. A Nação e o Nacionalismo para os teóricos clássicos e contemporâneos.....	53
2.2. A cultura e o discurso nacional.....	62
<b>3. A formação da identidade nacional inglesa e o Soft Power Britânico nos Estados Unidos. 71</b>	<b>71</b>
3.1. Os primeiros povos britânicos e a unificação da Inglaterra .....	71
3.2. Os primeiros sinais de pertencimento à Inglaterra .....	73
3.3. As disparidades de organização governamental nas ilhas britânicas .....	75
3.4. As invasões inglesas no arquipélago britânico .....	76
3.5. Os Atos de União .....	79
3.6. Coesão cultural dentro do Reino Unido .....	85
3.7. A peculiaridade do nacionalismo inglês e a invenção da nação inglesa .....	89
3.8. O <i>Soft Power</i> Britânico .....	97
3.9. Música inglesa nos Estados Unidos.....	99
<b>4. O <i>Soft Power</i> Britânico em meio à crise econômica e o investimento governamental no segmento artístico.....</b>	<b>103</b>
4.1 As crises financeiras globais e o seus impactos no Reino Unido .....	103
4.1.1 O corte de gastos militares .....	107

<b>4.2 Recursos de <i>Soft Power</i> do Reino Unido .....</b>	<b>109</b>
<b>4.2.1. As fontes de <i>Soft Power</i> ligadas à cultura e à sociedade Civil .....</b>	<b>109</b>
<b>4.2.2. Fontes de <i>Soft Power</i> ligadas ao Estado .....</b>	<b>116</b>
<b>4.2.3. Benefícios da imagem da União Europeia .....</b>	<b>119</b>
<b>4.4. O posicionamento do governo quanto à <i>Soft Power</i> e o incentivo governamental no segmento midiático. ....</b>	<b>121</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>128</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>135</b>

## Introdução

O ramo acadêmico das Relações Internacionais é consideravelmente abrangente, principalmente quando se leva em conta os diferentes campos de análise possíveis da disciplina, por decorrência da alta dinamicidade e variedade dos fatores que afetam as relações entre países e pessoas de diferentes nacionalidades.

Um dos vários campos de estudo das Relações Internacionais, é o campo dos estudos culturais. Esses estudos são importantes, pois trazem um melhor entendimento de como a cultura de um país afeta a de outro, indo da formação de opiniões individuais às relações políticas, pois estas não só podem como são afetadas pelos mais diversos fatores, estando entre eles a disseminação internacional de produtos culturais.

As relações culturais sempre foram muito dinâmicas, mas, recentemente, com a globalização e os meios de comunicação de massa, é muito difícil achar um país cuja cultura não tenha sido afetada por outra. Os contatos e trocas culturais não são algo novo, mas o mundo globalizado trouxe a novidade da difusão e do contato cultural intenso entre países com extrema distância geográfica.

A cultura de um povo diz muito sobre ele. Segundo Edward. B.Tylor (1884), o primeiro a conceituar cultura em 1884,

define-se cultura como uma propriedade humana ímpar, baseada em uma forma simbólica, 'relacionada ao tempo', de comunicação, vida social, e a qualidade cumulativa de interação humana, permitindo que as ideias, a tecnologia e a cultura material se "empilhem" no interior dos grupos humanos" (Taylor *apud* Mintz, 1982).

As artes são de grande importância para enriquecimento e representação de uma cultura e a música não é diferente. A música é um produto cultural socialmente valorizado. Segundo Roberto Garfias (2004), artistas produzem música a partir de tudo que aprenderam e escutaram, sendo um produto das influências históricas, políticas e econômicas que afetam de forma única e exclusiva cada povo. As criações musicais de cada grupo social são únicas, pois são uma combinação entre contextos culturais e históricos, a imaginação e a criatividade humana, resultando em um produto extremamente característico e próprio. Música é importante, pois é uma forma de expressão tanto individual quanto grupal, dentro de cada contexto complexo e específico.

A própria identidade cultural dos grupos pode estar fortemente conectada à música, pois esta tem a capacidade de conectar pessoas, despertar ou acionar estados emotivos específicos, satisfazer necessidades emocionais e funcionar como um meio de expressão pessoal e coletivo. Gêneros musicais podem ainda muitas vezes servir como elemento de categorização social, pelos valores e símbolos que não só criam comunidades, mas também encaixam indivíduos em tais, afetando assim o processo de formação da identidade cultural dos atores sociais.

Segundo Garfias (2004), quando os indivíduos escutam música, eles procuram algo familiar e algo diferente ao mesmo tempo. Se não forem encontrados elementos reconhecíveis no que se está ouvindo, é necessário fazer sentido do material fonográfico em questão sem uma base reconhecível para guiar esse processo e, portanto, a assimilação desse material fonográfico está comprometida. Nesse contexto, esses pontos reconhecíveis se encontram justamente na cultura do ouvinte.

Música tem uma capacidade de conexão entre indivíduos, pois estabelece uma troca entre quem escuta e quem reproduz os sons, sendo essa conexão feita através da disseminação de elementos reconhecíveis como estilos musicais, idioma e valores culturais. Cada vez mais, a disseminação musical, no mundo globalizado, tem agido em prol da conexão entre povos que se encontram em diferentes partes do mundo. Essa conexão se dá não só entre povos que tem características culturais similares, mas também entre populações extremamente diferentes (troca entre povos ocidentais e orientais), quebrando barreiras linguísticas, sonoras e culturais.

A globalização aumenta a disseminação de diferentes estilos e elementos musicais, ampliando o número de fatores reconhecíveis nos materiais fonográficos pulverizados internacionalmente, criando uma maior capacidade de interação e mistura, tanto nesse segmento criativo, quanto no âmbito cultural como um todo.

Essa capacidade de conexão é utilizada não só artisticamente, mas também politicamente, como descrito na teoria de Joseph Nye (2004), denominada de *Soft Power*. Segundo Nye (2004), a identidade e a cultura de um povo podem e são incorporadas, tanto nas estratégias de dominação de um país, quanto nos seus discursos políticos, pois a disseminação cultural entre nações cria imagens e representações sobre estas. Essa imagem, afeta não só a forma com que as populações desses países irão ver as nações a fazer tal disseminação, mas também como os países em questão iram se

relacionar politicamente, já que as identidades culturais são resultados de valores defendidos por cada cultura, funcionando assim como elemento de conexão pacífica e natural entre nações.

Nos tempos modernos o uso de “*soft power*” se torna não só cada vez mais comum, mas também mais necessário, pois o uso da coerção como forma de poder mais e mais mostra seus limites. Dentro desse contexto, o Reino Unido da Grã Bretanha não é diferente. Ele não só dissemina sua cultura no âmbito internacional para criar certo “encanto” quanto ao país, mas tem a indústria fonográfica local como carro chefe desse processo, e no plano internacional, grande parte dos consumidores dessa indústria se encontra nos Estados Unidos da América.

Então, esse trabalho tem o intuito de analisar como essa venda de música inglesa nos Estados Unidos, subsidia o “*soft power*”<sup>1</sup> do Reino Unido dentro do território americano, entre os anos de 2012 e 2014, com enfoque nas características e similaridades ideológicas entre os países, e na disseminação de elementos reconhecíveis no mundo globalizado por parte das indústrias culturais anglo-saxônicas, nos anos de pico da indústria fonográfica britânica, em pleno século XXI.

Um ranking feito em julho de 2015 pela *Portland Communications*, mostra que o primeiro lugar em capacidades de *soft power* é do Reino Unido, pois este é o único que possui boas condições em todas as seis categorias, sendo elas: Governo, cultura, educação engajamento global, empresariado e digital. Os seus pontos mais fortes são cultura, digital e engajamento global. (PORTLAND COMMUNICATIONS, 2015)

De acordo com Geoff Taylor, chefe executivo do BPI (*British Phonographic Industry*), uma parte essencial do “*soft power*” britânico é justamente a sua indústria cultural, e, especialmente, a performance dinâmica da sua indústria musical. De acordo com Taylor, o fato de que cinco dos dez álbuns mais vendidos no mundo serem ingleses mostra que a indústria musical do país não só é muito importante para a balança comercial e economia inglesas, mas também é fundamental para a promoção de uma imagem positiva do Reino Unido no mundo todo. (BPI, 2015)

---

<sup>1</sup> O termo criado por Joseph Nye em seu livro *Soft Power* (2004), para definir a habilidade de influenciar as atitudes de outros através de atração ou persuasão ao invés da coerção.

O segmento faz uma grande contribuição financeira e social para o Reino Unido mesmo em tempos de crise, pois com altos números de venda dentro e fora do país, gera empregos e atrai muitos turistas que gastam altas quantidades de dinheiro em festivais musicais e diversas outras atividades.

Graças a essa contribuição o próprio governo inglês reconhece a sua a sua importância e investe no segmento com o *Music Exports Growth Scheme* (MEGS) que foi lançado em 2013. O MEGS é um programa da BPI financiado pelo Governo Britânico que doa dinheiro a companhias de artistas ingleses independentes para lançá-los internacionalmente com o intuito de aumentar o número de artistas ingleses no cenário musical internacional.

De acordo com o *Office for National Statistics* (ONS) do Reino Unido, em 2012, Londres teve o maior número de turistas internacionais desde 1960, e a grande maioria desses turistas eram norte americanos, sendo estes também fortes consumidores de música inglesa, onde entre os anos de 2012 a 2014, artistas ingleses estão entre os cinco álbuns mais comprados nos EUA. (ONS, 2013; BPI; 2016; BBC, 2013)

Portanto, o estudo desse processo de crescimento do “*soft power*” britânico através da indústria musical é de extrema importância pois traz um maior entendimento não só a respeito da indústria que funciona como carro chefe da venda de cultura britânica, mas também traz questões globais, políticas e culturais, para que se entenda a fundo as razões por trás do investimento governamental nesse segmento e como ele afeta a forma que estrangeiros veem o país, mais especificamente, como a indústria cultural britânica afeta a visão da população dos Estados Unidos quanto ao Reino Unido, já que são estes não só fortes consumidores da música que vem deste, mas são também, estes os estrangeiros não europeus que mais visitam o país. (ONS, 2014)

Outro fator que faz do estudo desse tema relevante, é justamente por explicar como o poder no sistema internacional não se limita apenas às capacidades financeiras e militares, mas também às capacidades de difusão cultural no mundo interconectado, e como essas três faces da hegemonia internacional não andam separadas, mas sim em conjunto. Nesse espectro cultural do poder nas Relações Internacionais, temos justamente a explanação de como a música pode ser utilizada como uma forma de difusão de valores amplamente aceitos, principalmente no ocidente, por decorrência do

pensamento iluminista e do poder concentrado nas mãos de nações anglo-saxônicas em diferentes épocas da historia humana.

Esse trabalho também contribui para o ramo acadêmico. Por compor um estudo a respeito do “*soft power*” do Reino Unido, entre os anos de 2012 e 2014, é realizado, então, uma exame de acontecimentos recentes sob a ótica de uma teoria que foi elaborada há mais de dez anos atrás. Esse trabalho traz, então, uma análise mais atual que demonstra a evolução e os novos desdobramentos dos fatores expostos por Joseph Nye (2004), colocando ainda os Estados Unidos como receptores de “*soft Power*” e não como difusores, se diferenciando da grande maioria dos textos acadêmicos a respeito dessa esfera do poder internacional.

Esse trabalho também se faz relevante por trazer um maior entendimento de porque o Reino Unido ocupa o primeiro lugar em atratividade internacional, o porquê da preocupação estatal a respeito de *soft power*, traz um mapeamento das fontes de atratividade do Reino Unido para nações ao redor do mundo e como essas capacidades se convertem em poder no sistema internacional.

Por fim, o estudo desse tema também é importante, pois expõe as conexões ideológicas existentes entre os países que fazem com que americanos comprem a música britânica e viagem tanto para o Reino Unido.

É possível, então, delimitar um objetivo principal para esse trabalho que será explanado através de três diferentes análises específicas. O objetivo geral desse trabalho é justamente analisar como a venda de música inglesa dentro dos Estados Unidos subsidia o *soft power* britânico dentro do país, e afeta a forma com que a população americana vê o Reino Unido. Para atingir esse objetivo, será feita uma exposição a respeito dos limites do poder coercitivo no sistema internacional e o papel das indústrias culturais nas relações de poder entre diferentes países. Será feita também uma teorização a respeito do processo de construção de uma cultura nacional e uma conexão dessas teorias ao processo de formação da identidade nacional inglesa destacando a relação desta com a identidade britânica e como ela se conecta ao “*soft power*”. Por último, serão expostas as questões políticas e econômicas dentro da Inglaterra que justificam o investimento estatal nessa capacidade de influência.

A maior parte desse trabalho será feito através do método qualitativo por meio de revisão de literatura a respeito de diferentes subtemas relevantes para a explicação devida da questão de pesquisa desse trabalho. Posteriormente, será utilizado o método quantitativo, a partir da apresentação de dados referentes ao número de americanos que visitaram o Reino Unido nos anos em questão, para expor os frutos resultantes do uso dessa forma de influência por parte da Grã Bretanha, no mundo e dentro do território estadunidense. Esses dados serão adquiridos através do banco de dados do *Office for National Statistics* (ONS) do Reino Unido.



## **1. A Cultura como forma de poder e o comércio cultural internacional**

As relações de poder tem em sua natureza um caráter limitador da sua efetividade quando exercido através da coerção, e por decorrência desse quadro, muitas vezes se faz uso de valores e tradições específicas que são compartilhados para se estabelecer poder sobre o outro. Ao se aplicar isso às Relações Internacionais temos a ideia de *Soft Power* que faz uso das indústrias culturais, entre elas a música, que difunde esses valores específicos e permitir uma visão positiva do país que exporta tal material fonográfico.

Nesse capítulo será abordada, então, a aplicabilidade da utilização política da música, como um produto a ser vendido, que serve como forma de *Soft Power* no ocidente, e mais especificamente, entre nações anglo-saxônicas que compartilham valores comuns, além da mesma língua, que permitem uma assimilação devida de materiais fonográficos.

### **1.1As relações de poder para Bobbio**

Noberto Bobbio (1983) em seu “Dicionário de Política” define poder da seguinte forma: “Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais” (Bobbio, 1983, p.933).

Ele ainda vai mais a frente e argumenta que o poder sobre o homem é diferente do poder exercido sobre objetos, e que este primeiro é primordial para entender as relações de poder nas relações sociais, e o segundo (poder sobre as coisas) pode ser uma um artifício para se exercer influencia sobre outras pessoas. Porém, é importante não se deixar levar pelas aparências, pois nas relações humanas, o que faz com que o poder exista não é uma posse material (como dinheiro), mas sim o fato de que existe uma pessoa ou grupo de pessoas que serão alvos dessas relações e dessas capacidades. (BOBBIO, 1993)

Segundo Bobbio (1983):

O meu Poder não reside numa coisa (no dinheiro, no caso), mas no fato de que existe um outro e de que este é levado por mim a comportar-se de acordo com os meus desejos. O Poder social não é uma coisa ou a sua posse: é uma relação entre pessoas (Bobbio, 1983, p.934).

Portanto, aqui se faz notar a ideia de que o poder não é necessariamente uma posse de algo, mas sim de uma relação entre pessoas. Segundo Bobbio (1983) existem ainda, o que ele denomina de esferas do poder, pois, segundo ele, este deve ser estudado não só tendo em vista o proprietário e o receptor nas relações de poder, mas também o campo de atividade à qual o poder se refere. Essa ideia é muito importante para a discussão que virá a seguir, pois traz justamente a ideia de que as relações de poder tem contextos específicos que devem ser levados em conta ao estudar tais relações a fundo.

O autor também argumenta que as relações de poder são marcadas por uma ideia de voluntariedade,

mas isto não comporta necessariamente que o comportamento também seja "livre". No caso, por exemplo, do Poder coercitivo, B tem o comportamento desejado por A, só para evitar um mal de ameaça: embora o comportamento não seja livre, B executa-o e por isso é dotado de um mínimo de voluntariedade (Bobbio, 1983, p.935).

Para o autor, alguém pode escolher agir da forma que o outro quer ou não, e a coerção é utilizada nas relações sociais e políticas justamente quando o detentor do poder não mais consegue exercê-lo.

É importante aqui então provocar uma atitude no receptor sem que este saiba que está sob o efeito de uma dominação, fazendo justamente com que o detentor tenha poder sobre o receptor, sem que este saiba que está se comportando da forma que o detentor do poder deseja. Segundo Bobbio (1983):

Isto pode verificar-se, por exemplo, em certos casos de propaganda camuflada. Este tipo de relação, que habitualmente é conhecido pelo nome de MANIPULAÇÃO (v.), entra, certamente, no âmbito do conceito do Poder (Bobbio, 1983, p.935).

Portanto, é possível notar a importância da manipulação nas relações de poder, pois como estas são relações "voluntárias" em que o receptor pode se negar a agir da forma desejada pelo detentor do poder, o poder coercitivo tem suas limitações, é necessário então, fazer com que o dominado aja da forma com que o dominador quer sem que este tenha consciência da dominação, e uma forma de fazer isso é através da manipulação, e esta, ocorre muitas vezes, através de propagandas que escondem suas verdadeiras intenções. (BOBBIO, 1993)

Outra questão relevante descrita por Bobbio (1983) é a questão da conflitualidade do poder. Ele argumenta justamente que o receptor não necessariamente tem que ter aversão e não querer fazer a vontade do detentor do poder, dependendo sua reação justamente da forma com que este o exerce. Segundo Bobbio (1983):

a conflitualidade ou não conflitualidade depende do modo de exercer o Poder. Consideremos, por exemplo, um exercício baseado sobre a persuasão, de um lado, e um exercício baseado sobre a ameaça de uma punição, do outro. Em ambos os casos, por definição, B teria tido — não havendo intervenção de A — um comportamento (que chamados (a) diferente de (b)) que proviria como consequência de tal intervenção. Mas, no caso do Poder de persuasão, B, após a intervenção de A, prefere b a a e, tendo b, se comporta como é de seu agrado se comportar. Por outras palavras, B atribui maior valor ao comportamento que tem depois da intervenção de A do que ao comportamento que teria tido sem tal intervenção. Por consequência podemos dizer que não existe conflito de vontade entre A e B. Bem ao contrário, no caso do Poder baseado sobre ameaça de punição, B, após a intervenção de A, continua a preferir a a b e tem o segundo comportamento não porque o prefira simplesmente ao primeiro, mas prefere-o ao primeiro sem a ameaça de punição feita por A (a-p). Por outras palavras, B atribui menor valor ao comportamento que tem depois da intervenção de A do que ao comportamento que teria tido na ausência de tal intervenção. Podemos dizer, por isso, que nesta relação de Poder existe um conflito de vontade entre A e B. (Bobbio, 1983, p.939)

Aqui Bobbio traz algo extremamente relevante para a discussão desse trabalho, sendo essa justamente o papel da persuasão nas relações de poder, para garantir que não haja conflitos de interesse (presentes nas relações de poder baseadas na coerção) e, conseqüentemente, a dominação seja instituída de forma efetiva, se baseando na falta de embates entre as partes.

Quanto às relações de manipulação, porém, é importante ter em mente que esta só funciona quando é feita de forma que o manipulado não perceba a existência da dominação, existindo aqui, então, um conflito potencial, pois a partir do momento em que o receptor perceber que está sob o poder de alguém, toda a estrutura de manipulação cairá, e o poder não mais pode ser exercido por este meio. (BOBBIO, 1993)

## **1.2. *Soft Power* e a dualidade do poder nas Relações Internacionais**

No campo das relações internacionais, temos em Joseph Nye (2004) com seu livro *Soft Power: “The Means to Success in Wolrd Politics”*, uma expansão dessas ideias explanadas por Bobbio (1983), e, ao mesmo tempo, uma aplicabilidade desse estudo teórico do poder no sistema internacional.

Nye (2004) logo no início de sua obra, já argumenta que poder é justamente a habilidade de influenciar o comportamento do outro para conseguir os resultados que o detentor do poder deseja. Para ele, existe em muitos, uma visão minimalista de poder, que o limita apenas a comandos e coerção, e que não se leva em conta que este tem muitas outras faces e métodos. (NYE, 2004)

Segundo o autor:

sometimes we can get the outcomes we want by affecting behavior without commanding it. If you believe that my objectives are legitimate, I may be able to persuade you to do something for me without using threats or inducements. It is possible to get many desired outcomes without having much tangible power over others (Nye, 2004, p.2)<sup>2</sup>.

A base da teoria de Nye (2004) se encontra justamente na idéia de que existem diferentes formas de poder, existindo o que ele chama da “*Hard Power*” e “*Soft Power*”. Ele argumenta que os Estados fazem uso do que ele chama de “*Hard Power*”, mantendo o poder através de intervenções militares, sanções econômicas e afins, e também a partir do uso de algo que ele chama de “*Soft Power*”, que garante o poder através da difusão de valores específicos que fazem com que os outros ajam da forma que o difusor deseja, sem que haja qualquer tipo de coerção. (NYE, 2004)

Segundo Nye (2004):

Political leaders have long understood the powers that comes from attraction. If I can get you to want to do what I want, then I do not have to use carrots or sticks to make you do it. Whereas leader in authoritarian countries can use coercion and issue commands, politicians in democracies have to rely more on combination of inducement and attraction. Soft Power is a staple of daily democratic politics. The ability to establish preferences tends to be associated with intangible assets such as an attractive personality, culture, political values and institutions, and policies that are seen as legitimate or having moral authority. If a leader represents values that others want to follow, it will cost less to lead<sup>3</sup> (Nye, 2004, p.6).

---

<sup>2</sup> As vezes nós podemos conseguir os resultados que procuramos e alterar comportamentos sem a utilização de comandos. Se você acredita que os meus objetivos são legítimos, eu posso conseguir te persuadir a fazer algo sem utilizar ameaças ou incentivos. É possível conseguir os resultados desejados sem ter muito poder tangível sobre outros. (Minha tradução)

<sup>3</sup> Líderes políticos há muito tempo já entendem os poderes que vem da atração. Se eu posso fazer você querer fazer o que eu quero que você faça, então eu não tenho que fazer uso da coerção para que você faça o que eu quero. Enquanto líderes de países autoritários podem fazer uso da coerção e verbalizar comandos, políticos em democracias tem que fazer uso de uma combinação de indução e atração. *Soft Power* é algo extremamente comum na política democrática atual. A habilidade de estabelecer preferências tende a ser associada a fontes de poder intangíveis como uma personalidade atrativa, cultura, valores políticos, instituições e políticas que são vistas como legítimas ou que tem autoridade moral. Se um líder representa valores que outros querem seguir, vai ser menos custoso para liderar. (Minha tradução)

Percebe-se a importância para democracias de exercer o poder no cenário internacional mais através da atração pela sua cultura e valores políticos, e menos pela imposição de suas vontades e decisões, pois quando se tem valores que outros admiram e querem seguir, o poder se torna mais fácil de ser exercido. (NYE, 2004)

Também é importante ter em mente que *Soft Power* é mais do que influência, pois esta pode ser exercida até mesmo através de ameaças e pagamentos (*Hard Power*), e, como argumenta Nye (2004), *Soft Power* é mais do que persuasão e capacidade de argumento, “its also the hability to attract, and attraction often leads to acquiescence<sup>4</sup>” (Nye, 2004, p.6).

Outro fator importante, é que ao se falar de *Soft Power*, é importante ter em mente que a “munição” do *Soft Power* de um país é justamente as suas características que endossam o seu poder de atração, sendo partes desta a cultura, e sua capacidade de atingir os resultados desejados depende muitos do caso em que se encaixam. Se comportamentos são alterados e definidos por uma atração observável e mesmo tempo intangível, isso quer dizer que este se encontra sob efeito de *Soft Power*. (NYE, 2004)

Segundo Nye (2004):

sometimes the same power resources can affect the entire spectrum of behavior from coercion to attraction. A country that suffers economic and military decline is likely to lose not only its hard-power resources but also some of its ability to shape the international agenda and some of its attractiveness. Some countries may be attracted to other with hard power by the myth of invincibility or inevitability<sup>5</sup> (Nye, 2004, p.9).

Percebe-se aqui, então, que a capacidade de *Hard Power* de um país e o mito de invencibilidade por parte destes, muitas vezes serve também como método de atração e, conseqüentemente, como forma de *Soft Power*, podendo fazer com que para certos países, a queda de suas capacidades militares e econômicas possam enfraquecer esse mito e reduzir também sua capacidade de poder por meios não coercitivos.

Porém, é importante lembrar, que *Soft Power* não depende de *Hard Power*. Muitas vezes países atingem um maior nível de aceitabilidade mesmo sem tanta

---

<sup>4</sup> É também a habilidade de atrair, e atração leva à aquiescência. (Minha tradução)

<sup>5</sup> As vezes as mesmas fontes de poder podem afetar um espectro de comportamento inteiro, de coerção para atração. Um país que sofre de declínio econômico e militar pode perder não só suas fontes de *Hard Power*, mas também muito de sua habilidade de moldar a agenda internacional e muito de sua atratividade. Alguns países podem se sentir atraídos pela capacidade de *hard Power* de outro devido a um mito de invencibilidade ou inevitabilidade. (Minha tradução)

capacidade coercitiva, principalmente se estes se envolverem em causas internacionais que tem maiores efeitos atrativos, como auxílio econômico e missões de paz. A imagem externa de um país se faz muito importante na teoria de Nye (2004), pois quando países tomam atitudes consideradas legítimas aos olhos de outros, esses encontram menos resistência para alcançar os seus objetivos no sistema internacional. Em suas palavras: “If a country’s culture and ideology are attractive, others more willingly follow” (Nye, 2004, p.10).

Ainda a respeito das fontes de *Soft Power* dos países, Nye (2004) afirma que:

The soft power of a country rests primarily on three resources: its culture (in places where it is attractive to others), its political values (when it lives up to them at home and abroad), and its foreign policies (when they are seen as legitimate and having moral authority.)<sup>6</sup> (Nye, 2004, p.11).

Com essa citação, é possível perceber que a capacidade de *Soft Power* de um país está fortemente conectada não só à sua cultura, mas também a seus valores políticos e a forma com que as suas políticas externas são vistas. (NYE, 2004)

A primeira fonte de *Soft Power* a ser explanada aqui serão as políticas governamentais tanto dentro quanto fora do seu território e suas consequências para a visão externa de um país, que conseqüentemente afeta muito a capacidades de *Soft Power* de uma nação. (NYE, 2004)

Essas políticas governamentais, segundo Nye (2004), podem tanto aumentar quanto reduzir as capacidades de atração internacional de um país, dependendo da forma com que suas atitudes são vistas. Um exemplo claro disso é o fato de que a imagem externa dos Estados Unidos foi danificada por sua entrada na Guerra do Iraque em 2003, mesmo sem a aprovação da ONU. Essa atitude americana foi vista como um forte desrespeito a comunidade internacional, e criou uma imagem dos Estados Unidos, que o colocava como um país que não respeita legislações internacionais, e que perseguia seus interesses de forma sônica, afetando conseqüentemente o seu *Soft Power*. Isso aconteceu justamente por que reputação é algo de extrema importância em relações de poder, especialmente entre democracias. (NYE, 2004)

---

<sup>6</sup> O *Soft Power* de um país se encontra primariamente em três fontes: sua cultura (em locais em que é atrativa para outras), seu valores políticos (quando ele faz jus a eles tanto em casa quanto fora), e suas políticas externas (quando estas são vistas como legítimas e de autoridade moral). (Minha tradução)

Já em relação à importância dos valores políticos de um governo, Nye (2004) afirma que:

The values a government champions in its behaviour at home (for example, democracy), in international institutions (working with others), and in foreign policy (promoting peace and human rights) strongly affect the preferences of others. Governments can attract or repel other by the influence of their example<sup>7</sup> (Nye, 2004, p.14).

Portanto, a forma como uma nação age tanto dentro do país quanto fora, os valores que dissemina e o exemplo que pulverizam no cenário internacional afetam e muito as preferências dos outros e a extensão de seu poder. (NYE, 2004)

Por último temos a cultura. Segundo o autor, a cultura é o conjunto de valores e práticas que criam sentido em uma sociedade, e esta tem diversas manifestações. Dentro desse “*Soft Power*” se encontra o poder da difusão cultural, que tem como grande parte desse processo a indústria do entretenimento. No seu livro, Nye (2004) aborda a coexistência entre dois tipos de cultura e ambas têm forte conexão com o “*Soft Power*”, sendo esses diferentes tipos de cultura denominados “*high culture*” e “*popular culture*”. (NYE, 2004)

### **1.2.2. A Alta Cultura e o Entretenimento de Massa como forma de *Soft Power***

A “*High Culture*” está atrelada a instituições de ensino, museus, teatro e afins, sendo estes bastante eficazes na formulação do *Soft Power*, principalmente as instituições de ensino, pois moldam uma visão em relação aos valores e instituições presentes no local em que estão instaladas. (NYE, 2004)

Por outro lado, temos a “*Popular Culture*” que está conectada a filmes, música e outras formas de entretenimento de massa. Os efeitos desse tipo de cultura de massa são sutis, mas poderosos, até mesmo em locais diferentes, com culturas que defendem certos posicionamentos que são no mínimo antagônicos aos valores defendidos pelos difusores. (NYE, 2004)

O autor afirma justamente que a cultura do entretenimento popular, tem muitas imagens subliminares e mensagens sobre individualismo, escolha do consumidor, e

---

<sup>7</sup> Os valores que um governo aplica em seu comportamento interno (por exemplo democracia), em instituições internacionais (trabalhando com outros), e em sua política externa (promovendo paz e direitos humanos) afetam muito as preferências dos outros. Governos podem atrair ou repelir outros pelo exemplo que dão. (Minha tradução)

muitos outros valores que tem fortes efeitos políticos. Ele também afirma que a linha que divide informação e entretenimento nunca foi muito clara, e cada vez mais ela se torna mais turva. (NYE, 2004)

Ele também argumenta que cultura de massa pode ter efeitos políticos, e utiliza, de forma muito pertinente, exemplos referentes aos ideais de liberdade e democracia que são demasiadamente difundidos pela cultura de massa americana, e como estes auxiliaram na queda de regimes autoritários na África do Sul ou em uma maior desestabilização em regimes de países como o Irã, através da difusão de notícias que eram omitidas pelo governo. Na China, a cultura ocidental também tem seus sucessos, onde especialmente através do acesso à internet por parte das elites chinesas, ideologias americanas fermentaram protestos estudantis no fim da década de 80, resultando em casos como o de estudantes que replicaram uma estátua da liberdade, e o de uma dissidente chinesa, que falou a uma repórter que quando era forçada a escutar discursos do partido comunista sobre os Estados Unidos, ela cantava para si mesma uma música de Bob Dylan como forma de protesto. (NYE, 2004)

Para Nye (2004):

When a country's culture includes universal values and its policies promote values and interest that others share, it increases the probability of obtaining its desired outcomes because of the relationships of attraction and duty that it creates<sup>8</sup> (Nye, 2004, p.11).

Portanto, é possível perceber aqui a importância da disseminação de valores considerados universais (que serão explicados a fundo mais na frente, ainda nesse capítulo), para que se consiga uma maior capacidade de *Soft Power*.

Segundo o autor, muitos limitam *Soft Power* ao poder da cultura popular de um país, e esquecem que os efeitos dessa capacidade, vão além da cultura popular que ajuda a produzir esse poder. É claro que a *popular culture* é sim grande parte da formação do *Soft Power* de um país, porém, assim como todas as relações de poder, estas capacidades dependem do contexto. Filmes americanos podem ter grandes efeitos em países ocidentais que culturalmente compartilham valores similares, mas podem também, porém, ter efeitos reversos em países do Oriente Médio com forte adesão à religião islâmica, e que possuem culturas mais conservadoras. Portanto, seus ganhos

---

<sup>8</sup> Quando a cultura de um país inclui valores universais e suas políticas promovem valores e interesses que outros compartilham, ocorre um aumento das probabilidades de se obter os resultados desejados graças às relações de atração e dever que são criadas por estes. (Minha tradução)



dependem muito de quais valores e estilo de vida estão sendo disseminados, e para onde e quem estes estão focados, sendo *Soft Power* mais bem sucedido em países de culturas similares. (NYE, 2004)

Para Nye (2004), alguns céticos dizem que *Soft Power* não afeta as relações internacionais, pois os governos não possuem controle total sobre este, mas para ele, isso não faz com esse tipo de poder não exista. O autor afirma que em sociedades liberais, o governo não pode e também não deve ter controle sobre a cultura, e para algumas sociedades, a falta de políticas de controle da cultura pode por si ser uma forma de *Soft Power*. (NYE, 2004)

O autor ainda argumenta que no século XX, o crescimento da ciência e da tecnologia fez com que o poder no sistema internacional ganhasse novas dimensões. Esse, primeiramente, fez dos Estados Unidos a única superpotência do mundo em questões militares, porém ao mesmo tempo fez com que o uso dessas capacidades militares tivesse maiores custos políticos e sociais. Outro fator importante é o crescimento dos meios de comunicação que afetaram ainda mais essas relações de poder, das mais diversas formas. (NYE, 2004)

Segundo Nye (2004):

In addition to nuclear and communications technology, social changes inside the large democracies also raised the costs of using military Power. Postindustrial democracies are focused on welfare rather than glory, and they dislike high casualties. This does not mean that they will not use force, even when casualties are expected – witness Britain, France and the United States in the 1991 Gulf War, and Britain and the United States in the 2003 Iraq War. But the absence of a prevailing warrior ethic in modern democracies means that the use of force requires an elaborate moral justification to ensure popular support, unless actual survival is at stake<sup>9</sup>. (Nye, 2004, p.19)

E possível perceber, aqui, então, que agora com as tecnologias de comunicação, em sociedades pós industriais que se preocupam mais com o estado de bem estar social, se tornou ainda mais importante ter boas justificativas morais para guerra para garantir apoio popular a sua causa, podendo estas afetarem ou não a imagem de um país. Um

---

<sup>9</sup> Em adição às tecnologias nucleares e de comunicação, mudanças sociais dentro de grandes democracias também aumentaram os custos de se utilizar o poder militar. Democracias pós-industriais estão mais focadas em bem estar do que em glória, e elas não gostam de altas casualidades. Isso não quer dizer que elas não vão fazer uso da força, mas apenas quando casualidades já são esperadas – um exemplo disso é a Grã Bretanha, a França e os Estados Unidos na Guerra do Golfo em 1991, e a Grã Bretanha e os Estados Unidos na Guerra do Iraque em 2003. Mas a falta de uma ética guerreira amplamente aceita faz com que o uso da força por parte de democracias diretas necessite de uma justificação moral elaborada para garantir o apoio popular, a não ser que a sobrevivência esteja em risco. (Minha tradução)

exemplo claro disso é o fato de que na Europa, a forma como os Estados Unidos entrou em guerra contra o Iraque em 2003 fez com que muitos perdessem a simpatia que se tinha pelo país após o ataque terrorista em 2001. (NYE, 2004)

Isso mostra outro fator de extrema importância para essa discussão, o fato de que muitas vezes as capacidades e atitudes relativas ao *Hard Power* de um país podem enfraquecer as suas capacidades de *Soft Power*, pois afetam de forma negativa a imagem de um país e conseqüentemente, seu poder de influência. (NYE, 2004)

Segundo Nye (2004):

In such a diverse world, all three sources of Power – military, economic, and soft – remain relevant, although in different degrees in different relationships. However, if the current economic and social trends of the information revolution continue, soft power will become more important in the mix<sup>10</sup>.(Nye, 2004, p.30)

Portanto, no mundo dos meios de comunicação de massa e de maior acesso à informação, *Soft Power* se torna cada vez mais importante e por consequência desse quadro, o sistema internacional se torna cada vez mais uma disputa por legitimidade, atratividade e credibilidade. Isso se dá, pois, segundo Nye (2004), a habilidade de difundir informação que desfrute de credibilidade é uma grande fonte de atração e conseqüentemente de poder. (NYE, 2004)

Nye (2004) também argumenta que:

This political game in a global information age suggests that the relative importance of soft Power will increase. The countries that are likely to be more attractive and gain soft power in the information age are those with multiple channels of communication that help to frame issues; whose dominant culture and ideas are closer to prevailing in global norms (which now emphasize liberalism, pluralism, and autonomy); and whose credibility is enhanced by their domestic and international values and policies. These conditions suggest opportunities for the United States, but also for Europe and others<sup>11</sup>.(Nye, 2004, p.31).

---

<sup>10</sup> Em um mundo tão diverso, todas as três fontes de poder – militar, econômico e *soft* – continuam relevantes, porém, em diferentes níveis para diferentes relações. Porém, se as atuais tendências econômicas e sociais da revolução da informação continuarem, *soft power* se tornará a forma de poder mais importante. (Minha tradução)

<sup>11</sup> Esse jogo político na era da informação global sugere que a importância relativa do *Soft Power* vá aumentar. Os países que mais provavelmente serão atraentes e ganharão *Soft Power* na era da informação são os que tem diversos canais de comunicação que ajudam a enquadrar questões; aqueles em que as culturas dominantes e ideais se conectam a normas globais atuais (que agora enfatizam liberalismo, pluralismo e autonomia); e aqueles cuja credibilidade é melhorada pelas suas políticas e valores domésticos e externos. Essas condições sugerem oportunidades para os Estados Unidos, mas também para a Europa e outros. (Minha tradução)

Esse argumento traz algo central para as relações de *Soft Power* entre nações ocidentais, pois afirma que o maior sucesso nessa esfera do poder está justamente nas mãos dos países que difundem valores classificados por Nye (2004) como universais dentro do ocidente, sendo estes o liberalismo, pluralismo e autonomia. (NYE, 2004)

Nye (2004) também afirma que o fato de *Soft Power* estar se tornando cada vez mais importante na era dos meios de comunicação, é mais um resultado de questões econômicas e sociais do que necessariamente de atitudes tomadas pelo governo.

O foco deste trabalho está no uso da indústria do entretenimento de massa, e mais especificamente a música como forma de *Soft Power*, ou seja, do uso da *popular culture*, portanto, a ideia de indústria cultural é central para o tema a ser estudado aqui.

### **1.3. A Indústria Cultural de Adorno**

Theodor Wiesengrund Adorno (1966), um famoso pensador da estimada escola de Frankfurt, defendia em 1966, sua escolha pela dialética negativa, com o intuito de rejeitar a síntese da conciliação, e essa rejeição nos permitiria desmascarar os sistemas filosóficos (idealismo, positivismo, marxismo oficial, iluminismo etc.), os quais, segundo ele, eternizam o estado presente e dificultam as mudanças. (ADORNO *apud* RREALE, 2006)

Adorno alega que para que o “sistema” (sociedade tecnológica) funcione de forma efetiva, ele faz uso do que ele chama de indústria cultural, que é constituída pela mídia (cinema, televisão, rádios, discos, publicidade e afins). Segundo Adorno, a mídia estabelece modelos de comportamento, cria necessidades e estabelece linguagem, e os valores difundidos por esses meios devem ser de certa forma, amorfos, “imparciais” e universais, de forma que não estimulem criatividade ou intelecto e sim coloquem os indivíduos em uma posição na qual eles se habituem a receber mensagens de forma passiva. (ADORNO *apud* REALE, 2006)

Dentro desse contexto, os indivíduos que recebem os valores da indústria cultural, não podem ser pensantes ou mesmo indivíduos de valor individual, já que são todos descartáveis e substituíveis, pois assim como objetos produzidos por uma indústria, estes não são pessoas, e sim exemplares. (ADORNO *apud* REALE, 2006)

Essa ideia de indústria cultural de Adorno (1966) é essencial, pois fornece uma noção de que os produtos dessa indústria são amorfos, imparciais e universais, de forma que não vão de encontro ao comumente aceito para atingir os seus objetivos, e fazem uso justamente de símbolos e valores culturais de fácil assimilação. Ao se discutir a indústria cultural no Ocidente é preciso ter em mente que esta não só faz uso de valores culturais demasiadamente aceitos nessa parte do mundo, mas também que como decorrência do poder das nações capitalistas mais bem sucedidas (em sua grande maioria na América do Norte e na Europa Ocidental), esses materiais culturais, no caso desse trabalho, a música, atingem os seus elevados níveis de venda e assimilação através da difusão desses valores ocidentais amplamente aceitos na atual língua hegemônica no mundo, a língua inglesa.

#### **1.4. A hegemonia da língua inglesa**

Segundo Bobbio (1983), por hegemonia entendemos “a supremacia de um Estado-Nação ou de uma comunidade político-territorial dentro de um sistema” (Bobbio, 1983, p.579). O autor também afirma que em sistemas de hegemonia nas relações internacionais, o poder se dá não só de forma militar, mas também de forma econômica e cultural. Aqui o foco será hegemonia cultural, mais especificamente, a utilização da língua inglesa como língua franca do mundo nas relações internacionais e no entretenimento de massa (na *popular culture*), como decorrência da hegemonia econômica e militar por parte da Inglaterra e posteriormente dos Estados Unidos.

A língua inglesa hoje está representada em todo o mundo, sendo, portanto, uma língua global. Segundo Crystal (2003):

English is now represented in every continent, and in islands of the three major oceans – Atlantic (St Helena), Indian (Seychelles) and Pacific (in many islands, such as Fiji and Hawaii). It is this spread of representation which makes the application of the label ‘global language’ a reality<sup>12</sup> (Crystal, 2003, p.29).

Crystal (2003) também afirma, em seu livro “*English as a Global Language*”, que o status da língua inglesa hoje é o resultado de dois fatores importantes, o primeiro sendo o colonialismo britânico que ocorreu no decorrer dos séculos (antingindo o seu

---

<sup>12</sup> O inglês agora se encontra representado em todos os continentes, e em ilhas dos três maiores oceanos – Atlântico (Santa Helena), Índico (Seicheles) e Pacífico ( em muitas ilhas como Fiji e o Havaí). É essa representação espalhada que permite a aplicabilidade da etiqueta de “língua global” e faz desta uma realidade. (Minha tradução)

ápice no fim do século XIX) e o segundo o poder econômico dos Estados Unidos no século XX, sendo esse segundo fator, para Crystal (2003), o que garante o poder da língua inglesa no mundo atualmente. (CRYSTAL, 2003)

Crystal (2003), afirma que:

The US linguist Braj Kachru has suggested that we think of the spread of English around the world as three concentric circles, representing different ways in which the language has been acquired and is currently used. Although not all countries fit neatly into this model, it has been widely regarded as a helpful approach<sup>13</sup> (Crystal, 2003, p.60).

Esse sistema de análise da adesão à língua inglesa no mundo, proposto por Kachru, funciona através da divisão de países que tem contato com a língua em três grupos principais: o *inner circle*, o *outer* ou *extended circle* e o *expanding* ou *extending circle*. O primeiro diz respeito aos países que tem o inglês como língua primária, como os Estados Unidos, o Reino Unido, a Irlanda, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia. O segundo diz respeito a países em que o inglês foi espalhado para nativos que de início não falavam a língua, e esta hoje tem um papel central no governo e nas instituições nacionais, como Singapura, Índia, Malawi e vários outros Estados. O terceiro diz respeito às nações em que a língua inglesa não tem um papel essencial na vida social ou no governo (pelo fato de não terem sido colonizadas ou não terem tido forte presença em seu território de países que falam o idioma), mas que é estudada por resultado do reconhecimento da língua inglesa como uma língua global de grande importância. Como exemplos nessa terceira classificação, temos diversos países como a China, Japão, Grécia e um número crescente de países no mundo todo, que se encaixam nessa classificação. (CRYSTAL, 2003)

#### **1.4.1 A Colonização Britânica no Mundo e Seus Resultados**

Historicamente, a língua inglesa é um idioma que foi espalhado pelo mundo por parte da Grã Bretanha em seus processos coloniais no decorrer dos séculos. Como resultado, muitas das colônias que se tornaram independentes, acabaram colocando a língua inglesa como idioma oficial ou como secundário, em ambos os casos garantindo

---

<sup>13</sup> O lingüista Braj Kachru sugeriu que nós pensássemos na representatividade da língua inglesa pelo mundo em três grupos, representando diferentes formas com que a língua foi adquirida e ainda é utilizada atualmente. Mesmo que muitos países não se encaixem perfeitamente nesse modelo, este é visto como um modelo de análise muito útil. (Minha tradução)

extrema importância para esta. Esse idioma, então, conta com um grande número de aderentes, e se faz presente nas mais diversas camadas sociais de diversos países.

A língua inglesa começou o processo de expansão no mundo e deixou de se limitar às ilhas britânicas no fim do século XVI. Do fim do reinado de Elizabeth I na Inglaterra em 1603, até o Reinado de Elizabeth II em 1952, o número de pessoas fazendo uso do inglês como língua primária subiu de 7 milhões para 250 milhões, esse segundo número se encontra predominantemente fora do Reino Unido. (CRYSTAL, 2003)

Primeiramente, será avaliado, então, de forma simplificada, o processo de adesão à língua inglesa em diferentes partes do mundo, por decorrência da presença britânica nessas regiões. O primeiro caso a ser abordado aqui será o caso norte americano.

Nos Estados Unidos, as primeiras levadas permanentes de imigrantes começaram a acontecer em 1607, quando uma expedição chegou a Chesapeake Bay. Os primeiros puritanos ingleses (membros da igreja separatista inglesa) chegaram ao território norte americano em novembro de 1620. Estes, fugindo da perseguição religiosa que estava ocorrendo na Inglaterra conseguiram se instalar com sucesso no território americano e passaram a viver livres para proferir sua fé. Até 1640 cerca de 25 mil imigrantes já haviam se instalado na região. (CRYSTAL, 2003)

No século XVII, chegaram também vários outros imigrantes com diversas variações linguísticas, como os Quakers, que vinham do centro e do norte da Inglaterra. Consequentemente, cada vez mais, diferentes formas de inglês eram faladas dentro do território americano e as divisões foram se tornando cada vez mais fracas. Posteriormente, no século XVIII, ocorreu uma forte onda de imigração vinda da Irlanda<sup>14</sup>.

Porém, não foram só os povos britânicos que se fizeram presentes nos Estados Unidos, tendo estes também uma forte presença de franceses, holandeses e alemães. Os

---

<sup>14</sup> Os irlandeses já migravam para a América desde o início do século XVII, porém as ondas mais fortes só vieram a ocorrer na década de 1720, quando cerca de 50 mil irlandeses e escoceses irlandeses começaram a chegar e se instalar na região (chegando a compor um terço da população dos Estados Unidos quando a independência foi declarada em 1776). A população em 1790 chegou a 4 milhões, onde a maioria vivia na costa do atlântico.

franceses ficaram nas regiões médias do território americano, os holandeses na região de Nova York (que anteriormente era denominada Nova Amsterdã), e muitos dos alemães se encontravam na região da Pensilvânia. Além destes povos europeus, vieram também muitos escravos africanos, que começaram a chegar no ano de 1700 (com cerca de dois mil e quinhentos escravos), e em 1775 esse número cresceu para cerca de cem mil. (CRYSTAL, 2003)

No século XIX, esse número de imigrantes só cresceu. Muitos povos fugindo da Europa por melhores condições de vida (em sua maioria irlandeses, alemães, italianos e judeus da Europa Central), imigraram para o território americano, e com o tempo começaram a falar a língua como resultado de um processo de assimilação. Esse processo fez com que houvesse um crescimento no uso do inglês como língua primária dentro dos Estados Unidos. (CRYSTAL, 2003)

Segundo Crystal (2003):

Some commentators have suggested that the English language was a major in maintaining American unity throughout this period of remarkable cultural diversification – a ‘glue’ which brought people together and a medium which gave them common access to opportunity (Crystal, 2003, p.36)<sup>15</sup>.

É possível notar aqui então, a importância do desenvolvimento da língua inglesa para que houvesse uma maior unidade dentro dos Estados Unidos em meio ao grande caráter de mistura existente no território americano desde o início. Outra coisa que é importante mencionar a respeito do processo de expansão da língua inglesa dentro do país, é o fato de que mesmo com a presença de diversos outros povos, imigrantes das ilhas britânicas vieram em fortes ondas imigratórias e foram essenciais para a existência da língua inglesa desde o início, mesmo que em diferentes formas. (CRYSTAL, 2003)

Já no Canadá, a migração inglesa começou a se desenvolver no século XVI, e se intensificou após a derrota dos franceses (que já exploravam a região) por parte dos ingleses em diversos conflitos como a Guerra da Rainha Ana (1702-1713), e a guerra Franco-Indiana (1754-1763), que resultaram na rendição francesa, havendo seguidamente a deportação dos franceses que habitavam a região de Acádia e a substituição destes por ingleses. (CRYSTAL, 2003)

---

<sup>15</sup> Alguns comentadores sugerem que a língua inglesa foi importante para manter a unidade americana durante esse período de forte diversificação cultural – uma cola que uniu as pessoas e um meio que permitiu um acesso comum a oportunidades. (Minha tradução)

Esse quadro foi mais tarde afetado também, pela declaração da independência dos Estados Unidos em 1776, pois muitos dos que apoiavam o governo inglês não sentiam mais que podiam ficar no território agora estadunidense e migraram para o Canadá, na região que hoje é conhecida como Nova Escócia, e nos 50 anos seguintes, a população no território canadense chegou a cerca de cem mil habitantes, e a grande maioria colocou o inglês como a sua língua nativa. (CRYSTAL, 2003)

Ao mesmo tempo que a língua inglesa se espelhava pelos Estados Unidos e pelo Canadá, ela também atingiu a América Central. No século XVII, muitos navios iam da Europa para as costas africanas e trocavam diversos produtos de baixo valor por escravos, os levavam para o Caribe e para a América, onde lá seriam trocados por açúcar, rum e melão e depois estes navios voltavam para Inglaterra. (CRYSTAL, 2003)

Nesses navios negreiros, os escravos eram trazidos de diferentes partes da África para terem diferentes línguas e não poderem se comunicar ou organizar rebeliões. O resultado dessa situação foi o desenvolvimento de diferentes línguas de contato, que não se limitavam às relações entre escravos, e eram utilizadas também entre estes e os marinheiros ingleses, funcionando como uma forma simplista da língua inglesa. Quando esses escravos chegaram ao Caribe para trabalhar nas plantações de açúcar, essas línguas de contato<sup>16</sup> eram utilizadas também entre a população negra e donos de terra. Essa foi a fonte da língua na região. (CRYSTAL, 2003)

No caso da Austrália e da Nova Zelândia, segundo Crystal (2003), conforme as explorações britânicas foram ocorrendo pelo mundo, estes atingiram o continente da Oceania no fim do século XVIII. A primeira visita britânica à Austrália ocorreu por parte do capitão da marinha britânica, James Cook em 1770. (CRYSTAL, 2003)

Cerca de duas décadas depois, a Grã Bretanha fez do território australiano um colônia penal com o intuito de desafogar os presídios britânicos que estavam sofrendo de superlotação. Segundo o autor, em um intervalo de mais ou menos 50 anos após a chegada dos primeiros presidiários em 1778, entraram no território cerca de 130 mil prisioneiros. Diversos imigrantes livres também se envolveram nesse processo

---

<sup>16</sup> Língua de alguma compreensão por parte de falantes minoritários ou despoederizados quando duas ou mais línguas se aproximam através de grupos de falantes desses idiomas distintos, que resulta facilitada ou reduzida drasticamente em sua complexidade sistêmica para que possa haver comunicação (<http://www.sala.org.br/index.php/l/412-lingua-de-contato>, 16/11/2016).



imigratório desde as primeiras ondas migratórias para a região, e atingiram um número mais expressivo entre os anos de 1850 e 1900, indo de 400 mil habitantes no primeiro ano para 4 milhões de habitantes em 1900. (CRYSTAL, 2003)

Segundo Crystal (2003), isso é de grande importância para a forte presença da língua inglesa da Austrália, pois pelo fato de que a grande maioria dos imigrantes serem das ilhas britânicas, essa naturalmente se tornou a língua da região, e pelo fato de que muitos desses imigrantes vinham de Londres e da Irlanda, muitos dos padrões de língua estão muito presentes até hoje no país. Na Nova Zelândia<sup>17</sup>, o que ocorreu foi que o Capitão Cook chegou às ilhas entre os anos de 1769 e 1770, e comerciantes se instalaram em 1790, e segundo Crystal (2003), ocorreu justamente uma expansão dos desenvolvimentos ocorridos na Austrália. (CRYSTAL, 2003)

Na África do Sul, o envolvimento inglês ocorreu através da invasão por parte de uma força expedidora durante as Guerras Napoleônicas, iniciando o seu controle em 1806 e se instalando em 1820. Por causa dessa influência a língua inglesa se tornou a língua da educação, do direito e de várias outras partes da administração africana. (CRYSTAL, 2003)

Em relação à África colonial, os ingleses começaram a visitar a África Ocidental desde o fim do século XV, e no século XIX junto com o aumento do comércio e das atividades antiescravistas britânicas, ocorreu a maior presença da língua inglesa na costa da África Ocidental. (CRYSTAL, 2003)

Em 1914, grande parte da África já estava dividida em vários territórios coloniais como posses da França, da Grã Bretanha, da Alemanha, de Portugal, da Itália e da Bélgica. Após a Segunda Guerra Mundial e a derrota dos Italianos e dos Alemães, houve uma repartição dos territórios que eram posse dos perdedores da guerra. Após os anos 60 vários destes territórios se tornaram Estados independentes e muitos dos que tinham história de forte presença britânica em seus territórios, colocaram o inglês como língua oficial de seus aparatos estatais, fazendo com que o idioma ainda seja utilizado no governo, nos tribunais, na mídia e outros domínios públicos. (CRYSTAL, 2003)

---

<sup>17</sup> A colonização oficial da Nova Zelândia ocorreu em 1840.

Já a África Oriental, a grande maioria dos países que hoje são independentes como Botswana, Kenya, Lesotho, Malawi, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue, foram colônias ou protetorados britânicos e até hoje tem também uma forte conexão com a língua inglesa. Segundo Crystal (2003):

The kinds of English which developed in East Africa were very different from those found in West Africa. Large numbers of British emigrants settled in the area, producing a class of expatriates and African-born whites (farmers, doctors, university lecturers, etc.) which never emerged in the environmentally less hospitable West African territories. A British model was introduced early on into schools, reinforcing the exposure to British English brought by the many missionary groups around the turn of the century. The result was a range of mother-tongue English varieties which have more in common with what is heard in South Africa or Australia than in Nigeria or Ghana<sup>18</sup> (Crystal, 2003, p.54)

Aqui, é possível perceber que na África Oriental, houve não só um grande número de imigrantes britânicos, mas também que a própria educação nesses locais ocorreu dentro do modelo da Grã Bretanha, fazendo com que muitos territórios partilhem a língua mesmo que de sua própria forma. (CRYSTAL, 2003)

No Sul da Ásia, mais especificamente a Índia, tem desdobramentos muito interessantes com a língua. Por consequência da colonização inglesa, a língua ainda traz números surpreendentes dentro do subcontinente. O primeiro contato dos ingleses com os indianos foi em 1600 após a firmação da Companhia Britânica das Índias Ocidentais. (CRYSTAL, 2003)

Segundo Crystal (2003) em 1999, cerca de 3 a 5% da população indiana falava inglês (mais ou menos entre 30 a 50 milhões) e posteriormente esse número cresceu para cerca de 20%. Crystal (2003) também afirma que no início do século XXI, cerca de um terço do povo indiano consiga manter conversas em inglês, trazendo uma quantidade de mais ou menos 330 milhões de pessoas. (CRYSTAL, 2003)

O autor ainda argumenta que:

English has, as a consequence, retained its standing within Indian society, continuing to be used within the legal system, government administration,

---

<sup>18</sup> Os tipos de inglês que se desenvolveram na África Oriental foram muito diferentes daqueles achados na África Ocidental. Altos números de imigrantes britânicos se instalaram na área, formando uma classe de expatriados e pessoas brancas nascidas na África (fazendeiros, médicos, palestrantes universitários, etc.) que nunca emergiram nos territórios da África Ocidental por serem ambientalmente menos hospitaleiros. Um modelo britânico foi introduzido bem cedo nas escolas, reforçando a exposição ao inglês britânico trazidos por muitos grupos missionários em volta da virada século. O resultado é uma gama de variedades do inglês como língua primária que tem mais em comum com o inglês que ouvido na África do Sul e da Austrália do que com a Nigéria ou com Gana. (Minha tradução)

secondary and higher education, the armed forces, the media, business, and tourism. It is a strong unifying force. In the Dravidian-speaking areas of the south, it is widely preferred to Hindi as a lingua franca. In the north, its fortunes vary from state to state, in relation to Hindi, depending on the policies of those in power. In Pakistan, it is an associated official language. It has no official status in the other countries of South Asia, but throughout the region it is universally used as the medium of international communication. Increasingly it is being perceived by young South Asians as the language of cultural modernity<sup>19</sup> (Crystal, 2003, p.49).

É possível perceber a existência da língua inglesa em diversas partes relevantes da sociedade indiana, mostrando como a colonização britânica teve resultados profundos dentro da Índia, Faz-se notar também que a língua inglesa tem forte presença no Paquistão.

Já em relação ao sudeste asiático e o sul do pacífico, houve uma forte presença britânica e americana. A presença americana aconteceu após a guerra hispano-americana de 1898 que rendeu aos Estados Unidos a ilha de Guam, ainda conseguindo soberania sobre as Filipinas e posteriormente anexando o Havaí. (CRYSTAL, 2003)

As Filipinas se tornaram independentes após a Segunda Guerra Mundial em 1946, e o inglês americano até hoje tem forte influencia sobre a região. Segundo Crystal (2003), as Filipinas em 2002 tinham cerca de 80 mil habitantes que falavam inglês, sendo o maior país a falar a língua na região. (CRYSTAL, 2003)

No sudeste asiático existe também uma forte influencia britânica. Essa influencia começou com o Capitão Cook na década de 1770, e, posteriormente, o Reino Unido se instalou em regiões como Penang (1786), Singapura (1819), e Malacca (1824). O inglês rapidamente, então, se tornou a língua de poder dentro dos territórios britânicos no sudeste asiático. Hong Kong foi cedida ao Reino Unido em 1842 com o Tratado de Nanking, no fim da Guerra do Ópio (1839-1842) entre a China e a Grã Bretanha no século XIX. (CRYSTAL, 2003)

Segundo Crystal (2003), diversos territórios da região se tornaram protetorados ingleses no século XIX, e muitos desses países recentemente se tornaram independentes

---

<sup>19</sup> O inglês, como uma consequência ainda se mantém na sociedade indiana, e continua a ser usado no sistema legal, na administração governamental, na educação superior e secundária, nas forças armadas, na mídia, nos negócios, e no turismo. É uma grande força de unificação. Nas regiões do sul que falam a língua dravidiana, eles preferem bem mais o inglês do que o hindi como língua franca. No norte, a utilização do inglês ao invés do hindi ocorre de forma diferente de estado para o estado, dependendo de que políticas adotadas por quem está no poder. No Paquistão, o inglês é uma língua oficial associada. Ele não tem um status oficial em outros países do sul da Ásia, mas é muito utilizado na região e é universalmente utilizado como a forma de comunicação internacional. Cada vez mais a língua inglesa é vista pela população do sul da Ásia como a língua da modernidade cultural. (Minha tradução)

como a Samoa Americana, Palau (Belau), Fiji, Kiribati, Ilhas Marshall, Tonga, Tuvalu, e Vanuatu, fazendo da sua língua oficial o inglês. (CRYSTAL, 2003)

Esses locais também foram expostos a um sistema educacional britânico desde muito cedo. Como resultado disso, Crystal (2003) argumenta que:

English rapidly became the language of professional advancement and the chief literary language. Soon after the turn of the century, higher education through the medium of English was also introduced. The language thus became a prestige lingua franca among those who had received an English education and who had thereby entered professional society<sup>20</sup> (Crystal, 2004, p.57).

É possível notar aqui, que graças a influencia dos britânicos na região, o inglês se tornou um grande símbolo de sucesso financeiro e acesso a educação de alta qualidade na região.

Portanto, o processo de colonização britânico no mundo, fez com que indivíduos em todo os continentes do mundo falem inglês, seja como língua primária fazendo parte do *inner circle*, ou como língua secundária, pertencendo assim ao *outer circle*.

#### **1.4.2. O Inglês nas Relações Internacionais**

A Liga das Nações foi a primeira grande organização internacional a garantir uma posição especial para a língua inglesa, tendo dois idiomas oficiais, o inglês e o francês. A organização tinha 42 membros de diversas partes do mundo, e a instituição de uma língua se tornou muito necessária. para a comunicação devida dentro da organização. Com a evolução da diplomacia e a criação da ONU, o número de Estados partes aumentou e o inglês é uma das línguas oficiais da instituição, sendo utilizada em toda a sua estrutura.

Além da ONU, nas relações internacionais a língua inglesa é comumente a mais escolhida a não ser que uma organização seja composta majoritariamente por países que falam espanhol, árabe ou francês. Segundo Crystal (2005), em 1995 e 1996, existiam cerca de 12500 organizações internacionais no mundo e 85% delas utilizavam o inglês como língua oficial, além de um terço destas utilizavam o idioma como língua única.

---

<sup>20</sup> A língua inglesa rapidamente se tornou a língua da ascensão profissional e a principal língua da literatura. Logo depois da virada do século, a educação superior em inglês foi introduzida. A língua se tornou uma língua franca de prestígio entre aquele que haviam se educado em inglês e aqueles que através desta se inseriram na sociedade profissional. (Minha tradução)

Por outro lado, 13% não fazem nenhum uso do idioma, sendo estas em sua grande maioria organizações francófonas.

A União Europeia também consiste de um caso interessante a ser analisado. Por existirem diversos países diferentes com diferentes línguas oficiais, muitas vezes se torna difícil encontrar tradutores simultâneos para todas os pares linguísticos (como do francês para o inglês, do francês para o alemão, do francês para o finlandês e etc) sendo importante então que sejam feitos comprometimentos, e muitas vezes quando não se consegue tradutores para tais situações se utiliza uma língua intermediária. Essa língua intermediária normalmente é o inglês. Segundo Crystal (2003):

Several solutions to this problem have been proposed, such as the use of a 'relay' system. If there is no Finnish/Greek translator available, for instance, English might be used as an intermediary language – or 'interlingua', as it is sometimes called. One person would translate a speech from Finnish into English; another would translate the result from English into Greek. Any language could be so used, but English is the one which seems to be most often employed in this way. In 1995, 42 per cent of European Union citizens claimed to be able to converse in English – well ahead of German (31 per cent) and French (29 per cent). This figure had risen to 47 per cent by 2002<sup>21</sup> (Crystal, 2003, p.89).

Portanto, é possível perceber a força da língua inglesa não só na Europa, mas também na própria União Europeia, através da constante utilização desta como língua franca dentro do bloco.

### **1.4.3 A predominância da língua inglesa na mídia e no entretenimento de massa**

Na mídia a língua também se faz muito presente, e se estende para diferentes ramos. Aqui será tratado o papel da língua na imprensa, na propaganda, no rádio e na música popular.

Na imprensa o inglês já tem uma forte presença há mais ou menos 400 anos. Segundo Crystal (2003), os primeiros jornais mais simples e rudimentares, aconteceram na Europa, e graças a questões como censura, taxações, guerras e outros fatores limitadores, estes jornais tiveram pouco crescimento. O único lugar em que os jornais

---

<sup>21</sup> Diversas soluções para esse problema foram propostas, como o uso de um sistema de retransmissão. Se não houvesse um tradutor de finlandês para grego disponível, por exemplo, o inglês seria utilizado como uma língua intermediária. Uma pessoa iria traduzir um discurso de finlandês para inglês; outro iria traduzir o resultado desta para grego. Qualquer língua poderia ser utilizada, mas o inglês é a mais comum. Em 1995, 42% dos cidadãos da União Européia afirmaram que conseguiam manter uma conversa em inglês – afrente do alemão (31%) e do francês (29%). Essa situação subiu em 2002 para 47%. (Minha tradução)

realmente se desenvolveram foi no Reino Unido, e em seguida nos Estados Unidos no século XVIII. (CRYSTAL, 2003)

Crystal (2003) afirma que:

The Weekley Newes began to appear (irregularly) from 1622; the London Gazette in 1666; and Lloyd's News in 1696, providing general news as well as information about shipping. American developments, beginning somewhat later, included the Boston News-Letter (1704), The New-York Gazette (1725), and the New York City Daily Advertiser (1785). The beginning of the eighteenth century in Britain saw the rise and fall of The Tatler (1709) and The Spectator (1711), while the end brought the arrival of The Times (1788) and The Observer (1791)<sup>22</sup> (Crystal, 2003, p.91).

Aqui, é possível perceber, que o jornalismo se desenvolveu primeiramente no Reino Unido no século XVII e depois nos Estados Unidos no século XVIII, mostrando que desde o início da história da imprensa, os primeiros passos foram tomados em dois países que até hoje tem diversos jornais de nome, mas também possuem muita e influencia sobre a informação no mundo contemporâneo. (CRYSTAL, 2003)

O fato de a imprensa ter se desenvolvido primeiramente nesses países, em meio à alta censura no resto dos países da Europa levou ao fato de que desde o início, a divulgação de notícias populares ocorresse sempre de forma muito restrita em outras línguas que não fossem o inglês, tendo o desenvolvimento do jornalismo em outros idiomas ocorrido muito lentamente. Outros fatores que auxiliaram o desenvolvimento da imprensa foram o desenvolvimento da impressão, melhores métodos de produção em massa, transporte e a adesão do sensacionalismo, que aumentou ainda mais as vendas de jornais. (CRYSTAL, 2003)

Entre o fim do século XIX e início do século XX, os maiores jornais do mundo eram escritos em inglês e com a invenção do telegrafo a maior parte das informações transferidas internacionalmente (pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos) eram também em inglês, colocando mais ainda o poder da imprensa nas mãos deles e construindo impérios jornalísticos. (CRYSTAL, 2003)

---

<sup>22</sup> O *Weekley Newes* começou a aparecer irregularmente a partir de 1622; o *Londo Gazette* em 1666; e o *Lloyd's News* em 1696, dando notícias gerais assim como informações a respeito de entregas. Os desenvolvimentos americanos começaram um pouco mais tarde, e incluem o *Boston News-Letter* (1704), o *The New-York Gazette* (1725) e o *New York City Daily Advertiser* (1787). No século XVIII, houve na Grã Bretanha a ascensão e queda de jornais como o *The Tatler* (1709) e o *The Spectator* (1711), enquanto no fim do século houve a chegada do *The Times* (1788) e o *The Observer* (1791). (Minha tradução)

Em relação à propaganda, essa ganhou mais força no fim do século XIX, principalmente nos países industriais. Houve junto com a produção em massa e o aumento do poder do consumidor e as melhores técnicas de impressão permitindo novas possibilidades de exibição de propagandas. Nos Estados Unidos, a imprensa percebeu que ao fazer propagandas em seus jornais, eles poderiam produzir mais e aumentar sua circulação. (CRYSTAL, 2003)

Com o passar dos anos o marketing internacional cresceu e segundo Crystal (2003):

As international markets grew, the 'outdoor media' began to travel the world, and their prominence in virtually every town and city is now one of the most noticeable global manifestations of English language use. The English advertisements are not always more numerous, in countries where English has no special status, but they are usually the most noticeable <sup>23</sup>(Crystal, 2003, p.94).

Aqui, é possível perceber, então, que a língua inglesa está extremamente presente no mercado internacional e isso é um resultado do crescimento da mídia e do marketing internacional. Um dado importante para esse argumento é que em 1972, só três das trinta maiores agências de propaganda não eram norte americanas, sendo duas delas japonesas e uma britânica. (CRYSTAL, 2003)

Quanto ao rádio, a língua inglesa foi a primeira a ser transmitida quando o rádio foi descoberto nos Estados Unidos em 1906. Anos depois a transmissão pública se tornou uma realidade, e a primeira rádio comercial do mundo, foi a KDKA em Pittsburgh na Pensilvânia que transmitiu o seu primeiro programa em 1920. Outro fator relevante é que em 1922 já existiam cerca de 5 mil rádios tanto *AM* como *FM* no Estados Unidos. (CRYSTAL, 2003)

Na Grã Bretanha, os experimentos começaram em 1919 e em 1922 foi criada a BBC (*British Broadcasting Comapny*). Na Inglaterra houve um monopólio por parte da BBC pois outras só foram permitidas em 1954 com a criação da *Independent Television Authority*. A BBC funcionava como um serviço de transmissão público com o intuito de informar, educar e entreter, e posteriormente se tornou muito influente no exterior. As

---

<sup>23</sup> Conforme os mercados internacionais cresceram, a mídia de outdoor começou a se espalhar pelo mundo, e a sua proeminência em praticamente todas as cidades do mundo é uma das manifestações globais mais notáveis do uso da língua inglesa. Os anúncios em inglês não são sempre os mais numerosos em países em que o inglês não tem um status especial, mas eles são normalmente os mais notáveis. (Minha tradução)

transmissões em inglês começaram na Austrália, no Canadá e na Nova Zelândia na década de 1920. (CRYSTAL, 2003)

Os Estados Unidos após a década de 40 passou as capacidades britânicas se tornando o número um em transmissões internacionais em inglês, com o *The Voice of America*. Esta foi fundada em 1942, atingiu o seu pico de atividade durante a guerra fria, e na década de 1980 já estava transmitindo para o mundo todo em inglês e em 45 outras línguas. (CRYSTAL, 2003)

No ramo cinematográfico, a indústria do entretenimento visual teve início na Grã Bretanha e na França no fim do século XIX, mas a situação sofrida da primeira guerra mundial congelou o desenvolvimento da indústria cinematográfica na Europa. Os desenvolvimentos continuaram, então, nos Estados Unidos, gerando grandes produções cinematográficas e nomes reconhecidos, tudo isso sediado em Hollywood na Califórnia. Posteriormente, quando o som foi adicionado às filmagens, naturalmente a língua em que estes eram gravados era em inglês. (CRYSTAL, 2003)

Crystal (2003) afirma que:

Despite the growth of the film industry in other countries in later decades, English-language movies still dominate the medium, with Hollywood coming to rely increasingly on a small number of annual productions aimed at huge audiences – such as *Star Wars*, *Titanic* and *The Lord of the Rings*. It is unusual to find a blockbuster movie produced in a language other than English. In 2002, according to the listings in the BFI film and television handbook, over 80 per cent of all feature films given a theatrical release were in English<sup>24</sup> (Crystal, 2003, p.99).

Portanto, é possível notar que mesmo que conforme os anos foram passando o cinema foi desenvolvido em outras localidades e conseqüentemente em outras línguas, mas os grandes filmes com os maiores números de venda são americanos e conseqüentemente são filmados e transmitidos em inglês para todo o mundo.

A outra forma de indústria do entretenimento que nasceu no fim do século XIX foi a indústria musical, e assim como todas as outras formas de mídia ocorreu primeiro em inglês, tendo a grande maioria dos seus desenvolvimentos dentro dos Estados

---

<sup>24</sup> Apesar do crescimento da indústria cinematográfica em outros países nas últimas décadas, filmes em inglês ainda dominam o meio, com Hollywood se apoiando em pequenos números de filmes direcionados para gigantes audiências – como *Star Wars*, *Titanic*, e *O Senhor dos Anéis*. É muito difícil achar um *blockbuster* produzido em outra língua além do inglês. Em 2002, de acordo com as listas feitas pelo *BFI Film and Television Handbook*, mais de 80% de todos os filmes que foram aos cinemas foram produzidos em inglês.



Unidos. A primeira patente para fitas musicais ocorreu nos Estados Unidos em 1927 e os discos LP foram firmados também no território estadunidense em 1948 com a Columbia Records (fundada em 1898). Outras gravadoras foram a HMV (britânica) que se uniu com a Columbia em 1931 para formar a EMI. Outras duas gravadoras importantes são a Brunswick que foi fundada nos Estados Unidos em 1916 e a Decca que foi firmada na Grã Bretanha em 1929. (CRYSTAL, 2003)

Posteriormente, na primeira metade do século XX, as empresas de rádio estavam sempre em busca por materiais novos e conseqüentemente vários materiais fonográficos desses países acabaram conseguindo uma audiência internacional. Em relação a isso Crystal (2003) coloca que:

The availability of mass-produced gramophone records allowed the works of these composers ('songs from the shows') to travel the world in physical form. Soon the words of the hit songs were being learned by heart and reproduced with varying accents in cabarets and music halls all over Europe – as well as in the homes of the well-to-do<sup>25</sup> (Crystal, 2003, p.102).

Portanto, a existência de uma indústria física que conseguia produzir discos em massa também auxiliou muito o crescimento dessa indústria, principalmente no cenário internacional. Isso também foi levado ainda mais a frente com a criação da música popular moderna nos anos 30 e 40. Quando esta começou a existir, ela era praticamente toda em inglês. Crystal (2003) ao falar desse processo faz contribuições significativas para a discussão em questão ao colocar que:

The pop groups of two chief English-speaking nations were soon to dominate the recording world: Bill Haley and the Comets and Elvis Presley in the USA; the Beatles and the Rolling Stones in the UK. Mass audiences for pop singers became a routine feature of the world scene from the 1960s. No other single source has spread the English language around the youth of the world so rapidly and so pervasively. In 1996, Nick Reynolds, a popular music producer of the BBC World Service, commented: 'Pop music is virtually the only field in which the British have led the world in the past three decades', and adds, echoing the accolade made some 200 years ago (p. 80), 'Britain is still the pop workshop of the planet'<sup>26</sup> (Crystal, 2003, p. 102).

---

<sup>25</sup> A disponibilidade de discos de gramofone produzidos em massa, permitiram, que trabalhos de compositores viajassem o mundo em forma física. Logo logo as letras dos suas músicas que se tornaram hits foram aprendidas e reproduzidas nos mais diversos sotaques em cabereis e salões de música em toda a Europa.

<sup>26</sup> Os grupos pop das duas nações dominantes que falavam inglês, logo começaram a dominar a indústria fonográfica: Bill Haley and the Comets e Elvil Presley nos Estados Unidos; Os Beatles e os Rolling Stones no Reino Unido. Grandes públicos para cantores de música popular se tornaram comuns no cenário mundial a partir da década de 1960. Nenhum outro meio espalhou a língua inglesa tão rápido entre os jovens como a indústria fonográfica. Em 1996, Nick Reynolds, um produtor musical muito popular do *BBC Wolrd Service*, comentou que: A música popular é o único campo em que os britânicos

Diante disso, observa-se que a música popular no cenário internacional no decorrer do século XX foi majoritariamente americana e inglesa e conseqüentemente contribui para este trabalho, pois não só os coloca como principais no cenário musical mas também explica o porquê de a língua inglesa ser altamente aceita na música, já que desde o início do século XX a grande maioria do material fonográfico que atingiu as massas no mundo todo foi cantado em inglês. O autor argumenta justamente que:

Radio sets around the world hourly testify to the dominance of English in the popular music scene today. Many people make their first contact with English in this way. It is a dominance which is a specifically twentieth-century phenomenon<sup>27</sup> (Crystal, 2003, p. 101).

Portanto, a música cantada em inglês é caracterizada como sendo de fácil acesso, estando sempre presente nas rádios do mundo todo e fazendo dos indivíduos, receptores desse material que é resultado de uma indústria fonográfica majoritariamente norte americana ou britânica. Outra contribuição muito importante que é feita aqui, é o fato de que a música popular inglesa é considerada o único campo da indústria cultural britânica que ainda tem fortes efeitos no mundo em meio à supremacia estadunidense.

Crystal (2003) também traz dados de grande importância. Ele argumenta que dos 557 grupos musicais que existiam na década de 90, 549 (99%) cantavam em inglês, e dos 1219 cantores solo, 1156 (95%) cantavam em inglês. O autor ainda levanta que a maioria das vezes, que alguém liga o rádio uma música popular cantada em inglês vai estar tocando.

Portanto, a adesão da língua inglesa como língua franca ocorreu por resultado de diversos fatores. Primeiramente temos o fato de que o inglês ser falado em todos os continentes do mundo por consequência do colonialismo britânico e pelo poder econômico e político dos Estados Unidos, que foram adquiridos nos séculos XIX e XX.

Existe também o fato de que o inglês é a língua mais presente nas relações internacionais, na mídia e no entretenimento de massa. Esse contexto é de grande importância, pois está fortemente conectado à ideia de hegemonia militar e econômica, que permite que tal situação exista. O processo colonial britânico que espalhou a língua pelo mundo não seria possível sem o poder econômico do império britânico antes do

---

tem liderado o mundo nas últimas três décadas, e ecoando o elogio feito a mais ou menos 200 anos atrás, a Grã Bretanha ainda é a oficina pop do planeta. (Minha tradução)

<sup>27</sup> Estações de rádio no mundo todo a cada hora comprovam a dominância da língua inglesa no cenário da música popular atual. Muitas pessoas fazem o seu primeiro contato com o inglês dessa forma. Essa dominância é um fenômeno específico do século XX. (Minha tradução)

século XX (resultante do seu papel pioneiro nas atividades industriais na Europa e no mundo) ou sem a sua poderosa marinha (que fez possível as viagens exploratórias) e suas tropas (que se instalaram em muitas de suas colônias). Ao mesmo tempo, os grandes organismos internacionais não utilizariam a língua com tanta freqüência, se não houvesse tantos falantes da língua em diversas partes do mundo, seja por decorrência da colonização britânica (incluindo os Estados Unidos que hoje compõem a maior potência no Sistema Internacional) ou pelo poder econômico dos norte americanos, que faz com que a língua inglesa seja vista como a língua do sucesso financeiro em diversas partes do mundo.

Outra questão importante, é o fato de que a imprensa, o rádio, o cinema, e a indústria musical não nasceram e se desenvolveram primeiros nos dois maiores países anglo-saxões (Inglaterra e Estados Unidos) por acidente. Isso ocorreu, graças às suas capacidades econômicas e de consumo, assim também como seus governos que permitiram que tal processo ocorresse graças a seus impostos brandos. Isso resultou no desenvolvimento pioneiro desses ramos que hoje se tornaram verdadeiros impérios midiáticos com forte influencia sobre a informação e a cultura difundida internacionalmente, difusão essa que ocorre em sua língua primária, o inglês.

### **1.5. Aceitação dos valores liberais no Ocidente**

Nesse trabalho, a explanação a respeito do liberalismo terá foco no liberalismo político, que contém em si fortes valores individualistas, a sua influência sobre a Revolução Francesa e importância desta para a disseminação desses valores no Ocidente, tornando-os valores altamente aceitos, e posteriormente o uso destes nas indústrias culturais, a sua difusão no mundo contemporâneo globalizado, e sua importância para os “países individualistas”. Ao falar de liberalismo político, temos que leva em conta o pensamento de John Locke e sua contribuição para o liberalismo e a Revolução Francesa.

### **1.5.1. O Pensamento Lockeano, sua contribuição para a Revolução Francesa, e a centralização do indivíduo.**

Na Inglaterra, revoltas populares sempre foram muito presentes na vida política inglesa, e sofreram uma ampliação no século XVII, século marcado pela forte disputa de poder entre a dinastia dos Stuarts que tinham fortes tendências absolutistas (e de imposição católica), e o parlamento, resultando na Revolução Gloriosa em 1688. Conseqüentemente, a Inglaterra no século XVII foi a primeira a passar pela crise do regime absolutista e pela ascensão de valores burgueses, enquanto todos os outros países europeus vieram a viver essa quebra de paradigma no século XVIII. (FERREIRA, 2009)

É importante ter em mente que Locke, nasceu em 1632, em uma família burguesa na Inglaterra, e durante grande parte de sua vida ele lutou pela ascensão da burguesia “às esferas dominantes do poder político na Inglaterra” (Ferreira, 2009, p.4). Locke foi um dos principais representantes do jus naturalismo (direitos naturais intrínsecos ao ser humano) e tem como grande parte do seu trabalho a ideia de passagem entre o Estado de Natureza, para a Sociedade Civil e a Comunidade Política. (FERREIRA, 2009)

Em seu pensamento temos, então, a sua visão quanto ao que os teóricos contratualistas chamam de Estado de Natureza. Para o autor, a existência do indivíduo precede a sociedade e o Estado, e o Estado de Natureza representa justamente a organização social antes da instituição do aparato estatal. Ele afirma que o Estado de Natureza é governado pela razão, onde todos são livres e possuintes de direitos naturais, que precisam ser respeitados pelo Estado. Este posteriormente institui a comunidade política, através do consenso entre os homens que o aceitam e conseqüentemente tem poder sobre ele, podendo, então, desfaze-lo se assim quiserem. (LOCKE *apud* WEFFERT, 2000)

Locke afirma justamente que:

“O estado natural tem uma lei de natureza para governa-lo, quem a todos obriga; e a razão, que é essa lei, ensina todos os homens que a consultem, por serem iguais e independentes, que nenhum deles deve prejudicar a outrem, na vida, na saúde, ou nas posses” (Locke *apud* Neto, 2006, p.5).

Portanto, é possível notar aqui, como funcionava o Estado de Natureza de Locke, mas também outro fator importante se faz presente: a propriedade. A propriedade é fundamental para o pensamento liberal, que foi justamente iniciado por Locke. Segundo o autor, a natureza é um bem comum, mas quando o homem a modifica, todos os frutos desta modificação são dele, pois como o homem é dono de seu próprio corpo, este é conseqüentemente dono dos frutos de seu trabalho. Graças à existência de uma influência burguesa ao seu pensamento, Locke argumenta justamente que a propriedade ela é um direito natural do homem, já que esta já existia no estado natural e esta deveria ser respeitada, pois ela é legitimada pelo trabalho, sendo a propriedade privada uma consequência deste. Para o autor, o Estado seria instituído para garantir que não haveria a infração, e sim o respeito pela propriedade privada assim como todos os outros direitos naturais dos homens: a liberdade, a vida e a felicidade (LOCKE *apud* WEFFERT, 2000).

O que ocorre aqui é justamente a ideia de que existe um contrato social que faz essa passagem entre o Estado de Natureza para a Comunidade Política ao instituir o Estado. Outra contribuição feita aqui por Locke para o pensamento liberal democrático é a ideia de representatividade. Ele coloca justamente que o governante é colocado no poder como resultado da vontade popular (através de um contrato abstrato) e defende que esse existe para garantir através da lei que os direitos naturais dos indivíduos não serão desrespeitados. (LOCKE *apud* WEFFERT, 2000)

O pensamento de Locke é de extrema importância para esse discussão pois ele colocou o indivíduo como centro, colocou a liberdade como um direito essencial, instituiu a importância da propriedade privada e

Para além de seu próprio tempo, Locke influenciou o ideário das revoluções americana e francesa, sobredeterminou a própria constituição da teoria da democracia liberal - estabelecendo os princípios de congruência entre governo e sociedade civil e estipulando os limites da ação do Estado - bem como determinou o espaço da comunidade política nacional como o espaço por excelência da razão democrática, tal como firmaram os antigos clássicos da Hélade. Como contratualista e liberal democrático, sua obra teve grande influência sobre as idéias posteriores (Ferreira, 2009, p.7).

Portanto, as ideias de Locke se fazem presentes em diversos movimentos futuros de caráter liberal, por ser o primeiro a discutir tais ideais, estando conectado a dois movimentos de extrema importância para a disseminação desses valores individualistas

liberais no ocidente, o Iluminismo e a Revolução Francesa. (MELLO e DONATO, 2011)

Quanto ao iluminismo:

O projeto iluminista esteve associado a autores como Montesquieu (1689-1755), Rousseau (1712-1778), Kant (1724-1804), e aos empiristas ingleses Locke (1632-1704) e Hume (1711-1776). A liberdade individual se torna o centro da discussão sobre política, à medida que a filosofia política iluminista promovia a centralidade dos direitos individuais, diferenciando os compromissos dos antigos e medievais da ordem e hierarquia (Mello e Donato, 2011, p. 253).

Percebe-se, aqui, então, a centralização dos valores individualistas, e a ideia de emancipação de um sistema antigo. O Iluminismo também esteve muito conectado a pensadores das ciências naturais como Copérnico, Galileu, Newton. Essa onda de pensadores traz consigo justamente uma ideia de progresso, que está atrelada a uma separação de uma visão de mundo classificada como antiga, marcada pela proveniência divina e a explicação da realidade através do pensamento religioso, para uma visão nova em que se foca no indivíduo e se valoriza o saber científico. Os iluministas acreditavam que os homens estariam em controle do seu próprio destino, por serem racionais e também conhecedores das leis naturais.

Por ser o pai do liberalismo, “o iluminismo teve a sua primeira expressão teórica, mais concentrada, em fins do século XVII, com o inglês Jhon Locke” (Mello e Donato, 2011, p.253). A Europa ainda vivia em sua grande maioria em regimes absolutistas e o pensamento de Locke influenciou diversos pensadores do continente que discordavam com a situação política que se fazia presente, como os franceses Montesquieu (1689-1755) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Estes foram de extrema importância para a Revolução Francesa e para diversos desdobramentos posteriores do pensamento democrático liberal. (MELLO e DONATO, 2011)

A Revolução Francesa traz fortes contribuições para as organizações governamentais e os valores liberais tão considerados universais no ocidente. A primeira é a derrubada completa do regime absolutista feudal, e do feudalismo em geral permitindo o desenvolvimento do capitalismo e da livre iniciativa privada. Outra grande contribuição para o pensamento ocidental é a ideia da meritocracia ao invés dos títulos nobiliárquicos, havendo então a valorização da ascensão social, econômica ou política pelos méritos pessoais e não por títulos e privilégios. Mais uma contribuição provinda

da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” na França em 1789, é que houve a adoção do pensamento de que os homens são livres e iguais em direito, e a associação política existe justamente para assegurar a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão. Uma das maiores contribuições, e provavelmente a mais relevante para este trabalho, é que ao contrário do período pré revolução onde o homem era apenas parte do coletivo, ele agora é individualizado e colocado no centro do universo, sendo este livre e responsável pelos seus próprios atos, além de base para a instituição de um Estado democrático. (MELLO e DONATO, 2011)

Isso é de extrema importância, pois cria uma diferença entre a liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos, sendo a primeira a participação coletiva dos cidadãos no exercício da soberania e a segunda a liberdade civil/individual. A Revolução Francesa é justamente um marco histórico por funcionar como uma ruptura paradigmática do pensamento ocidental, em que se passa de uma visão de liberdade coletiva para a atual independência privada, servindo como o marco histórico da aceitação desses valores individualistas no Ocidente.

### **1.5.2 As diferentes aplicabilidades do Liberalismo**

O individualismo liberal é fortemente adotado como forma de comportamento em nações anglo-saxônicas. Isso acontece pela forte influência da tradição protestante desses países. Isso faz com indivíduos nesses países tenham uma visão muito clara a respeito da participação do Estado, e o papel da sociedade civil. A construção do bem estar social no pós Segunda Guerra Mundial que ocorreu por parte de uma maior participação do Estado, aconteceu justamente em países em que o aparato estatal já cumpria um forte papel na vida das pessoas. Exemplos claros desse quadro são a Alemanha e a França, enquanto países como a Grã Bretanha e os Estados Unidos não muito comumente seguem esse caminho. (PINTO, 2007)

Isso se mostra ainda mais interessante quando se compara o caso das nações de descendência anglo-saxônica e de descendência ibérica, pois as nações que se encaixam nessa segunda classificação, tem historicamente uma forte tradição de assistencialismo religioso e de forte presença estatal, constituindo um forte contraste a países como Estados Unidos e a Grã Bretanha. (PINTO, 2007)

O liberalismo clássico tem forte influência sobre o pensamento dentro da Grã Bretanha, mas tem ainda mais presença dentro dos Estados Unidos devido a sua forte tradição puritana, intensificando, então, esse senso de individualismo. (PINTO, 2007)

Nos Estados Unidos, a influência do pensamento liberal clássico de Locke se mostra na forma com que este lida com suas políticas liberais quanto à posse de armamento, na rejeição à idéia de projetos sociais patrocinados pelo Estado (por afetarem suas rendas que são fruto de seu trabalho), o forte apreço pela propriedade privada e o valor do trabalho, a existência de uma delimitação muito clara em relação ao espaço do indivíduo (que se contrasta com a tradição ibérica por sua forte tradição assistencialista) e o espaço do Estado, e a forma como os cidadãos americanos colocam este segundo “no seu lugar”. (PINTO, 2007)

Pinto (2007) argumenta a favor disso, quando coloca que:

Naquelas nações onde a ideologia liberal é forte, o Estado é pouco presente – entendido essa presença como paternalista – e a sociedade civil (no sentido contemporâneo) busca de alguma forma ocupar os espaços não preenchidos pelo Estado, não havendo a ocorrência de atritos decorrentes da presença de um em áreas de atuação alheia, ocorrendo tal invasão, uma das partes prontamente age para que o “invasor” se retire. Esse exemplo encontramos nos Estados Unidos, onde os cidadãos evocam suas liberdades individuais, especialmente de associação para “coibir” a invasão estatal (Pinto, 2007, p. 60).

Portanto, é possível perceber aqui a alta valorização da individualidade na sociedade norte americana, justamente como resultado da forte influência liberal no país, e como esta afeta a forma como estes vêem e delimitam a presença do Estado. Em contraste a isso, Pinto (2007) coloca que :

Naquelas nações onde o liberalismo é um espectro apenas, a sociedade civil é fraca ou está fortemente atrelada ao Estado. Os avanços sobre os interesses da sociedade são uma ocorrência constante, embora em muitos lugares, os interesses da sociedade e do Estado se confundem, criando uma vinculação tal, que o direito de resistência, por exemplo, é desconhecido e até não praticado. Nessas sociedades, o Estado precede o cidadão. O único liberalismo possível é o liberalismo econômico, pois quando pensamos na possibilidade de aplicação do liberalismo político, o que vemos são pálidas matrizes do modelo (Pinto, 2007, p. 61).

Portanto, existe uma clara diferença entre os países com maior tradição liberal política, e dos que este fator não se faz muito presente na vida dos indivíduos misturando os interesses da sociedade civil com os interesses do Estado. Nesse contexto de dualidade, os países de descendência anglo-saxônica se encontram, então, na



primeira classificação, se distinguindo dos outros pelo forte caráter individualista de suas sociedades civis.

### **1.6. A música como representação de uma cultura e o consumo de música no mundo globalizado.**

Segundo Robert Garfias (2004) em seu trabalho “*Music The Cultural Context*”:

If culture is the sum of the things we do and we know and what we pass on for adoption and modification then it naturally follows that music is a part of all this. It grows out of culture, based on whatever tradition has been inherited along with all modifications that have taken place<sup>28</sup> (Garfias, 2004, p.7).

Aqui é possível perceber, como a música é um resultado da cultura, principalmente quando ele argumenta mais a frente que os indivíduos ao fazerem parte de um contexto cultural, eles criam música a partir do que estes aprenderam e ouviram, sendo um resultado de contextos históricos, políticos, econômicos e estéticos. (GARFIAS, 2004)

É perfeitamente aceitável então, que a população de um país, ao fazer música, coloque seus valores e suas ideologias (que são um resultado do contexto cultural de onde estes indivíduos foram formados) no material fonográfico que criam, servindo consequentemente também como a representação de uma cultura. (GARFIAS, 2004)

Antony Giddens (1998), em seu livro “Mundo em Descontrole”, afirma que a globalização foi muito afetada pelos fortes desenvolvimentos nos sistemas de comunicação, que ocorreram na década de 1960, e ao contrário do que muitos pensam, o fenômeno da globalização é muito mais que um fenômeno de interdependência econômica, ela é também um fenômeno político, tecnológico e cultural. (GIDDENS, 1999)

Ele aponta para o erro de se considerar que a globalização é um fenômeno que só afeta os grandes sistemas, pois ele não diz só respeito ao que está “lá fora”, afastado e distante do indivíduo, mas também “aqui dentro”, afetando suas vidas pessoais e questões íntimas. (GIDDENS, 1999)

---

<sup>28</sup> Se a cultura é o conjunto de coisas que nós fazemos e conhecemos e o que passamos adiante para adoção e modificação, então, naturalmente a música é parte de tudo isso. Ela nasce da cultura, baseada nas tradições que foram herdadas junto a todas as modificações que aconteceram. (Minha tradução)

Giddens (1999) também argumenta que a globalização funciona em parte, como uma ocidentalização do mundo, e pode ser muito boa para uns e ruim para outros. É boa para quem vive nos Estados Unidos ou na Europa ocidental, já que são os maiores detentores de capacidades difusoras, sendo o mais forte deles os Estados Unidos que hoje é a potência dominante na ordem global. Para outros, porém, principalmente fora do eixo ocidental, o choque cultural é mais forte, e se faz sentir como uma imposição de suas culturas. (GIDDENS, 1999)

Garfias (2004) considera que a música popular consegue facilmente quebrar barreiras culturais no globo, até mesmo as linguísticas, e, dentro desse contexto, o mundo hoje caminha em direção a uma globalização de gostos musicais. Mesmo que ao analisar a fundo culturas locais seja possível perceber que ainda existem tradições e estilos musicais específicos em cada lugar do mundo, o mundo globalizado está saturado com informações culturais graças aos meios de comunicação de massa cada vez mais fortes e eficazes, e conforme o tempo passa se torna mais difícil encontrar sociedades humanas, que estejam relativamente intocadas por este processo. (GARFIAS, 2004)

É possível, então, alinhar o pensamento de Garfias (2004) ao pensamento de globalização desigual de Giddens (1999), e afirmar que num mundo globalizado em que o intercâmbio cultural é possibilitado pelos meios de comunicação (sendo este intercâmbio assimétrico), ocorre uma maior troca cultural e, conseqüentemente, gostos locais, são afetados e modificados no mundo inteiro. Esse quadro se dá graças à alta acessibilidade a materiais culturais, entre eles materiais fonográficos, dependendo este processo da cultura de massa e dos meios de comunicação modernos que como foi explanado anteriormente neste capítulo, são em sua grande maioria de origem britânica ou americana, facilitando assim a popularização dos estilos musicais vigentes nos mesmos.

Nesse contexto, quando a indústria cultural transforma música em um produto, ela vende um produto que não só é resultado de uma cultura, mas ao mesmo tempo também dissemina valores específicos presentes nesta. Outra questão que é levada em conta para que a assimilação ocorra com mais facilidade é o próprio estilo musical, que como foi argumentado através de uma conexão dos pensamentos de Garfias (2004) e Giddens (1999), é possível afirmar que existe cada vez mais uma globalização de gostos

musicais, que numa ocidentalização do mundo como resultado de uma hegemonia cultural (que também foi argumentado anteriormente nesse capítulo) afeta a capacidade de venda de um material fonográfico.

### **1.6.1. A influência da cultura no comportamento do consumidor**

Segundo Solomon (2000) em seu livro “O Comportamento do Consumidor”, ele traz algumas contribuições muito importantes para essa discussão. Ao argumentar a respeito da influencia da cultura no comportamento do consumidor ele afirma justamente que:

A relação entre o comportamento do consumidor e a cultura é uma rua de duas mãos. Por um lado, os produtos e serviços que se sintonizam com a prioridades de uma cultura em um dado momento têm muito mais chances de serem aceitos pelos consumidores. Por outro lado, o estudo de novos produtos e inovações no *design* de produtos que uma cultura produz com sucesso em algum momento no tempo proporciona um panorama dos ideais culturais naquele período. (Solomon, 2000, p. 568).

É importante notar aqui então, como a cultura afeta as prioridades e, conseqüentemente, o comportamento do consumidor, e também como estas são marcadas por diferentes períodos. Ele mais a frente argumenta justamente que a cultura não é estática e está constantemente em mudança, mesclando novas e velhas ideias e esta é marcada justamente pela ideologia vigente em tal grupo social. (SOLOMON, 2000)

Solomon (2000) aponta justamente a necessidade de descobrir se a cultura em que se pretende instalar um produto é uma sociedade individualista ou coletivista:

Em culturas coletivistas, as pessoas subordinam suas metas pessoais àquelas de um grupo estável. Por sua vez, os consumidores em culturas individualistas conferem mais importância às metas pessoais e as pessoas tendem a mudar de grupo (por exemplo, emprego, igreja, etc.) quando as exigências se tornam muito custosas. Enquanto uma sociedade coletivista enfatiza valores como autodisciplina e a aceitação da posição do indivíduo na vida, pessoas de culturas individualistas valorizam o prazer pessoal, a alegria, a igualdade e a liberdade (Solomon, 2000, p.570).

Isso serve para mostrar como o consumidor procura os valores de sua cultura nos produtos que compra, e o sucesso desse produto no local em que se instala vai depender justamente da disseminação desses valores específicos que vão permitir a assimilação. (SOLOMON, 2000)

Solomon (2000) posteriormente classifica como exemplos de locais com cultura coletivista o Paquistão, Taiwan, a Venezuela, a Grécia, a Turquia, a Tailândia e Portugal, e que como culturas individualistas temos justamente a Grã Bretanha, os Estados Unidos, o Canadá e a Holanda. Esse são exemplos são muito úteis, pois a grande maioria dos países individualistas citados por Solomon (2000) são justamente de descendência anglo-saxônica, que como foi argumentado anteriormente neste capítulo tem forte tradição liberal, principalmente do liberalismo político. (SOLOMON, 2000; PINTO, 2007)

## **2. A formação das identidades nacionais**

Esse capítulo tem com objetivos entender como se conectam a nação e o Estado, assim como entender o nacionalismo nesse contexto. Pretende trazer à luz como se formam as identidades nacionais e o sentimento de pertencimento a estas devidas comunidades, para que mais a frente, se possa utilizar tais conceitos e processos a favor de uma análise histórica, que trará uma melhor compreensão a respeito do processo de formação da identidade nacional inglesa e britânica, seus valores, sua condição atual e explorar como esses elementos afetam a forma que este utiliza o seu “*Soft Power*”.

Será tratado o conceito de nação, como este se relaciona com o Estado e com o sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional específica. Dentro desse contexto diversos autores, clássicos e contemporâneos, discutem tais questões e trazem pontos de vista e contribuições diferentes.

### **2.1. A Nação e o Nacionalismo para os teóricos clássicos e contemporâneos**

Entre os autores clássicos, Max Webber (1864-1920) e Marcel Mauss (1872-1950) partem da ideia de que as integrações sociais complexas eram mantidas através de estruturas de solidariedade social. Para eles, ocorreu um processo evolucionista nas comunidades humanas, que foram de “sociedades clânicas” nas quais a coesão social era mantida por uma crença religiosa comum que definia a estrutura social e as relações de poder, para as sociedades modernas e complexas em que a religião perdeu espaço, e os indivíduos agora mantinham relações individualistas e impessoais, e a coesão social era mantida através do pertencimento a uma comunidade. (WEBBER *apud* COSTA, 2006)

Para Webber (1922), esse sentimento de pertencimento, é de grande importância, e em seu trabalho ele descreve algo que denominado de “pertinência à raça”, que cria uma noção de “comunidade” entre os comuns, não só através de suas similaridades entre si, mas também através de suas diferenças em relação aos outros grupos, reforçando assim sua singularidade, pois estes não são “os outros”, mas sim “si mesmos”. (WEBBER *apud* COSTA, 2006)

É essa “pertinência a raça” que causa nos sujeitos o sentimento de inclusão a um grupo específico e os faz crer em uma “ascendência comum”. A ideia de pertencer a um

grupo específico, cria nestes também uma crença em uma origem similar, entre os componentes do mesmo. (WEBBER *apud* COSTA, 2006)

Para reforçar a singularidade de um grupo em relação aos outros que o circulam, criam-se tradições e costumes, que serão utilizados justamente como “elementos diferenciadores” (COSTA, 2006, p.15). Esses elementos diferenciadores criam nestes um sentimento de honra que substitui a ascendência comum. A instituição desses elementos diferenciadores coloca tal grupo em outro patamar evolutivo, e “significava a geração de um novo tipo de estrutura social: a ‘comunidade étnica’” (COSTA, 2006, p.15).

A ‘comunhão étnica’ é diferente da ‘comunidade de clã’, pois a primeira é um resultado da segunda, e não é por si uma comunidade, mas sim um elemento facilitador de relações comunitárias.

com o aparecimento da ‘comunidade étnica’, o elemento de coesão passava a ser a “honra étnica, a honra específica das massas por ser acessível a todos os que pertencem à comunidade de origem subjetivamente imaginada” (Weber 1994 [1922]:272). Neste sentido, a ‘honra étnica’ como realidade construída ideologicamente e não baseada na suposição de laços de substância – a ascendência comum – pressupunha também a construção de noções mais sofisticadas de solidariedade (COSTA, 2006, p.16).

É possível, então perceber, que os laços criados pela ‘comunhão étnica’ criam um sentimento de comunidade muito mais sofisticado, pois se baseia em algo muito mais abstrato (tradições e costumes) do que os “laços de substância” (baseados na origem comum), sendo assim possível criar um sentimento de comunidade e solidariedade, até mesmo entre pessoas que nunca devidamente se conheceram, através da existência de uma cultura compartilhada. É justamente essa cultura comum, vista como singular e distinta das outras a condição que permite a existência do sentimento de nação. (WEBBER *apud* COSTA, 2006)

Para Weber (1922) a nação pressuporia o Estado:

Sempre encontramos, junto com o conceito de ‘nação’, a referência à relação com o ‘poder’ político, e evidentemente o ‘nacional’ é, portanto – se for algo homogêneo –, uma espécie de comoção que, num grupo humano unido por uma comunidade de língua, de confissão, de costumes ou de destino, se vincula à idéia da organização de uma unidade política poderosa própria [...]. (WEBER *apud* COSTA, 2006, p.16)

Nesse contexto, Weber (1922), então, afirma que a nação é necessária para a existência do Estado, pois este precisa da coesão cultural interna, sendo o Estado algo que auxilia na criação dessa homogeneidade cultural interna, não pré-requisito para a formação da nação.

Marcel Mauss (1920) tem um pensamento que se alinha ao de Weber, pois este também acredita que existe um processo evolutivo dos grupos sociais, relativos à “sofisticação” de seu funcionamento comunitário. Mauss enfatiza a passagem das “sociedades polissegmentadas” (clânicas, tribais e com formas primitivas de monarquia) para o Estado moderno. Ele divide em sua análise, as “sociedades não-integradas” e as “sociedades integradas”, e são as do segundo tipo que são vistas como nações. (MAUSS *apud* COSTA, 2006)

Assim como Weber, ele vincula a ideia de nação com o aparecimento de Estado:

Nós entendemos por nação uma sociedade materialmente e moralmente integrada a um poder estável central, permanente, a fronteiras determinadas, a uma relativa unidade moral, mental e cultural dos habitantes que aderem conscientemente ao Estado e às suas leis. (Mauss *apud* Costa, 2006, p.18)

É possível notar, a necessidade de questões como integração social, valores aceitos de forma conjunta e um território delimitado, para que se exista não só a nação, mas também o Estado. Para Mauss (1920), existem três critérios para que se chame tal grupo de nação. O primeiro é a existência de uma relativa integração social, tendo sido abolidas todas as segmentações sociais como clãs, tribos, feudos, cidades-estado, reinos e afins, e ao mesmo tempo é também necessária a existência de fronteiras bem definidas, que garantem certa noção de independência. Essa integração tem que estar então, conectada a essa noção de soberania e independência. (MAUSS *apud* COSTA, 2006)

O segundo critério é a existência de uma “unidade econômica”, sendo importante aqui a existência de “leis de protecionismo econômico, códigos de impostos e taxas e, o mais importante, o estabelecimento da moeda nacional, símbolo da unidade do conjunto dos próprios cidadãos na “crença no crédito nacional”. Portanto, a existência de uma forma específica e própria de fazer troca, garante aos pertencentes de uma comunidade um sentimento de coesão dentro do grupo, tanto internamente quanto

externamente, para quem os vê de uma perspectiva externa. (MAUSS *apud* COSTA, 2006)

O terceiro critério é a existência de uma cultura própria e específica:

Uma nação digna deste nome tem sua civilização, estética, moral e material, e quase sempre sua língua. Ela tem a sua mentalidade, sua sensibilidade, sua moralidade, sua vontade, sua forma de progresso e todos os cidadãos que a compõem participam em suma da Idéia que a conduz. (Mauss *apud* Costa, 2006, p.19)

Nota-se então, em Mauss (1920), a importância do Estado para a existência da nação, pois questões como tributação, leis comerciais nacionais e meio de troca próprio, além da existência de um território soberano e limitado estão fortemente conectadas à existência de um Estado central e unificador e estes se conectam a coesão social e cultural de um povo. Esse pensamento não só pode como se conecta ao de Weber tanto na ideia de que a nação pressupõe o Estado, como também se associa ao processo evolutivo que garante sofisticação e profundidade ao sentimento de pertencimento nacional através da “comunidade étnica”. (MAUSS *apud* COSTA, 2006)

É importante ter em mente, porém, que para estes autores, a nação é menos uma estrutura política, econômica e administrativa num território delimitado, ideia essa que se conecta mais ao Estado, e sim uma realidade criada com base na cultura que faz de tal povo algo singular e diferente daqueles que o circulam.

Conclui-se então, que em relação a estes teóricos clássicos, o Estado funciona como um auxiliador da criação da nação, pois ao dar fatores como coesão econômica e limites definidos assimilados a um ideal de independência e soberania, mas a nação mais do que isso, ela é um grupo de indivíduos que mesmo com todas as suas diferenças individuais, apresenta um sentimento de solidariedade entre si que só é possível graças à existência de uma cultura conjunta e homogeneia que os classifica como parte de uma comunidade nacional.

Elias (1939) destaca que, a nação é na realidade um fenômeno muito mais recente do que Weber e Mauss colocavam, e também se posicionava com o argumento de que não existia uma passagem evolutiva, apenas uma passagem histórica entre a era



do absolutismo e a emergência do que hoje se chama de civilização. (ELIAS *apud* COSTA, 2006)

O Absolutismo é de grande importância, pois tira o controle da terra dos suseranos, e é colocado nas mãos de uma pessoa só, promovendo uma centralização do poder, sendo contrário à antiga descentralização feudal, através da estabilização de um poder militar hegemônico, de um monopólio fiscal e tributário, e uma moeda própria que padroniza as trocas. O Estado surge então através de uma junção entre o monopólio tributário e da força física aceita pelos súditos. (ELIAS *apud* COSTA, 2006)

Consequentemente, a nação seria um resultado da aceitação do Estado:

É no interior desse processo de aceitação que surgiu a idéia de nação: ela teria provido essa “dinâmica de interdependência humana” de coesão através da formação de uma base ideológica formada pela tomada de consciência dos caracteres culturais e de sua transposição em critério de identidade. (COSTA, 2006, p.23)

Entende-se, então, que ao aceitar a nação, esta proveu os indivíduos de uma “dinâmica de interdependência humana” baseada na tomada de consciência quanto aos caracteres culturais comuns e posteriormente é feita uma utilização destes como forma de identificação. (ELIAS *apud* COSTA, 2006)

Elias (1939) através de uma “sociologia do indivíduo moderno”, ele coloca que as próprias atitudes dos sujeitos são consequência de uma consciência nacional, pois nos Estados nacionais industriais, se percebe que mesmo com as diferenças pessoais, o fato dos indivíduos da nação serem moldados de forma similar pelo mesmo sistema cultural faz deles semelhantes, pois é justamente essa formação que afeta seus discursos e suas formas de pensamento, afetando consequentemente suas atitudes. (ELIAS *apud* COSTA, 2006)

Também segundo o argumento de Elias (1939), é importante destacar, que os indivíduos agora fragmentados pelo mundo moderno com seus ideais individualistas, tem na comunidade nacional e seu sentimento de coletividade uma forma de dar sentido a sua existência fragmentada. (ELIAS *apud* COSTA, 2006)

Outro autor importante é Ernest Gellner (1925-1995). Para Gellner (1939):

Uma simples categoria de indivíduos (por exemplo, os habitantes de um dado território ou os que falam uma determinada língua) transforma-se numa nação se e quando os membros dessa categoria reconhecem firmemente uns aos outros determinados direitos e deveres mútuos em virtude da qualidade comum de membros dela. É esse reconhecimento mútuo, enquanto membros do grupo, que os transforma numa nação, e não os outros atributos comuns, quaisquer que eles sejam, que distinguem essa categoria dos que não são membros dela. (GELLNER *apud* COSTA, 2006, p. 26).

É possível, então, perceber, que para Gellner (1939), o que faz uma nação, não são as diferenças que fazem de um povo diferente do outro, mas sim o reconhecimento de seus similares junto a seus direitos, e seus deveres que garantiram a qualidade de vida de todos pertencentes a tal nação. (GELLNER *apud* COSTA, 2006)

Ele também coloca a criação de uma cultura nacional por parte das elites intelectuais, ou melhor, dizendo a criação de uma “alta cultura” por parte desses grupos, tem muita importância para a identidade nacional, pois é essa “alta cultura” será vista como “correta” e será copiada pelas outras partes da sociedade. (GELLNER *apud* COSTA, 2006)

Nesse contexto, algo muito importante para esse processo é a existência de uma educação padronizada em território nacional. Para Gellner (1939), nações e nacionalismo são resultado e condição da sociedade industrial. Ele coloca que as sociedades industriais têm uma necessidade de pessoas intelectualmente e tecnologicamente capacitadas, e é justamente o Estado moderno que garantirá uma educação padronizada, geral e pública que fornecerá essa capacitação. Dentro desse contexto, a educação padronizada e geral é que irá semear todos os símbolos representativos dessa “alta cultura” e garantirá uma maior coesão cultural. Ele também acredita que foi a homogeneização cultural que fez possível a criação de ideologias nacionais. (GELLNER *apud* COSTA, 2006)

De acordo com Gellner (1939), então, as nações como entidades políticas e definidas por uma identidade comum só foram possíveis graças a desenvolvimento histórico específico e a construção das sociedades industriais com seus mecanismos de educação pública e homogenia. Ao se tratar de Gellner (1939), é importante colocar que a difusão da cultura é de extrema importância, pois:

[...] quando as condições sociais gerais conduzem a culturas eruditas standardizadas, homogêneas e centralizadas, abrangendo populações inteiras e não apenas minorias de elite, surge uma situação em que as culturas

unificadas, educacionalmente sancionadas e bem definidas, constituem na prática o único tipo de unidade com que os homens se identificam voluntariamente e muitas vezes ardentemente. (GELLNER *apud* COSTA, 2006, p. 26)

Aqui se faz perceptível, que é justamente quando culturas homogêneas não se prendem só a elites, atingem todas as parcelas da população e são difundidas através da educação provida pelo Estado, estas criam uma capacidade de identificação voluntária por parte dos indivíduos, e conseqüentemente até mesmo uma identificação fervorosa. É possível notar aqui, que essa identificação nacional é de extrema importância para a discussão a respeito de nacionalismo. (GELLNER *apud* COSTA, 2006)

Em relação a esse processo educativo, nós temos em Gramsci (1948) que a cultura e os valores que são difundidos nesse contexto são justamente os valores de uma elite dominante. Para ele, a hegemonia é uma junção de dois fatores essenciais: O poder-direção e dominação-consenso, fazendo com que os grupos detentores do poder precisem consolidar a sua dominação (já existente por meios materiais) no restante da população por meio da educação que disseminará os valores e a visão de mundo grupo social que retém a maior quantidade de recursos. (GRAMSCI *apud* LEITE e SCHLESENER, 2007)

Em Gramsci, portanto, o conceito de hegemonia é apresentado em toda sua plenitude, isso é, como uma ação que atinge não apenas a estrutura econômica e a organização política da sociedade, mas também age sobre o modo de pensar, de conhecer e sobre as orientações ideológicas e culturais (LEITE e SCHLESENER, 2007, p.3833).

Então, as ideologias vigentes em uma sociedade específica são na realidade consequência de um processo de hegemonia por parte de elites, que ditam qual a “cultura certa”, e moldam assim a visão de mundo de uma parte da população que se encontra sob uma dominação que é instituída através do sistema educacional. (GRAMSCI *apud* LEITE e SCHLESENER, 2007)

Segundo Benedict Anderson (1989), a Era do nacionalismo, ao contrário da Era da invenção do Estado (que data à queda do feudalismo) tem seu início no século XVIII, vivendo assim em um paradoxo entre a individualidade pregada pelo Iluminismo e a coesão social estabelecida pela nação. Para ele, o nacionalismo teve seu início, então, quando o sobrenatural perdeu seu lugar de atribuidor à existência social dos indivíduos,

e foi substituído pela nação que preencheu esse vácuo. (ANDERSON *apud* COSTA, 2006)

Para Anderson (1989), só foi possível imaginar a nação quando três questões culturais históricas foram derrubadas: A primeira é a idéia de que apenas a verdade escrita pudesse dar a verdade relacionada a questões existenciais, sendo essa idéia que permitiu muito do domínio religioso sobre o pensamento dos seres sociais na história da humanidade. O segundo é a idéia de que a sociedade é naturalmente organizada em volta de uma hierarquia social, com monarcas que são diferentes do restante dos seres humanos e governavam por meio da posse de um poder divino. Por último temos a idéia de que a história mística está conectada à história do homem por pertencerem ao mesmo mundo, sendo importante para o nascimento da nação a separação entre esses dois. (ANDERSON *apud* COSTA, 2006)

Anderson também nos concede um conceito de nação, sendo ele:

Dentro de um espírito antropológico, proponho, então, a seguinte definição para a nação: ela é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão. [...] A nação é imaginada como limitada, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais se encontram outras nações. [...] É imaginada como soberana, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído. [...] Finalmente, a nação é imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. (ANDERSON *apud* COSTA, 2006, p.31)

Percebemos, aqui, então, que as nações são comunidades imaginadas, por criar um sentimento de comunidade entre pessoas que não se conhecem e provavelmente não iram se conhecer. Ela é imaginada como algo limitado, com idéias de fronteiras que as separam de outras nações. Ela também é imaginada como soberana por ter nascido em uma época em que tanto as revoluções quanto o iluminismo estavam se desfazendo das formas antigas de funcionamento social baseadas em hierarquias muitas vezes instituídas através de um discurso divino. E, por último, nações são comunidades imaginadas, pois são vistas como repletas de companheirismo mesmo em sociedades claramente desiguais. (ANDERSON *apud* COSTA, 2006)

Existe um paradoxo entre a ideia de nação no mundo individualista moderno. A nação vai além da racionalidade, pois “ela teria aquela capacidade de juntar sensações, imagens e conceitos e dar um sentido ético à experiência histórica contraditória que os constitui – a fragmentação individualista do mundo moderno”. (CANIELLO *apud* COSTA, 2006, p.32)

Aqui, é possível perceber, então, que a nação se utiliza de artifícios como “sensações, imagens e conceitos” para dar sentido e conectividade a um paradoxo contraditório onde se presa à individualidade dos sujeitos. Pelo fato de a nação utilizar não só ideologias lógicas, mas também utilizar de sensações como foi dito antes, e também pelo fato do nacionalismo vir da nação, o nacionalismo de um povo ao ser estudado, não deve ser comparado com políticas ideológicas que foram aceitas de forma consciente e sim com os sistemas culturais que o antecedem, pois são estes sistemas que dão forma à nação e posteriormente ao nacionalismo.

Segundo Anthony Smith (1993), em relação ao que garante o caráter da comunidade nacional coloca que:

Enquanto fatores ‘objetivos’ como o tamanho da população, os recursos econômicos, sistemas de comunicação e uma centralização burocrática jogam obviamente um importante papel na criação do ambiente das nações (ou, mais comumente, estados, os quais os ajudam a formar nações), eles nos dizem pouco sobre as qualidades distintivas e o caráter da comunidade nacional que emerge. Por isso devemos nos voltar para fatores mais ‘subjetivos’: não as mais efêmeras dimensões coletivas do desejo e das atitudes, mas aos atributos culturais mais permanentes da memória, valores, mitos e simbolismo. [...] Só uma abordagem mais ‘simbólica’, baseada na comparação histórica dos elementos constitutivos duráveis das comunidades étnicas e das nações nos permitirá construir um quadro de relações históricas e sociológicas entre essas comunidades e as nações. (SMITH *apud* COSTA, 2006, p.36)

Aqui se faz presente que é a partir do estudo dos símbolos que perduraram durante a história de um povo, é que é possível um entendimento maior a respeito da relação entre o povo e suas devidas nações.

São esses símbolos que se perduram durante a história de uma comunidade específica que vão moldar as atitudes dos indivíduos, através de uma forma de expressão coletiva que atribui identidade ao grupo, e essa forma de viver se torna algo imutável pelo tempo e fica como algo que é levado para as próximas gerações através de tradições, mitos e elaborações do passado. Portanto é possível perceber que a questão

da nação não se restringe apenas a aparatos estatais, mas também tem um forte viés cultural, histórico e ideológico que molda as pessoas. (SMITH *apud* COSTA, 2006)

Smith (1993) afirma que a nação só é possível graças à etnia, pois é a segunda que dá o combustível necessário para formação da primeira, já que fornece mitos, símbolos, memórias e valores que mudam muito lentamente e duram por diversas gerações ou até mesmo séculos. A etnia é a geradora da nação, pois substancializa a solidariedade necessária para formar a nação, e como o sentimento nacional:

[...] é elaborado sob uma lógica ‘mito-simbólica’ que justifica a fraternidade e solidariedade que marca o grupo social, ele perdura na medida em que é transmitido como tradição e essa, inevitavelmente, se faz escrita, trazendo uma nova dimensão para o entendimento da realidade social a partir do momento em que o presente pode ter acesso ao transmitido. (COSTA, 2006, p.36).

Percebemos, aqui, então, não só a importância da etnia, mas também a importância do material escrito para a perpetuação da tradição, pois este funciona como um registro que pode ser acessado a qualquer época, e servir como uma forma de lembrar um passado específico e os símbolos contidos neste. (SMITH *apud* COSTA, 2006)

É importante ter em mente, porém, que a etnia e a nação são dois conceitos diferentes, sendo a primeira uma cultura comumente aceita entre as partes de um grupo de indivíduos que permite justamente a criação da nação, e o sentimento de pertencimento nacional.

## **2.2. A cultura e o discurso nacional**

Quanto às identidades nacionais, Stuart Hall (2005) também fornece um importante arcabouço teórico para descrever o funcionamento destas. Em seu livro “A identidade cultural da pós-modernidade”, Hall coloca que é extremamente comum se utilizar de uma nacionalidade como forma de auto identificação. Porém, mesmo que essa prática pareça fazer parte da natureza essencial dos indivíduos, essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes e são metafóricas.

Segundo Hall (2005):

As identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós só sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” (*Englishness*) veio a ser representada – como um conjunto de significados – e pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadão/ãs legais de uma nação; elas participam da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade (SCHWARZ *apud* HALL, 2005, p. 49)

Com esse parágrafo, é possível perceber, como as identidades nacionais são construídas e remetem a valores e símbolos específicos, a uma cultura nacional, que faz com que os indivíduos ao entrarem em contato com tais símbolos lembrem-se de uma comunidade específica. Nesse caso, a comunidade em questão é uma comunidade nacional. (HALL, 2005)

É importante ter em mente, porém, que como foi citado por diversos autores anteriormente que aqui se conectam ao pensamento de Hall, as culturas nacionais são algo da era moderna. O que se percebe, é que ocorreu uma transferência da lealdade que antes era dada a regiões, tribos e povos, para a cultura nacional, e as “diferenças regionais e étnicas foram gradualmente colocadas de forma subordinada do Estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades modernas” (Hall, 2005, p.49). Com esse trecho é possível então perceber como as diferenças culturais internas foram mais “abafadas” através da ascensão e utilização de um Estado-nação que permitiu uma identificação mais abrangente e conseqüentemente mais nacional, ao invés de identidades mais limitadas e regionais. (HALL, 2005)

As culturas nacionais são compostas por símbolos e representações que produzem um sentido de “nação”, que faz com que não só possamos nos identificar, mas também tanto influenciam quanto organizam nossas ações e concepções de nós mesmos. Essa identificação constrói identidades. “Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com o seu passado e imagens que delas são construídas” (Hall, 2005, p.51). Portanto, as identidades nacionais têm um forte laço com a história do povo em questão, e como esta é não só contada, mas também como esta é posteriormente utilizada. A identidade nacional é uma comunidade imaginada através de uma relação entre passado, presente e

futuro, e a diferença entre as nações estão justamente nas diferentes formas em que foram imaginadas. (HALL, 2005)

Para Hall (2005), existem diferentes estratégias representacionais que são acionadas para construir um senso comum de pertencimento a uma nação. Segundo ele existem cinco elementos principais na narrativa da cultura nacional. O primeiro é o da *narrativa da nação*. Essa está relacionada à forma como a história, a literatura nacional, a mídia e a cultura popular falam sobre a nação. Essa narrativa é importante, pois fornece aos indivíduos símbolos e imagens que representam a idéia da nação, através de eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que remetem às experiências nacionais que dão sentido à nação. Dentro desse contexto, uma consequência importante dessa narrativa nacional é que por fazerem parte de uma “comunidade imaginada”, os indivíduos revivem mentalmente as situações que lhe são contadas, os conectando assim, a algo maior que não só os preexiste, mas que também continuará a existir após suas devidas mortes. (HALL, 2005)

O segundo ponto trazido por Hall (2005) é o da “ênfase nas *origens*, na *continuidade*, na *tradição* e na *intemporalidade*”. Nesse caso, a identidade nacional é colocada como algo que se remete ao “início”, à “origem”. Remete à idéia de que os elementos essenciais do caráter nacional permanecem inalteráveis, não importa o que aconteça. “Está lá desde o nascimento, unificado e contínuo, “imutável” ao longo de todas as mudanças, eterno.” (Hall, 2005, p.53). Esse senso de intemporalidade é de grande importância para discussão em questão, pois esses elementos podem ser acionados como forma de se alcançar uma maior reafirmação nacional. (HALL, 2005)

A terceira estratégia é a da invenção das tradições. Segundo Hobsbawm (1984):

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (Hobsbawm, 1997, p.9)

Temos por tradições inventadas então, um conjunto de práticas aceitas tanto de forma informal quanto formal, que remetem a um passado selecionado com o intuito de se alcançar um senso de continuidade no plano nacional, mas que ao serem analisadas a fundo, se percebe que muitas das práticas em questão são criações recentes que se



justificam no passado para criar um senso de ininterruptão e anacronismo, que se consagra através da repetição. (HOBSBAWM, 1997)

As tradições inventadas ocupam uma posição diferente das convenções que tem um sentido prático. Essas tradições se justificam de forma ideológica não técnica. “A invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição” (Hobsbawm, 1997, p.12)

As tradições são inventadas quando ocorrem transformações sociais amplas, pois fornecem um senso de continuidade numa época de mudanças, e esse processo invencioneiro não se prende às tais “comunidades tradicionais”, também chegando a acontecer das mais diversas formas nas comunidades modernas. (HOBSBAWM, 1997)

É importante ter em mente que a capacidade de adaptação e o poder das “tradições genuínas” não devem ser confundidos com as tradições inventadas. Não existe a necessidade de se criar tradições quando as antigas ainda se mantêm fortes e ainda são utilizadas. (HOBSBAWM, 1997)

Porém, o que pode acontecer é que muitas vezes ainda, se inventam tradições, por que mesmo que antigos costumes ainda estejam disponíveis, estes não estão mais sendo utilizados. (HOBSBAWM, 1997)

Segundo Hobsbawm (1984):

ao colocar-se conscientemente contra a tradição e a favor das inovações radicais, a ideologia liberal da transformação social, no século passado, deixou de fornecer os vínculos sociais e hierárquicos aceitos nas sociedades precedentes, gerando vácuos que puderam ser preenchidos com tradições inventadas (Hobsbawm, 1997, p.16).

Nessa perspectiva, nota-se, então, que os movimentos liberais do século XIX ao ser a favor de transformações sociais e por terem uma maior aversão às tradições, elas, graças ao seu reformismo, deixaram vácuos em relação às gerações passadas, e esses vácuos permitiram que houvesse a criação de tradições para preencher esses espaços vazios. (HOBSBAWM, 1997)

Hobsbawm (1984) também coloca que as tradições inventadas desde a Revolução Industrial se classificam em três categorias: A categoria das tradições que

“estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou imaginárias” (Hobsbawm, 1997, p.17), sendo estas então importantes para uma unificação interna. A segunda categoria é composta pelas tradições inventadas para tanto estabelecer quanto legitimar relações e status de autoridade, sendo importantes principalmente para sistemas monárquicos. A terceira categoria está relacionada às tradições “cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento” (Hobsbawm, 1997, p.17), sendo estas muito importantes para o estabelecimento de valores em todo o território nacional, através de uma “imposição” de aceitabilidade deste.

Graças à mobilidade social, a ideologia liberal e os conflitos de classe, houve certa dificuldade de se instituir de forma tanto universal quanto formal, tradições que defendiam coesão e união dentro de sistemas desiguais e hierárquicos. (HOBSBAWM, 1997)

Já as tradições pertencentes à terceira categoria encontraram menos dificuldades, “uma vez que a socialização geral inculcava os mesmos valores em todos os cidadãos, membros da nação e súditos da coroa”, (Hobsbawm, 1997, p.18). Portanto é possível perceber que estabelecer e instituir valores para uma nação inteira (mesmo entre as mais diferentes classes) é mais fácil do que sustentar e legitimar hierarquias de poder nas sociedades modernas. Outra questão que também ajudar esse terceiro tipo de tradição inventada é o fato de que os diferentes grupos sociais participam de socializações específicas e separadas que não se interferem. (Hobsbawm, 1984)

Quando se vive em locais onde o Estado estabelece para todos, a igualdade perante a lei, a instituição legal de hierarquias se torna muito mais inviável, podendo estas hierarquias então: “Ser introduzidas clandestinamente por meio de uma aquiescência formal e simbólica a uma organização social que era desigual de fato” (Hobsbawm 1997, p.18), portanto, percebe-se então que em Estados que garantem os mesmos direitos a todos (direitos legais) é possível garantir a aceitação da hierarquia social a partir de símbolos culturais. Um exemplo claro desse contexto são os cerimônias da monarquia britânica, que compõem uma tradição inventada, e que com toda a sua “pompa” separam “na medida certa” os monarcas do resto da população. (HOBSBAWM, 1997)

Outra questão importante é que as práticas antigas, segundo Hobsbawm (1984), são facilmente distinguíveis das tradições inventadas.

As primeiras eram práticas sociais específicas e altamente coercivas, enquanto as últimas tendiam a ser bastante gerais e vagas quanto à natureza dos valores, direitos e obrigações que procuravam inculcar nos membros de um determinado grupo: “patriotismo”, “lealdade”, “dever”, “as regras do jogo”, “o espírito escolar” e assim por diante. (Hobsbawm, 1997, p.19)

Percebe-se, então, que as práticas antigas ao contrário das tradições inventadas, têm um maior grau de especificidade em relação a seus valores e propósitos além de ter um caráter coercitivo; enquanto as tradições inventadas são mais vagas, principalmente em relação aos fatores dentro destas que deveriam causar sentimentos de lealdade, patriotismo, dever e a forma como aquela sociedade funciona (as “regras do jogo”). (HOBSBAWM, 1997)

Outra questão importante, é que as tradições inventadas ocupam menos espaço nas vidas cotidianas das pessoas, do que as “tradições genuínas” que afetavam bastante a vida dos indivíduos em tempos passados. O que acontece é que nas sociedades modernas, o passado torna-se cada vez menos importante como forma de embasamento, para o comportamento humano. As tradições inventadas são mais presentes na vida pública dos indivíduos (que é diferente da vida privada, pois esta está ligada a questões como direitos perante o Estado e cidadania). Segundo Hobsbawm (1984): “Não há nenhum sinal real de enfraquecimento nas práticas neotradicionais, associadas ou com corporações de serviço público (Forças Armadas, a justiça, talvez até o funcionalismo público) ou com a cidadania”. (Hobsbawm, 1997, p.20) Portanto, as tradições que foram inventadas em épocas posteriores à revolução industrial e francesa, preencheram lacunas, aparentemente de forma permanente, no campo da vida pública. (HOBSBAWM, 1997)

As invenções de tradições servem não só para identificar problemas históricos, por funcionarem como consequência desses problemas que fizeram necessária a criação destas, mas também são muito úteis para se entender a relação de um povo específico com seu passado, já que as tradições inventadas se utilizam da história (de forma seletiva) como forma de se justificar. (HOBSBAWM, 1997)

Segundo Hobsbawm (1984):

Não nos devemos deixar enganar por um paradoxo curioso, embora compreensível: as nações modernas, com todas as suas parafernálias, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja, estar enraizadas na mais remota antiguidade, e o oposto do construído. (Hobsbawm, 1997, p.22)

Aqui, se faz notável, algo de grande importância para as identidades nacionais. O fato de que as nações têm a necessidade de se colocar como algo histórico e antigo, mostra a importância do passado para as identidades nacionais.

Segundo Hall (2005), a quarta estratégia do discurso nacional é a do mito fundacional. Stuart Hall argumenta que o mito fundacional é:

uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo “real”, mas de um tempo “mítico”. Tradições inventadas tornam as confusões e os desastres da história inteligíveis, transformando a desordem em comunidade. (HALL, 2005, p.55).

O mito fundacional é então uma história nacional que permite uma localidade do início, da origem da nação, e essa origem não ocorre em uma noção de tempo real, mas sim em um tempo diferenciado, só deles. (HALL, 2005)

Mitos de origem também ajudam povos desprivilegiados historicamente em seu processo de formação identitária nacional, pois esses mitos permitem uma conexão a uma narrativa que antecede a quebra da singularidade do povo causada por colonizações ou invasões, estabelecendo um ponto originário, um ponto de partida que permite a construção de uma nação com base nesses mitos. (HALL, 2005)

Outra estratégia utilizada no discurso nacional é a identidade nacional baseada na ideia de um povo ou *folk* puro. Uma questão muito importante para esse tipo de narrativa é o fato de que conforme ocorre o desenvolvimento nacional, raramente esse *folk* primordial persiste exercendo o poder. (HALL, 2005)

O discurso da cultura nacional constrói identidades que se encontram entre o passado e o futuro, e acha sua sustentabilidade tanto na tentação por parte do povo, de voltar às glórias passadas, quanto de seguir em frente e se tornarem ainda mais modernas. (HALL, 2005)

Segundo Hall (2005):

As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele “tempo perdido”, quando a nação era “grande”; são tentadas a restaurar as identidades passadas. Este constitui o elemento regressivo, anacrônico, da estória da cultura nacional. Mas frequentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as “pessoas” para que se purifiquem suas fileiras, para que expulsem os “outros” que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para frente. (Hall, 2005, p.56).

Percebe-se então, que esse sentimento de existir um povo puro e original, e vontade de voltar para o “passado de glória” da nação pode ter sérias consequências, já que este discurso pode estar relacionado a uma mobilização social com intuito de expulsar os considerados “outros” como uma forma de purificação da nação, que consequentemente trará um futuro melhor. (HALL, 2005)

Ernest Renan (1990) coloca que três coisas constituem o princípio espiritual da unidade de uma nação: “as memórias do passado, o desejo de viver em conjunto e a perpetuação da herança” (Hall, 2005, p.58).

Na relação dos indivíduos com a nação e seu devido pertencimento, é preciso unir a esta, as duas metades da equação (Estado e nação), se fazendo imprescindível a união entre o pertencimento a um Estado-Nação político e a identificação com uma cultura nacional. (HALL, 2005)

É importante também a unificação entre todas as classes sociais, gênero ou raça, pois o papel da identidade nacional é unificar todos estes em uma identidade cultural acima de todas estas divisões, que engloba e representa todos. (HALL, 2005)

Porém, é de alta relevância lembrar que a maioria das nações era constituída de diferentes culturas separadas que foram violentamente unificadas por um povo dominante, e a ascensão de uma cultura nacional só é possível quando se suprime as “culturas menores” e predomina uma considerada geral. Como será visto posteriormente, um exemplo claro disso é o caso da unificação da Inglaterra, pois em seu território, primeiramente habitavam diversos povos diferentes com suas próprias culturas, que foram em sua grande maioria suprimidas pela cultura do povo Normando quando estes unificaram o país, e instalaram o feudalismo no século XI. (HALL, 2005)

Outro ponto importante é o fato de que toda nação é constituída por diferentes classes sociais, gênero e etnias, e essas barreiras precisam ser quebradas para a criação de uma “grande família nacional” que engloba todas em um só grupo. (HALL, 2005)

Nas nações modernas que tiveram diversos Estados imperialistas que exerciam influencia sobre a cultura dos colonizados, tem certa relação de superioridade em relação aos outros pertencentes desse espaço, e conseqüentemente o sentimento de diferença entre as virtudes de si mesmos, em comparação com os traços negativos dos “outros”, foram muito importantes para a formação das identidades nacionais de muitos povos, principalmente na Europa. (HALL, 2005)

Um conceito muito importante para essa discussão é o conceito de Etnia: “A etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de “lugar” – que são partilhadas por um povo” (Hall, 2005, p. 62). Segundo Hall, por mais que muitos povos se digam puros, as nações modernas são híbridos culturais de diversas outras culturas. (HALL, 2005)

Stuart Hall (2005) afirma, que outra questão importante, é que é ainda mais difícil de unificar uma cultura nacional em torno de raça. Para ele, raça é uma classificação sem qualquer peso científico ou genético, e funciona mais como uma categoria discursiva do que biológica. Esta tem a capacidade de fomentar discursos que se baseiam em características físicas como “marcas simbólicas” que diferenciam um grupo de outro. (HALL, 2005)

Nos últimos anos, as mais recentes discussões em relação à raça, tem havido uma troca das noções biológicas, pelas noções culturais que garante que a “raça desempenhe um papel importante nos discursos sobre nação e identidade nacional” (Hall, 2005, p.63).

Percebe-se então uma conexão entre Hall e muitos dos autores clássicos e contemporâneos citados anteriormente, principalmente a respeito da importância não só do passado, mas também a importância da etnia para a formação das comunidades imaginadas nacionais.

### **3. A formação da identidade nacional inglesa e o Soft Power Britânico nos Estados Unidos.**

A aplicabilidade da discussão anterior a respeito das relações entre o Estado, a nação e os discursos nacionais ao caso da identidade nacional inglesa e britânica, é complexo e traz desafios, pois enquanto as teorias discutidas previamente falam da relação entre uma nação e um aparato estatal, o Reino Unido consiste de um Estado que governa e representa politicamente mais de uma nação dentro de si, tornando as relações entre etnia, nacionalismo e Estado mais rebuscadas e de difícil enquadramento, impossibilitando o encaixe perfeito tanto da Inglaterra quanto do Reino Unido a essas teorias.

Então é necessário para a compreensão deste caso, uma análise histórica do processo de unificação da Inglaterra, sua relação com os seus vizinhos ao longo dos anos, o processo de formação do Reino Unido da Grã Bretanha (feito através da incorporação do País de Gales, da Escócia e da Irlanda), a construção de identidades tanto específicas quanto à formação de uma identidade conjunta, a condição atual da identidade inglesa para posteriormente aplicar tal cenário ao *Soft Power* Britânico.

#### **3.1. Os primeiros povos britânicos e a unificação da Inglaterra**

No início da história britânica, em cerca de 800 AC, os primeiros povos a habitarem o território que hoje é conhecido como Inglaterra foram os Celtas, vindos da Europa Central. Posteriormente no século IV AC chegou à região outra onda de Celtas que ocuparam o norte da Inglaterra, a Escócia e a Irlanda. Depois destes chegaram à região os Romanos. Estes se instalaram na região em 55 e 54 AC e em viveram em paz com os Celtas por cerca de 300 anos. No século IV, com a conversão romana ao cristianismo, missionários foram à região para espalhar a fé cristã. No mesmo século quando houve o colapso do império romano, as tropas romanas na região britânica foram embora. (ROSEN, 2011)

Após a saída dos Romanos, os Celtas foram atacados pelos Anglos, os Saxões e os Jutos, que vinham do Oeste das regiões da Dinamarca e da Alemanha e tomaram controle da grande maioria do território, denominando esse território de *Engla-land* entre 450 e 600. (ROSEN, 2011; KUMAR, 2003)

A língua inglesa começou como um conjunto de dialetos na região dinamarquesa e do nordeste da Alemanha, e foi levada para a região da Grã Bretanha por estes invasores. Esse conjunto de dialetos era chamado por eles, quando chegaram às ilhas britânicas, de “*Englisc*”, e esse termo era utilizado para descrever a língua falada da região de Kent no sul da Inglaterra, até Edinburg no sul do território Escocês. Essa língua antiga, hoje é chamada de “*Old English*” e era, portanto, uma língua germânica. (KUMAR, 2003; ROSEN, 2011)

É nesse período também, que o uso do termo *English* foi utilizado pela primeira vez, como uma expressão coletiva para representar todos estes três povos germânicos que habitavam a Inglaterra no século V. (KUMAR, 2003)

Após os Anglo-saxões, entraram na mistura os Vikings vindos da Escandinávia. Estes tinham uma língua similar à dos Anglo-Saxões (pois também era germânica). Ambos entraram em guerra e os Anglo-Saxões conseguiram manter parte da Inglaterra, enquanto os Vikings ficaram com outra, ficando estes com o leste do território, e os Anglo-Saxões com o Oeste. Esse episódio é importante pois aqui nasceu um símbolo que foi utilizado posteriormente na formação da identidade inglesa, sendo este o rei Anglo-saxão Alfred O Grande (872 – 901). O monarca se tornou um símbolo, pois foi ele que liderou a luta contra os vikings e conseguiu manter parte do território livre do controle escandinavo. (ROSEN, 2011)

Outro povo importante aqui é o povo Normando de origem francesa. Estes invadiram a Inglaterra no século XI em 1066, com o rei William I. Em menos de uma década, os Normandos já tinha conquistado toda a Inglaterra, e unificaram a região. William doou várias terras para a nobreza normanda (os Barões), e estabeleceu um sistema de pagamento de tributos dentro de um panorama feudal, onde os nobres doavam parte de suas terras para pessoas comuns trabalharem, e estes pagavam os donos da terra com o seu trabalho. Os outros que não entrassem nesse sistema pagavam impostos, sendo então os normandos que instituíram o feudalismo na Inglaterra. (ROSEN, 2011)

Ainda no século XI o termo inglês agora englobava todos os descendentes ingleses sem se levar em consideração suas origens de diferentes povos, sejam estes descendentes dos povos teutônicos (Jutos, Anglos e Saxões) ou os de origem escandinava e celta. (KUMAR, 2003)



Os normandos também estabeleceram uma conexão entre a Inglaterra e a cultura do resto da Europa. Os normandos falavam francês, e a aristocracia desse povo tinha o francês como seu idioma, enquanto o resto da população de descendência anglo-saxã não compartilhava da língua. (ROSEN, 2011)

No século XII temos a publicação de um livro de Geoffrey of Monmouth muito importante para as relações dos povos britânicos ao decorrer da história. Essa obra se chama *History of the Kings of Britain*. Esse livro é de grande importância, pois popularizou nos séculos XIV e XV a história da Grã Bretanha e mais importante, estabeleceu uma imagem de uma Grã Bretanha unificada por grandes reis e habitada por um só povo, os *Britons*. Esse livro coloca os Anglos e Saxões como os vilões responsáveis pelo fim da vida conjunta e pacífica nas ilhas britânicas além também de colocar o povo britânico como destinado a mais uma vez estar reunido. Esse mito a respeito de um só povo britânico afetou consideravelmente os reis ingleses, que do século XII até o século XVI fizeram uso deste, como justificativa para suas atividades nas ilhas britânicas e seus esforços para colocar todas as outras partes do arquipélago sobre domínio ou ao menos sob influência inglesa. (KUMAR, 2003)

Outro fator importante aqui, é que como desde o século XII os ingleses já eram um poder superior entre seus vizinhos próximos, estes acreditavam que eram eles que deveriam tomar frente dessa missão unificadora. (KUMAR, 2003)

No século XIII, os governantes já se viam como ingleses, e no século XIV o inglês já era o idioma falado em toda a Inglaterra. Ao decorrer dos anos a língua inglesa foi se misturando com a língua francesa e o resultado foi algo que hoje é denominado de “*Middle English*”. (ROSEN, 2011)

### **3.2. Os primeiros sinais de pertencimento à Inglaterra**

Segundo Kumar (2003), a Inglaterra no século XIV, começou a demonstrar os primeiros sinais de uma maior nacionalização em meio ao cenário feudal. Nesse momento, o rei da Inglaterra perdeu a maioria de suas posses na França, permitindo que o soberano pudesse se concentrar mais no seu país, e nessa época houve, justamente, a instituição do parlamento e com este o estabelecimento da Câmara dos Comuns e a Câmara dos Lordes (partes do parlamento). Houve nesse período também o crescimento

do *Common Law* na Inglaterra, e a nacionalização de um sistema jurídico que sobrepôs as leis regionais características do sistema feudal além de se utilizar agora a “*King’s Court*” ao invés das cortes locais. Outro fator importante, é que agora os contingentes de guerra não se prendiam a apenas os vassalos dos territórios de posse nobre, mas também englobava homens livres pois estes agora eram obrigados a cumprir serviço militar, os conectando assim, a algo maior do que suas devidas regiões e estimulando uma conexão mais “emocional” ao rei e ao país. Outro fator importante é o movimento dentro da igreja católica na Inglaterra que teve como grande representante John Wyclif. (KUMAR, 2003)

John Wyclif foi um teólogo e professor da universidade de Oxford e é considerado um dos precursores do protestantismo, ao no século XIV, fazer críticas ao papado e posteriormente em um movimento reformista, os Lollards, participar da construção de uma bíblia em inglês, na qual créditos são atribuídos a ele. Junto à Bíblia de Wyclif, houve um maior desenvolvimento da literatura inglesa nesse período, em conjunto ao então rei da Inglaterra, Henrique V, que fez esforços para promover a língua inglesa principalmente no governo inglês. (KUMAR, 2003)

Kumar (2003) também argumenta que os Ingleses tiveram diversos vizinhos tanto próximos quanto distantes (porém ainda dentro do continente), e foi essa vizinhança que lhes deu um maior senso de “si mesmos”, através da percepção de características específicas e depreciadoras dos povos que os circulavam. Foi através da reafirmação de suas qualidades perante os outros habitantes das ilhas britânicas e da Europa em geral, que os ingleses se diferenciavam dos “outros”. Os ingleses, segundo Kumar (2003), afirmavam sua superioridade em relação aos seus vizinhos através de comparações estereotipadas, pois para estes, enquanto os irlandeses eram selvagens e sem leis, os ingleses eram racionais e contidos; diferentemente dos Escoceses que eram cautelosos e “mão fechada”, os Ingleses eram abertos e generosos, e enquanto os Galeses eram ardilosos e calculistas, os Ingleses eram francos e diretos. Percebe-se então no período medieval, um senso de ser inglês mais pelas visões estereotipadas de seus vizinhos do que por desenvolvimentos internos. (KUMAR, 2003)

### 3.3. As disparidades de organização governamental nas ilhas britânicas

Outro aspecto importante para o entendimento das identidades nacionais dentro do arquipélago britânico é o processo de invasões inglesas, aos territórios tanto na grande ilha quanto na Irlanda. São importantes também, os aspectos que facilitaram o processo de conquista inglesa nos territórios vizinhos.

Todos os outros territórios britânicos se encontravam em menor estado de organização governamental e de coesão interna do que os ingleses, o que facilitou o processo de conquista. No século XII, os galeses já tinham em seu território considerável coesão étnica, mas tinham grande dificuldade em estabelecer uma união política, pois segundo Kumar (2003), os magnatas e os principelhos não aceitavam nenhuma autoridade geral e conjunta por muito tempo, facilitando assim a vitória das invasões inglesas, que serão descritas adiante. (KUMAR, 2003)

Na Irlanda, o processo também era similar nesse aspecto, pois também tinham grande dificuldade de estabelecer um governo comum, além de diversas tentativas falhas de unificação, sendo esta composta por diversos reinos espalhados pelo território, marcado por inconclusivas tentativas de aderência a um “*high king*” que seria responsável por todo o solo irlandês. Os irlandeses (assim como os galeses) têm grande herança céltica e mesmo nesse quadro de instabilidade e inconclusividade da formação de uma representação política comum, conseguiram desenvolver uma forte cultura artística e religiosa durante a Idade Média. Assim como o país de Gales, a Irlanda tinham limites definidos com os ingleses, os irlandeses pelo mar (pois o território irlandês é uma ilha separada do grande conjunto britânico) e os galeses pelo *Offa's Dyke* (uma linha de terra construída no século VIII que separava o território galês do território inglês) ambos tinham um território já delimitado e separado dos ingleses, o que auxiliou no desenvolvimento de suas identidades nacionais. (KUMAR, 2003; MORGAN, 1993)

Já o caso da Escócia é mais complicado. Os escoceses só tiveram barreiras territoriais delimitadas com os ingleses no século XIII. A Escócia ao longo de sua história também é marcada por uma grande mistura étnica e luta por supremacia por diferentes grupos que habitavam a região norte do arquipélago britânico. A região da Escócia era habitada primeiramente pelos Pictos, os Irlandeses, os Britânicos e os Anglos. Posteriormente os vikings e os normandos também entraram na região e

trouxeram ainda mais diversidade para esse contexto de mistura e disputa. (KUMAR, 2003)

No século IX, a Escócia teve seu primeiro rei que representava todo o território escocês, sendo este Donald II. Dos outros habitantes do arquipélago, os escoceses foram os únicos que conseguiram criar um reino unificado, e conseqüentemente foram os únicos que conseguiram resistir aos constantes avanços ingleses na região. (KUMAR, 2003)

#### **3.4. As invasões inglesas no arquipélago britânico**

Quanto às relações entre a Inglaterra e o País de Gales, estas tiveram início ainda no período anterior à invasão normanda, nos séculos IX e X, quando invasores dinamarqueses e noruegueses chegaram à região, e o então rei galês Hywel Dda pediu ajuda e posteriormente se submeteu formalmente ao então rei da Inglaterra, Athelstan em 927. Alguns colocam essa data como um marco do início do processo e dominação inglesa no arquipélago. (KUMAR, 2003)

Os normandos posteriormente deram continuidade a esse processo. Estes cruzaram a divisa com o território galês e em 1093 mataram Rhys ap Tewdwr, conhecido como o último rei do País de Gales. Após esse episódio, os ingleses se instalaram cada vez mais, construindo castelos, trazendo a religião cristã católica, e casando com a aristocracia galesa. (KUMAR, 2003)

Ao decorrer da história até o século XIII, os galeses lutaram contra as invasões inglesas, foram gradativamente acumulando derrotas e perdendo sua independência até que com o Estatuto de Rhuddlan em 1284, sob o governo de Henrique III na Inglaterra, as leis e instituições inglesas foram impostas a boa parte da região norte do País de Gales e se deu início a um processo de transformação. Foram aqui construídos grandes castelos em cidades estratégicas no norte, o Common-Law inglês e diversas cortes inglesas foram instituídas. (KUMAR, 2003; MORGAN, 1993)

Foi no século XVI, durante a era Tudor, que Henrique VIII após quebrar os laços com a igreja romana, ao sentir uma maior necessidade de garantir a união do império, terminou o processo começado pelo Estatuto de Rhuddlan, com os Atos de União de 1536 e 1546. Estes atos de união estenderam o domínio inglês que

anteriormente se prendia ao norte. Agora existia uma administração única em todo o território galês, baseado no sistema jurídico inglês: o Common Law (que como foi dito já havia sido instituído no século XII à região norte). (KUMAR, 2003; MORGAN, 1993)

Foi acordado também que o país de Gales teria representação em assentos do parlamento inglês e que a língua não só das cortes, mas também do governo galês seria o inglês, sendo esse o pré-requisito para a ocupação dos cargos administrativos. Segundo Kumar (2003) houve também um esforço inglês para acelerar a coesão cultural entre as duas regiões, havendo assim uma integração dos galeses no processo revolucionário de quebra com a igreja de Roma por parte de Henrique VIII, estendendo a igreja da Inglaterra ao País de Gales. (KUMAR, 2003; MORGAN, 1993)

É importante ressaltar, porém, que nesse processo de transformação, houve respeito pela literatura e língua galesa, e foi este arcabouço cultural que serviu como forma do povo galês de tanto lembrar quanto manter a sua cultura e a sua originalidade como povo. (KUMAR, 2003)

Na Irlanda, em comparação com o País de Gales o processo já foi mais difícil, pois ao decorrer dos anos encontrou mais resistência e nunca se conseguiu uma real integração destes ao sistema inglês. Entre o século XII e XIII os ingleses se instalaram na Irlanda e tornaram grandes donos de terra e duques. Ao decorrer da história estes casaram com membros da aristocracia irlandesa, assimilaram costumes locais e ainda aprenderam a língua irlandesa local. (KUMAR, 2003)

A conquista inglesa no século XII por parte de Henrique II iniciada com uma invasão na Irlanda, forçou os reis dos reinos não unificados da Irlanda a se submeterem à coroa inglesa, e colocou a senhoria do território nas mãos do seu filho Jhon em 1177. Seu irmão Ricardo I foi rei da Inglaterra após o seu pai e morreu em 1199, deixando o trono para ele. Quando Jhon foi coroado rei, a Irlanda se tornou parte do Reino Inglês, sendo declarado como um reino a parte apenas em 1541, no governo de Henrique VIII, o colocando como rei de dois reinos. (MORGAN, 1993)

No século XIV houve a instituição de um parlamento separado irlandês, e aqui se mostra algo muito relevante. Os ingleses que agora viviam na Irlanda e assimilavam cada vez mais a cultura do país além de casar com membros da aristocracia local se

viam como Irlandeses, e fizeram uso do parlamento para ir contra a coroa inglesa. Essa posição os colocava numa posição complicada, pois estes eram vistos como estrangeiros pelos nativos, mas ao mesmo tempo estes não se assimilavam aos outros ingleses. (KUMAR, 2003)

Os ingleses, porém, só conseguiram manter domínio sobre o sudeste da Irlanda, enquanto o nordeste ficou livre da dominação anglo-normanda e as grandes famílias conseguiram manter seu domínio, vivendo de acordo com o seu próprio direito irlandês, o *Brehon*. (KUMAR, 2003)

O governo da Inglaterra ainda tentou manter o controle sob a região através da instituição dos Estatutos de Kilkenny em 1366, que proibia os ingleses no território irlandês de aderir a costumes locais, mas essa medida não fez muito efeito, pois estes que agora moravam na Irlanda não só casaram com locais, mas também conseguiram estabelecer certo nível de independência em relação à coroa inglesa, e se viam não como necessariamente irlandeses, mas como um bloco anglo-normando separado da Inglaterra com seus próprios interesses e perspectiva. (MORGAN, 1993; KUMAR, 2003)

Segundo Kumar (2003), a conquista anglo-normanda na Irlanda no fim do século XV ainda era incompleta, e é possível perceber que os Ingleses estavam na Irlanda, mas a Irlanda não era inglesa.

O caso da Escócia é ainda mais inusitado. Os escoceses, graças à sua maior organização política em relação aos outros vizinhos, conseguiram resistir às invasões anglo-normandas das Guerras de Independência entre 1296 e 1371. Os escoceses entre os séculos XIV e XV tinham liberdade de fazer tratados, no ramo da religião a sua igreja era independente da dos ingleses, tinham seu próprio parlamento, leis e cortes escocesas, e os escritores nacionais ainda haviam construído lendas nacionais que segundo Kumar (2003) eram ainda mais veneráveis, antigas e continuas do que a dos ingleses. (KUMAR, 2003)

Porém, culturalmente os escoceses eram mais ingleses, ou pelo menos mais anglo-normandos (tendo em mente que a cultura inglesa nessa época tinha um forte viés francês graças às origens do povo normando), do que imaginavam. No âmbito do governo, os reis eram normandos, na parte jurídica tanto o direito escocês quanto as

instituições, foram criadas baseadas no modelo inglês e no Common Law anglo-normando. A língua utilizada nos tribunais era o francês, e os escritores escreviam tanto em francês quanto em inglês (um inglês variado, mas ainda sim em inglês). (KUMAR, 2003)

Kumar (2003) coloca então, que mesmo que os ingleses tenham tentado colonizar a Escócia (sem sucesso), estes não necessariamente precisaram para ter influencia sobre a cultura escocesa, pois houve uma colonização do país sem a efetivação de uma invasão, já que a cultura inglesa e as suas instituições deram as bases para a construção e desenrolar tanto cultural quanto político ocorrido na Escócia ao decorrer dos anos. Para ele a Escócia que lutou contra os seus vizinhos dominantes por independência, era uma Escócia em que o elemento inglês (no contexto anglo-normando da cultura inglesa dessa época) já era dominante no ramo jurídico, no ramo religioso, na língua, e na cultura. Para Kumar (2003), é como se nessa época existissem duas Inglaterra e uma delas usa o nome de Escócia, e que enquanto os escoceses acreditavam que tinham escapado do destino dos outros povos britânicos nas invasões inglesas, estes não perceberam que as mais profundas conquistas são aquelas que ocorrem sem que o conquistado note o processo de dominação.

### **3.5. Os Atos de União**

Outro momento da História do Reino Unido de grande importância para este trabalho é a assinatura dos Atos de União por parte da Escócia (em 1707) e da Irlanda (em 1801), assim como a forma com que os contextos históricos e culturais em todo o Arquipélago Britânico nessa época, afetaram e possibilitaram a formação de uma identidade conjunta, a identidade britânica.

No caso da união com a Escócia que criou o título de Reino Unido da Grã Bretanha através da adesão do país em 1707, o processo começou na realidade com o rei Jaime VI da Escócia e I da Inglaterra da Dinastia Stuart. Ele além de ser rei da Escócia, era também filho de Maria rainha dos Escoceses e tataraneto de Henrique VII da Inglaterra. Este assumiu o trono inglês após a morte de Elizabeth I em 1603, pois ela foi a última descendente de Henrique VIII, e seu parentesco com Henrique VII o colocou como o sucessor do trono da Inglaterra. (MORGAN; 1993)

O fato de Jaime VI assumir o trono inglês foi de extrema importância para os Atos de União britânicos, pois ele foi o primeiro rei que representava todos os reinos do arquipélago, já que além de seu posto de rei da Escócia assumido em 1567, a agora posse do trono inglês, assumido em 1603, o colocava também como rei da Irlanda (já que esta em 1541 foi colocada como um reino separado da coroa inglesa, como já foi dito) e do País de Gales em que já havia ocorrido os Atos de União em 1536 e 1546. (MORGAN; 1993)

Em relação aos laços entre a Escócia e a Inglaterra, ainda no século XVI, já haviam discussões nos dois países a respeito de uma possível união, e essa discussão deu mais frutos positivos no século XVII. É inegável as similaridades entre os países que seriam favoráveis aos Atos de União, pois ambos tinham língua, religião (os dois eram agora nações que já haviam passado por reformas religiosas e se tornaram protestantes), direito e geografia em comum, havia uma aristocracia que já casava entre si a séculos, além de ambos, agora com Jaime VI, terem o mesmo rei. O fato de ambos serem protestantes aqui é de grande importância, pois colocava os dois em uma posição de necessidade de defesa do protestantismo em relação a uma reversão católica, principalmente tendo em vista os movimentos pró-Roma nos governos pós-Jaime VI com governantes católicos e com tendências absolutistas nos governos da dinastia dos Stuarts, sendo o último deles, Jaime II, que foi deposto na Revolução Gloriosa em 1688 e, esta teve como resultado a limitação dos poderes da monarquia e sua centralização nas mãos do parlamento. (KUMAR, 2003; MORGAN, 1993, ROSEN, 1993)

Segundo Kumar (2003), foi esse medo de uma reversão católica que determinou uma decisão pró-união nas fervorosas discussões entre 1705 e 1707, resultando no Ato de União que formou o Reino Unido da Grã Bretanha, que agora representava toda a grande ilha. A Escócia se manteve independente em religião, educação e governo local. Os escoceses teriam 45 assentos na Câmara dos Comuns e dezesseis pares na Câmara dos Lordes do Parlamento de Westminster em Londres. Havia também comércio livre entre os dois países, assim como com as colônias, e acima de tudo a sucessão protestante ao trono estaria garantida. (KUMAR, 2003)

É importante ressaltar, porém, que a independência escocesa não era tão grande quanto essas concessões fazem parecer. Os escoceses não mais tinham o seu parlamento assim como também não tinham como fazer suas próprias leis, e mesmo estando bem



representados no parlamento agora britânico, eles ainda eram minoria em relação à representação inglesa (por terem a maior população do reino), além do fato de que a Câmara dos Lordes agora tinha jurisdição sobre todos os casos judiciais escoceses. O Estado aqui não mais é escocês, mas sim britânico. (KUMAR, 2003)

Quanto às relações com o País de Gales, os galeses sempre fizeram um bom trabalho em aderir ao Reino Unido e ainda assim manter a sua cultura e a sua unicidade. Segundo Kumar (2003), uma consciência galesa em todas as partes da sociedade já podia ser encontrada da Era Tudor até o século XIX. As elites galesas eram bastante ativas na promoção e na cultivação da língua galesa (que era também a língua da religião protestante no País de Gales, onde já existia uma Bíblia galesa e a língua nacional era também o “idioma de adoração religiosa”), da poesia bárdica (celta) galesa, a música de harpa e estudos genealógicos que eram também galeses.

Kumar (2003) coloca que a falta de independência política no País de Gales, fez que *Welshness* fosse representado por sua língua (que já era falada em 90% do território) e a sua cultura nacional. Ele também coloca que a palavra *iaith* em galês significava tanto língua quanto nação. Dentro desse contexto é importante ressaltar, que os galeses viviam com um alto nível de estabilidade política e considerável aceitabilidade do governo inglês, e posteriormente após a união com a Escócia, do governo britânico. (KUMAR, 2003)

Outro fator relevante é que o País de Gales contém a cultura mais distinta de todos os povos britânicos, porém era quem mostrava mais integração e aceitação ao agora Reino Unido da Grã Bretanha. Para Kumar (2003) isso não é nenhum acidente. Ele afirma justamente que esse quadro de aceitação por parte dos galeses, se dá como resultado do processo de conquista inglesa neste território desde a idade média, pois conforme se passaram os séculos, as elites galesas fizeram paz com os ingleses e deram início a um processo de integração e assimilação. Henrique VIII ao estabelecer uma única administração, sob os conformes ingleses, a todo o território galês, criou uma nova entidade constitucional e cultural, tendo em vista que ele unificou o País de Gales que antes se dividia da forma que foi explanada anteriormente neste capítulo. (KUMAR, 2003)

Kumar (2003) ainda afirma também que a identidade galesa como é conhecida atualmente, é uma criação do século XVI, pois as atitudes inglesas causaram um

renascimento da cultura nacional graças à forte presença anglo-normanda ao mesmo tempo em que não só inseriu como também acomodou os galeses no regime inglês. Acreditava-se no País de Gales, que havia uma dinastia galesa no trono inglês (os Tudors tinham ascendência galesa) garantindo a realização de uma profecia de que os *Britons* (o povo céltico antigo que como foi descrito antes, foi o primeiro povo a habitar as ilhas britânicas e vivia em paz com os romanos) estariam voltando ao trono e unindo todos os povos britânicos. O uso da mitologia galesa como justificativa do domínio inglês foi muito positivo para esse processo, pois satisfazia tanto o orgulho do povo do País de Gales quanto as ambições inglesas, adicionando ainda mais harmonia à união. (KUMAR, 2003)

Houve também por parte dos ingleses, uma distribuição de cargos relacionados à coroa e de benefícios eclesiásticos para as elites locais, garantindo também um laço materialista à dinastia Tudor e os seus sucessores protestantes. A religião protestante para os galeses os permitiu ter uma visão de conexão ao seu passado céltico ao se desconectar de uma estrutura católica trazida pelos Romanos, que chegaram depois dos celtas: os verdadeiros *Britons* (o povo originário, o *folk* primordial e puro<sup>29</sup> presente na origem da história britânica). (KUMAR, 2003)

Os galeses foram os primeiros dentro arquipélago a aderir um senso de união britânica baseada em lealdade tanto à coroa quanto à religião protestante. No século XVIII, eles aderiram com facilidade à nova identidade britânica sem deixar de se identificar como galeses, graças à perpetuação de sua cultura e unicidade como povo no decorrer dos séculos. Segundo Kumar (2003), para os habitantes do País de Gales não era difícil se ver como Galeses, mas ao mesmo tempo não era difícil se identificar com a nova identidade britânica, só dependia de suas preocupações e do contexto e que se encaixassem. (KUMAR, 2003)

Em relação à Irlanda é necessário primeiramente avaliar a situação governamental. A Irlanda tinha um parlamento próprio desde de 1264 e era um reino separado desde 1541. Porém, havia um forte caráter de dominação inglesa sob a região, pois o parlamento era submisso à coroa inglesa, além do fato de que mesmo sendo um reino separado, este era exclusivo da coroa inglesa além do governo dentro da Irlanda,

---

<sup>29</sup> Conceito explicado no capítulo anterior

ingleses que ocupavam o cargo de *lord deputy* (representante da coroa inglesa na Irlanda, e chefe executivo do país). (KUMAR, 2003)

Ao contrário dos outros países das ilhas britânicas, a história dos Irlandeses com os Ingleses é mais de rejeição do que de assimilação. No século XVI os Ingleses iniciaram o processo de Plantation, onde primeiramente pegavam terras irlandesas e primeiramente as davam para homens ingleses, e depois de 1603 também para escoceses, com um forte sufoco das rebeliões locais por parte da Inglaterra. Esse processo foi continuado também no século XVII, após os atos de união com a Escócia. (MORGAN, 1993; KUMAR, 2003)

Esses ingleses e escoceses se instalaram na região de Ulster no norte da Irlanda. O *Plantation* deu início a uma nova divisão dentro da Irlanda, os *Old English* e os *New English*. A sociedade irlandesa era dividida então entre os nativos, os antigos imigrantes ingleses (*Old English*) e os novos imigrantes (*New English*). É importante destacar que os habitantes nativos e antigos imigrantes eram católicos, enquanto os novos ingleses e escoceses que agora se instalavam na Irlanda eram protestantes, marcando assim uma divisão religiosa dentro do país. (MORGAN, 1993; KUMAR, 2003)

Essa conquista inglesa, feita através da transferência de terras, reduziu o poder e a quantidade de terras de nativos e antigos imigrantes, mudando o número de posses destes grupos de um terço das terras Irlandesas em 1641 para um sétimo em 1704. (KUMAR, 2003)

A reforma protestante de forte caráter estatal na Irlanda não teve muito sucesso, e uniu os *Old English* aos nativos em um movimento anti-protestante, criando uma nova comunidade étnica, os *Catholic Irish*, servindo então como fator de união entre os dois povos que anteriormente eram comunidades antagônicas. A Irlanda para a Inglaterra era então vista como uma zona de perigo. (KUMAR, 2003)

Os *New English* se tornaram o grupo mais poderoso dentro da Irlanda, mesmo sendo minoria populacional, e a sociedade irlandesa posteriormente se encontrou dividida entre os *New English* e os Novos Irlandeses (*New Irish*), que representavam a maioria católica da população irlandesa. (KUMAR, 2003)

Kumar (2003) afirma que o que aconteceu, porém é que no século XVIII, os novos imigrantes foram de 2% da população para 30% e passaram por um processo de

assimilação, onde mesmo com esse quadro de divisão na sociedade irlandesa, estes começaram a se identificar como Irlandeses, ao mesmo tempo que se vendo também em uma identidade britânica, pois era esta que garantia a sua posição dentro do território irlandês. (KUMAR, 2003)

Esse contexto, segundo Kumar (2003) mostra o quadro de evolução da ideia de *Britishness* após a formação do Reino Unido da Grã Bretanha em 1707. Outro fator importante é que na metade do século XVIII os Irlandeses protestantes tentaram se unir ao Reino Unido, porém não tiveram sucesso. O parlamento britânico não viu necessidade de união com a Irlanda naquele momento, por medo de competição comercial com os irlandeses. (KUMAR, 2003)

Os protestantes na Irlanda então se basearam na ideia de liberdade da Magna Carta (1215) e fizeram o pedido por um parlamento independente, o conseguindo em 1782. Foi justamente nesse contexto (no século XVIII) que Kumar (2003) afirma que o nacionalismo irlandês nasceu dentro da cultura protestante irlandesa. (KUMAR, 2003)

Ao decorrer dos anos, porém, os laços entre os Irlandeses e o Reino Unido foram se tornando cada vez maiores, pois muitos dos anglo-irlandeses ou imigravam para a Inglaterra ou dependiam de trabalhos ligados ao Estado britânico para conseguir sua renda (em cargos do governo, do exercito, no serviço colonial fora das ilhas britânicas e afins). (KUMAR, 2003)

Além do fator material havia também o fator cultural que os conectava, pois muito de sua vida social foi modelada com base em um caráter inglês, e muitos desses anglo-irlandeses desde o governo de Jaime I já moravam na Inglaterra e haviam se casado com inglesas. A Irlanda então se uniu ao Reino Unido em 1801. (KUMAR, 2003; MORGAN, 1993)

Algo importante para a identidade britânica na Irlanda é que o nacionalismo irlandês após Daniel O'Connell (líder nacionalista irlandês do século XIX) tomou um caráter mais católico e céltico, fazendo com que os Irlandeses protestantes se vissem agora mais como britânicos do que como irlandeses. (KUMAR, 2003)

Portanto, é possível perceber, então, um forte caráter de divisão dentro da Irlanda ao decorrer de sua história, que a relação dos irlandeses católicos com o Reino Unido mostra como a identificação com a entidade, dentro da Irlanda, se prendia a

apenas um parte da população: os protestantes (quadro que se estende até hoje na Irlanda do Norte, onde a grande maioria da população é protestante, e não se vê como parte do resto da Irlanda católica, independente do Reino Unido desde 1922). (KUMAR, 2003; MORGAN, 1993)

### **3.6. Coesão cultural dentro do Reino Unido**

As identidades nacionais dentro do Reino Unido do século XVIII (momento em que o nacionalismo começa a aparecer na Europa) e adiante, tem uma conexão direta com acontecimentos históricos, onde as identidades nacionais específicas (galesa, irlandesa e escocesa) podem ser tanto reforçadas quanto suprimidas por uma identidade conjunta (dependendo dos acontecimentos), sendo essa a identidade britânica. (KUMAR, 2003)

Outra característica importante é a assinatura do Ato de Tolerância de 1689 pelo parlamento inglês (antes do Ato de União com a Escócia). Esse ato colocava que para ser um cidadão inglês não era necessário pertencer à igreja inglesa. (MORGAN, 1983)

O Estado ainda era protestante, mas religião não mais afetaria questões relacionadas à cidadania. Isso também se aplicava ao Reino Unido após os atos de união, pois não existia uma religião oficial ou uma igreja britânica. O fato de não haver uma só igreja foi de grande ajuda à formação de uma identidade britânica, pois mesmo existindo um forte caráter protestante no arquipélago, o protestantismo tinha diferentes vertentes vigentes nos diferentes países do reino, podendo então distanciar mais do que unir. (KUMAR, 2003)

Um fator muito importante para a discussão da britanicidade (ou *Britishness*), é o fato de que após a formação do Reino Unido, existia uma conexão entre os países membros em diversos campos, indo dos grandes pensadores do arquipélago e cultura à revolução industrial e os ganhos do império britânico no decorrer dos anos. (KUMAR, 2003)

O primeiro pilar de união de uma identidade britânica a ser discutido será o protestantismo. O fato de a grande maioria do reino ser protestante (tirando os católicos irlandeses) a religião protestante serviu como forma de união entre eles, mas não por questões teológicas (tendo em vista que a religião por si tinha diferentes vertentes em

diferentes partes da Grã Bretanha), mas em relação a uma ideia de inimigo comum, sendo esse inimigo o catolicismo. (KUMAR, 2003)

Mais uma vez, porém, o catolicismo como um inimigo comum não ocorre necessariamente por questões religiosas, mas sim, segundo Kumar (2002), por questões culturais e históricas. Muitas das guerras travadas pelo Reino Unido no século XVIII e XIX como a Guerra da Sucessão Espanhola (1702 – 1713), a Guerra da Sucessão Austríaca (1740-1748), a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), a Guerra de Independência Americana (1775-1783) e as Guerras Revolucionárias Francesas (1793 – 1815) foram travadas contra nações católicas como a França e a Espanha. (KUMAR, 2003)

Kumar (2003), afirma que, com o passar dos anos, o Reino Unido se encontrou disputando seu poder global e em alguns momentos até mesmo lutando por sobrevivência, contra os franceses, fazendo com que estes se tornassem uma representação do catolicismo dentro das ilhas britânicas, facilitando assim o ódio da população britânica pela religião de Roma. Esse anti-catolicismo, também era substanciado por um medo dentro do arquipélago, de uma volta da imposição do catolicismo como ocorreu por parte dos reis da dinastia Stuart. (KUMAR, 2003)

Outro fator que permitiu a continuidade desse anti-catolicismo mesmo em épocas em que os franceses não mais compunham uma ameaça, era a Irlanda católica. A Irlanda era reconhecida por sua pobreza e seu atraso, além de haver um constante medo de rebelião por sua parte e possibilidade desta prestar socorro aos inimigos do reino, e a razão por trás desse quadro, para os outros povos britânicos, era sua religião católica. Para os povos do Reino Unido, as culturas que foram formadas a partir de uma forte ligação religiosa com Roma estavam ligadas a questões como arbitrariedade, absolutismo e dogmatismo. (KUMAR, 2003)

O protestantismo era também associado aos ganhos do Império Britânico, pois para eles nações protestantes eram livres, independentes, tolerantes e prósperas, além de estarem ligadas ao comércio e às liberdades constitucionais. Essas qualidades eram então projetadas nos ganhos do império principalmente em relação à França. (KUMAR, 2003)

Na camada social temos também um forte caráter britânico nessa época. As classes dominantes nessa época não era apenas inglesas mas sim britânicas. Além disso a nobreza, a *gentry*<sup>30</sup>, o parlamento, as forças armadas, as escolas, as universidades, e também a administração imperial, eram marcadas por um caráter britânico e não só inglês, pois em todas essas camadas, indivíduos de todas as partes do arquipélago estavam presentes interagindo entre si e formando uma cultura comum. Um claro exemplo disso é o fato de que a nobreza dessa época foi aos poucos perdendo o seu estilo de vida cosmopolitano com fortes raízes francesas (marcadas por um caráter urbano e cultura de teatros, prostíbulos e grandes jantares), e tomou um viés cada vez mais único e de associação com o campo (tendo em vista que estes agora se encontravam engajados em atividades como caça de raposas e pesca) que são populares das aristocracias irlandesa e escocesa mostrando assim que a nobreza não mais era inglesa, mas sim britânica. (KUMAR, 2003)

Outro fator importante para a identidade britânica é o fato de que essa agora era apoiada por uma crescente economia britânica que foi possibilitada por uma revolução industrial que segundo Kumar (2003) não foi só inglesa, mas também britânica.

A revolução não se limitava à Inglaterra e as suas grandes indústrias, pois esta não seria possível se não fosse pelas fábricas, plantações e estaleiro na Escócia, assim também como as fábricas de navio em Ulster na Irlanda e de ferro, carvão e metal no País de Gales. Muitos dos inventores e engenheiros por trás da revolução industrial eram não só ingleses, mas também escoceses que afetaram de forma positiva a capacidade de inovação técnica e industrial no decorrer dos anos da economia industrial britânica. (KUMAR, 2003)

No ramo da literatura havia também uma forte conexão britânica fortalecendo ainda mais essa conexão cultural. Muitos dos grandes pensadores e escritores não eram apenas ingleses, mas também escoceses. Exemplos claros disso são Adam Smith e David Hume (além de vários outros) que foram de grande importância para o pensamento econômico por trás do império Britânico. (KUMAR, 2003)

Kumar (2003) argumenta que mesmo havendo uma proeminência inglesa na revolução industrial essa não seria possível sem o auxílio das outras partes do império, e

---

<sup>30</sup> A nobreza do campo, os grandes donos de terra.

foi justamente esse movimento industrial conjunto, que foi de extrema importância para garantir que o sistema britânico tivesse um forte caráter de unificação.

Aqui existia também uma classe trabalhadora cada vez mais britânica, tendo como representação disso, os movimentos sindicalistas dos trabalhadores industriais, que não eram compostos apenas por proletários ingleses e sim por britânicos (que tinham solidariedade entre si por partilharem da mesma luta por melhores condições de vida) pertencentes a uma só classe trabalhadora. (KUMAR, 2003)

Outro pilar importante para a identidade britânica no século XVIII e parte do século XIX, é o império e a importância do aparato administrativo. No exército britânico, os escoceses compunham cerca de 20 % em 1815, os Irlandeses com 43% em 1830 e 48% no Exército de Madras Britânico na Índia entre 1825 e 1850. Em relação aos cargos administrativos, estes eram ocupados em sua grande maioria por escoceses, e o serviço imperial era segundo Kumar (2003) uma grande fonte de orgulho nacional escocês. (KUMAR, 2003)

A rainha Vitória também cumpria o seu papel, sempre se esforçando para representar todo o Reino Unido, fazendo viagens e passando tempo em todas as partes do Império para garantir a sua representatividade em todo o arquipélago. (KUMAR, 2003)

É possível perceber um caráter missionário nos ingleses e posteriormente no Império Britânico, que coloca os coloca no centro de uma missão civilizadora. Estes acreditavam que ao entrar em diversas regiões do mundo e colonizar povos vistos como selvagens e atrasados, o império estava trazendo a civilização e o esclarecimento, além do desenvolvimento para estes locais. (KUMAR, 2003)

Portanto, é possível notar como o império britânico foi de grande importância para a união dentro do Reino Unido, no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Em relação a uma identidade britânica é possível perceber aqui que esta vai além da parte administrativa e econômica, pois tem também um viés cultural que atinge diversas camadas da sociedade da Grã Bretanha, pois existe uma coesão cultural nas altas camadas da sociedade, existe uma solidariedade perante os trabalhadores das fábricas que vão além de sua nacionalidade específica, existe uma religião comum que funcionava como forma de união mesmo que não por um caráter teológico, e ainda por



cima uma alta participação de todas as partes do Reino Unido na revolução industrial (tanto no funcionamento prático quanto na parte intelectual) e na administração do novo Estado britânico. (KUMAR, 2003)

### **3.7. A peculiaridade do nacionalismo inglês e a invenção da nação inglesa**

O nacionalismo inglês, ainda mais do que o dos seus vizinhos, é complexo. Durante os séculos XVIII e XIX, mesmo compartilhando de uma crescente identidade conjunta, os escoceses, galeses e irlandeses ao mesmo tempo também construíram o seu senso de si mesmos no processo, vivendo bem com as suas duas identidades nacionais, assim como diversos povos que viviam em Estados multinacionais como a Espanha, a Bélgica e a Índia. (KUMAR, 2003)

Para os ingleses esse caso é mais rebuscado, pois segundo Kumar (2003) estes por si encontrarem na frente do império e terem noção disso, se encontravam em uma posição mais complicada para expressar o seu nacionalismo, já que gritar sua posição superior no Reino Unido seria no mínimo, impolítico e colocaria em cheque toda a união formada com muito esforço por parte da Inglaterra. (KUMAR, 2003)

Além disso, no século XIX, os ingleses passaram por situações que nunca haviam experienciado antes como sindicalismo, problemas de classe, trabalho, pobreza, saúde pública e vida urbana, e o nacionalismo inglês tinha muito pouco a oferecer nesse contexto. (KUMAR, 2003)

Outra questão importante é o fato de que os Ingleses não eram oprimidos, e não precisavam estabelecer o seu próprio Estado em meio a estrangeiros (estes eram na realidade, em certas situações, os opressores), dificultando ainda mais a formação de um nacionalismo inglês (tendo em mente que nacionalismo é bastante ativado em situações de opressão). (HOBSBAWM, 2002)

Isso se conecta com outro fator relevante para essa discussão, que é o fato de que em meio às ameaças externas, desde os séculos XVIII e XIX, a mobilização de tropas e defesa do território nacional não era feita apenas por parte da Inglaterra, mas também por parte do Reino Unido e das tropas britânicas. Esse quadro é algo que se espalha por todo o resto da história da Grã Bretanha desde os atos de união. Um exemplo claro disso, é o fato de que na Segunda Guerra Mundial, Winston Churchill ao fazer seus

discursos com o intuito de estimular um patriotismo por parte dos soldados e do povo, ele fazia apelo não a militares e pessoas inglesas, mas às tropas britânicas, e ao estereótipo de um povo britânico, os colocando como pessoas fortes que conseguiam manter a calma em momentos de caos. Os panfletos espalhados durante esse período também se enquadravam nesse sistema, pois diziam que a população deveria lutar pela Grã Bretanha e não pela Inglaterra. (KUMAR, 2003)

Segundo Kumar (2003), os Ingleses tinham sim muito orgulho de suas conquistas, como o vencimento das guerras contra a França na Guerra dos Sete Anos e posteriormente nas Ilhas Napoleônicas, além de terem também orgulho de suas liberdades constitucionais e de seu papel central no Reino Unido. Estes também se viam como os criadores do Reino Unido, mas isso para Kumar (2003), não era nacionalismo. (KUMAR, 2003)

No século XIX e início do século XX, o império é de grande importância para os Ingleses funcionando como uma forma de identificação nacional própria estando presente no debate político, nas camadas sociais e no discurso intelectual. Para ele não existe um momento épico do nacionalismo inglês, não existe celebração da raça inglesa ou do jeito inglês de viver, apenas orgulho pelas conquistas do império e sua missão civilizatória, além de seu papel central nesse processo. (KUMAR, 2003)

Kumar (2003) também argumenta que o Reino Unido era uma instituição em que os ingleses viam muito de si (por questões óbvias) e por muito tempo *Englishness* foi *Britishness*. Nesse contexto, os ingleses se encontram de novo em uma posição complexa. Enquanto os outros países do Reino Unido se agarraram, além da identidade britânica, a suas identidades nacionais (escocesa, galesa e irlandesa) como compensação pelo papel central dos ingleses no comando do Reino Unido, a Inglaterra por outro lado se encontra em uma situação contrária a seus vizinhos, tendo em vista esse caráter de maior poder dentro do Reino Unido. Esse quadro de dificuldade em achar um nacionalismo inglês se estende pelos decorrer da história até o século XX, enquanto os outros membros do reino mostram fortes movimentos nacionalistas quando muitos dos pilares que apóiam essa identidade conjunta começam a se enfraquecer. (KUMAR, 2003)

A identificação própria dos ingleses por questões étnicas é feita quando ocorre uma construção desse senso no século XIX. Como argumenta Hobsbawm (1990), o ato

de definir a nação por suas características étnicas começou com as nações sem Estado (como a Alemanha) na primeira metade do século XIX, e após a segunda a metade do século essa necessidade apareceu nas nações que já tinham o seu Estado desenvolvido, e os ingleses não foram exceção. (HOBSBAWM, 2002);

Como foi dito anteriormente, por muito tempo houve mais *Britishness* do que *Englishness*, e um dos maiores símbolos criadores de um sentimento de lealdade no povo britânico era a monarquia. Em seu livro “A invenção das Tradições”, Eric Hobsbawm (1997) fala a fundo a respeito da invenção de tradições da monarquia britânica com suas cerimônias reais, que com toda a sua pompa e anacronismo remetiam a algo antigo que dava ao povo britânico um senso de continuidade histórica, conectado a uma idéia de que a monarquia e seus rituais bem feitos como algo que sempre existiu. Hobsbawm (1997) também argumenta que na realidade, as cerimônias reais da forma como eram feitas eram tradições inventadas dos séculos XIX e XX e que nem sempre foram de tamanha qualidade, muito pelo contrário, estas eram feitas com extremo descaso e causavam baixa conexão emocional por parte da população britânica. Segundo Hobsbawm (1997) com a decadência do poder dos monarcas, houve uma elevação de sua popularidade, que fez destes grandes símbolos nacionais. (HOBSBAWM, 1997)

Outro ponto trazido por Hobsbawm (1997) é que a melhor qualidade do jornalismo, adquirida ao decorrer da história, e a posterior fundação da BBC em 1922, que cobria as grandes cerimônias da monarquia com muito realismo aumentando o seu alcance e conexão do povo a esses rituais. (HOBSBAWM, 1997)

Essas tradições e seus efeitos são de extrema importância para a discussão em questão, pois essas tradições não eram tradições inglesas, mas sim britânicas. A conexão emocional causada por esses rituais inventados era fruto de tradições britânicas, de uma monarquia britânica para a construção de um senso de pertencimento conjunto que derrubaria barreiras fronteiriças e culturais. (HOBSBAWM, 1997; KUMMAR, 2003)

O que acontece, porém é que no século XIX ocorre a queda de alguns pilares que sustentavam o pertencimento a *Britishness* ao invés de *Englishness*. A primeira delas é a ideia de nação protestante, pois essa foi muito sustentada pelo ódio existente pelos franceses dentro do Reino Unido, e a necessidade de defender a sua identidade religiosa comum em meio aos inimigos católicos que fez com que muitas das outras

diferenças nacionais dentro do arquipélago fossem desconsideradas. Isso entrou em cheque quando os franceses ao decorrer do século XIX não eram mais o rival principal, pois agora o Reino Unido tinha outros países com quem se preocupar como a Alemanha, os Estados Unidos a Rússia e o Japão que eram agora fortes concorrentes, que por sinal não eram todos Católicos, mas em sua maioria protestantes dificultando a visão destes como “os outros” em relação à religião. (KUMMAR, 2003)

Outro fator é que religiosidade como um todo, sofreu um forte declínio tanto na Europa quanto no próprio Reino Unido. Esta ainda afetava a identidade nacional, mas não como antes pois agora esta era mais difusa e menos intensa dificultando a conexão de uma identidade nacional britânica com o protestantismo. (KUMMAR, 2003)

Outro ponto que ocorreu aqui no século XIX é que houve a formação de movimentos nacionalistas na Escócia, no País de Gales e na Irlanda (o mais forte deles) e estes países estavam agora construindo ainda mais uma ideia de identidade nacional para si. (KUMMAR, 2003)

A junção de todos esses fatores afetou a identidade nacional conjunta dentro do Reino Unido, não o suficiente para desintegrá-la, mas o suficiente para permitir a expressão de novas formas de nacionalismo que vão além do tipo britânico, e dentro desse contexto, os ingleses também sentiram necessidade de expressar a sua identidade nacional. (KUMMAR, 2003)

A construção de *Englishness* ocorreu justamente nesse período. Houve aqui o que Kumar (2003) chamar de um renascimento do mito dos Whigs. Desde o século XVII já existia a ideia difundida pelos Whigs que colocavam a magna carta como a origem das liberdades vindas de nascença por parte dos ingleses, a crença em uma tradição de regimento constitucional que limitou o poder dos reis, e a teoria de que essa liberdade existiu desde os povos teutônicos (anglos, saxões, e jutos) e que teve essa liberdade usurpada pelos normandos e posteriormente no século XVII com os governos absolutistas. (KUMMAR, 2003)

Esse mito coloca justamente a ideia de que a liberdade inglesa era algo que sempre esteve lá, e que ao decorrer da história estes tiveram que defendê-la daqueles que tentaram rouba-la. No século XIX houve justamente a temporização e utilização desse mito, colocando a liberdade como algo que não era garantido, mas como algo que

só cresceu ao decorrer da história (e ainda crescia) se conectando aos precedentes ingleses. Algo que começou com a Magna Carta (1215), se desenvolveu a instituição do parlamento, a quebra com Roma, a Revolução Gloriosa e etc. Seeley (historiador do século XIX) conectava essas questões constitucionais ao destino da Inglaterra como um poder imperial, sendo essas as questões que fazem dela tão especial e única. (KUMMAR, 2003)

Existia agora também, uma necessidade de demonstrar uma igreja inglesa que se separava da igreja romana, e se distanciar da ideia de origem céltica que foi tão popular e trouxe frutos a uma identidade conjunta durante os séculos XVII e XVIII. (KUMMAR, 2003)

Os ingleses, agora na segunda metade do século XIX, precisavam de um mito de origem que os separavam dos *Britons* (mito popular desde o século XII com já foi dito) e mais anglo saxão (com uma visão de que esses povos viviam em uma democracia primitiva). Houve então a substituição da ideia de um *folk* puro liderado pelo Rei Artur (que foi instituído no livro *History of The Kings of England*) e este foi substituído por Alfred O Grande, rei dos Anglo-Saxões. Percebe-se com isso uma construção identitária focada mais em um caráter étnico inglês ao invés de britânico. (KUMMAR, 2003)

Na parte da religião essa conexão com um passado selecionado do tempo Anglo Saxão, se mostrou mais difícil, pois foi justamente nesse período que Roma conseguiu muito poder dentro da Inglaterra. A solução então, foi se apegar a uma ideia por parte de reformadores protestantes como Jhon Bale e Matthew Parker, que argumentavam que os Anglo-Saxões tinham sua igreja independente que era pura e livre de corrupção. (KUMMAR, 2003)

Assim como em diversas partes da Europa nessa época, se estabeleceu também uma forte conexão com uma visão romântica do campo, e o seu folclore. Se estabeleceu, então, uma ideia de que eram as pequenas organizações do campo (que funcionavam para melhorar a vida conjunta das pequenas comunidades com seu caráter de liberdade e auto governança) que mostravam o real caráter do povo inglês e que se expressava no parlamento e no funcionamento governamental do Inglaterra. (KUMMAR, 2003)

É possível perceber, portanto, que os ingleses se conectaram a um passado selecionado onde existia uma democracia primaria anglo-saxã, e a conectaram a seus

ideias de democracia, liberdade e constitucionalismo, para estabelecer um senso de continuidade histórica onde esses ideais se fizeram presentes, no povo inglês e consequentemente no governo parlamentar. (KUMMAR, 2003)

Esse anglo-saxonismo foi de grande importância para o desenvolvimento de *Englishness* no século XIX. Primeiramente, pois ao se agarrarem a um passado que se desconecta dos Celtas e consequentemente do resto do Reino Unido, estes puderam pela primeira vez estabelecer um senso de si mesmos (de forma étnica) que estendia para além das divisões sociais. (KUMMAR, 2003)

Houve também nessa época, a afirmação de uma música inglesa. Anteriormente, a música inglesa tinha um forte caráter cosmopolita e internacional, e agora se inspirava no campo inglês, seu folclore e estilo de vida, além das paisagens dessa região. Esse nacionalismo por parte da música com enfoque em uma cultura de campo estava acontecendo em diversas outras partes da Europa. (KUMMAR, 2003; HOBSBAWM, 2002)

Os escritores e poetas ingleses também se focavam na cultura do campo, sendo esta a região sul da Inglaterra, onde ainda existia a vida rural em meio ao caráter industrial do Reino Unido. (KUMMAR, 2003)

Segundo Kumar (2003), esse imagem romântica do campo criada nessa época, se tornou um forte símbolo de consciência nacional dentro da Inglaterra, criando a imagem de uma Inglaterra atemporal. (KUMMAR, 2003)

Porém, é importante ter em mente que essa Inglaterra rural que dava esse sentimento de atemporalidade se prendia apenas ao sul do país. Essa imagem sulista da Inglaterra tinha um forte caráter excludente em relação ao norte (com suas cidades industriais), e até mesmo Londres (no centro do território inglês). A *Englishness* que havia sido construída não garantia a representatividade do resto do país a não ser do sul, e era justamente nessa parte rural que as qualidades inglesas eram vistas em sua forma mais pura, sendo esse período marcado por um forte anti-urbanismo e anti-industrialismo. (KUMMAR, 2003)

Um fator interessante é justamente que esse hábito de valorização da cultura do campo se tornou forte em uma época em que esta morria cada vez mais, e o foco da população estava no norte e no centro do país. Esse anti industrialismo por parte dos

pensadores ingleses se dava em parte justamente pela rejeição ao estilo de vida nos centros urbanos trazido pela revolução industrial. (KUMMAR, 2003)

Outro fator importante aqui é o liberalismo e a nova face que este tomou nesse no fim do século XIX. Se estabeleceu nessa época uma ideia de que os imperialistas e sua necessidade por conquista e expansão que estava colocando as reais tradições inglesas em perigo. (KUMMAR, 2003)

Segundo Smith (1986) os valores liberais estavam fortemente conectados ao povo inglês. James Bryce, que foi um historiador, político partidário e posteriormente embaixador do Reino Unido nos Estados Unidos, escreveu um livro chamado “Modern Democracies” em 1921. Nessa obra, Bryce coloca que seu estudo não tem o intuito de fazer políticas partidárias, e que sua análise é meramente investigativa e impessoal. Essa obra é relevante para esta discussão, pois afirma que os ingleses eram conhecidos por seu amor por liberdade, o senso de dever para com a comunidade seja ela grande ou pequena, um respeito tradicional pelas leis e por fazer reformas por meios constitucionais e não pela violência. Segundo Smith (1986) Estes valores liberais ficaram conhecidos como valores nacionais ingleses, dizendo até mesmo que o liberalismo se tornou *Englishness* e que afetou muito a forma com que os Ingleses se viam. (SMITH, 1986 *apud* COLLS e DODD; BRYCE, 1921 *apud* COLSS e DODD)

Muito importante também para essa construção de Inglesidade, é a profissionalização e institucionalização do ensino de história nessa época. O ensino da história inglesa não teve necessariamente um caráter nacionalista ou patriota, mas deixou de ter um enfoque no caráter universal anterior, e encucou nos indivíduos a serem educados, um senso de conhecimento de sua própria história e respeito pela nação. (KUMMAR, 2003)

Houve também aqui, uma reinterpretação Whig da literatura, que assim como a da história, esta também focava na constituição de uma tradição distinta e única da literatura inglesa. Isso é de extrema importância, pois a literatura inglesa sempre teve um forte impacto na cultura nacional causado por poetas, dramaturgos e escritores. A sua forma de escrever segundo Kumar (2002) expressa muito da forma de viver inglesa, além do fato de que a literatura sempre teve um papel central na Inglaterra desde o século XVII, sendo colocada agora em um pedestal, pois para muitos a literatura

representava a Inglaterra (culturalmente). É importante dizer que a literatura não substituiu a política, mas ainda sim foi o centro da cultura inglesa. (KUMMAR, 2003)

Também importante aqui, é a padronização da língua inglesa, pois no século XIX ainda existia uma grande diversidade do idioma em questão dependendo da localidade. As escolas públicas tiveram um papel central no processo nesse processo de “standarização”, e graças à reinterpretação Whig da época e o forte apreço pela cultura do campo, esse processo linguístico ocorreu sob os conformes dos padrões de diálogo do sul. Outro fato é que como resultado da importância da literatura para a cultura nacional, os estudos da língua nacional seriam feitos através do estudo da literatura que forneceria essa imagem da Inglaterra sulista de campos verdes. Essa “standarização” é de alta relevância para esse processo, pois agora a nação inglesa ganhou uma face linguística que foi utilizada para mostrar ao mundo e as escolas públicas e universidades foram essenciais para a instituição de uma ideia específica de Inglaterra e *Englishness* em indivíduos a serem educados. (KUMMAR, 2003)

Segundo Kumar (2003) quanto à construção de *Englishness*, existe uma questão chave que deve ser levada em conta. Esta é o fato de que essa construção descrita aqui foi feita de forma dispersa, por parte de historiadores, teóricos políticos, críticos culturais e literários, compositores, poetas e escritores. Nunca houve nessa época na Inglaterra, uma *intelligentsia* que se uniu para criar uma ideia de nação, ao contrário de diversas partes da Europa e do mundo. O poder da Inglaterra em relação a seus vizinhos britânicos e também o poder do Reino Unido no mundo, nunca fez necessário para os ingleses realmente se questionarem a fundo a respeito dos fatores que faziam destes quem eram ou até mesmo fomentar um nacionalismo étnico radical como na Alemanha. (KUMMAR, 2003)

Esse quadro se estende pelo século XX, e existe até hoje no século XXI. Aqui a ideia de *Englishness* encontra ainda menos definição, pois, como resultado dos desenrolares de sua história, a Inglaterra não tem instituições que possam ser vistas como realmente inglesas, já que o seu parlamento, a monarquia, as cortes de justiça, o serviço civil, as forças armadas, o sistema de transmissão de rádio e TV (BBC) e todas as outras instituições nacionais de maior importância, são todas estas britânicas e não inglesas, além da falta até mesmo de um hino nacional. Kumar (2003) argumenta



justamente, que após os atos de união, se torna mais fácil notar *Scottishness*, *Welshness* e *Irishness* do que *Englishness*. (KUMMAR, 2003)

### **3.8. O *Soft Power* Britânico**

Quanto à contribuição desses fatores identitários para o *Soft Power* do Reino Unido dentro dos Estados Unidos nos anos a serem analisados por esse trabalho, é preciso fazer alguns questionamentos específicos. O primeiro deles é se devida a supremacia inglesa dentro do Reino Unido, conseqüentemente o seu *Soft Power* seria de fato britânico, ou apenas inglês em nome do Reino Unido.

A resposta para este primeiro questionamento é, assim como a aplicabilidade de identidades nacionais dentro do Reino Unido, ambígua e complexa. Pois como foi explanado nesse trabalho, existe sim uma identidade britânica cuja, a sua existência vai além de uma nacionalidade cívica, e atinge níveis culturais. Muito da imagem do Reino Unido que é vendida internacionalmente é sim britânica e não só inglesa.

Como imagem governamental difundida, temos o parlamento britânico (onde todos os países da entidade tem assentos e são representados), quanto às tradições temos a monarquia (que como argumenta Hobsbawm (1997), tem diversos rituais inventados que garantem tanto uma conexão emocional quanto uma representatividade no arquipélago britânico) que não só casa entre si a séculos , mas representa todos os quatro países do Reino Unido sendo também britânica. Nas Olimpíadas os atletas jogam e acumulam medalhas para a Grã Bretanha ao invés de para os seus países individuais, e no ramo da mídia nacional e internacional temos a BBC (*British Broadcasting Company*) que é uma companhia britânica e não apenas inglesa. (HILL e BEADLE, 2014; HOBBSAWM, 1997)

Quanto em relação à cultura difundida internacionalmente, porém, nesta existe sim uma imagem mais inglesa com grande foco em símbolos nacionais da Inglaterra como Londres, o Big Ben e os ônibus e orelhões vermelhos. No ramo artístico esse quadro também se mostra muito presente, pois a maioria dos artistas britânicos que possuem os maiores números de venda internacional vem majoritariamente da Inglaterra e não dos outros países partes do Reino Unido.

O que acontece, porém, é que esta cultura demasiadamente inglesa é vendida não de forma micro, mas sim macro. Esse quadro pode ser explicado pela crise de *Englishness* e pelo fato de que os Ingleses ao decorrer da história até mesmo no século XX sempre tiveram um hábito confundir os dois, pois por muito tempo, até mesmo no século passado, *Englishness* foi *Britishness*, e a primeira ainda não recebeu uma versão atualizada que vá além da imagem sulista e que represente a Inglaterra nos anos em questão, principalmente em face de seus desafios com uma multietnicidade (decorrente da presença de grupos africanos, asiáticos e mulçumanos vindos na segunda metade do século XX e que hoje constituem fortes comunidades dentro da Inglaterra) que é vista como positiva por uma parte da sociedade inglesa e negativa por outra, além da falta de instituições inglesas relevantes como foi dito anteriormente. (KUMAR, 2003)

Segundo Kumar (2003) os ingleses ao decorrer dos anos foram os que mais sofreram pra aceitar uma identidade britânica, pois para eles a Grã Bretanha era Inglaterra. Isso se dá porque esta entidade foi para eles uma experiência definitiva por mais de 200 anos, fazendo deles quem são. (KUMAR, 2003)

O primeiro ministro escocês Lord Rosebery que representou o Reino Unido de 1894 a 1895, falou para uma plateia escocesa, que os ingleses muitas vezes falavam Inglaterra quando queriam dizer Grã Bretanha, pois pelo fato de que a maioria da população é inglesa, além da maioria econômica e de poder, estes sempre tiveram uma tendência a achar que a Grã Bretanha era a Inglaterra. (KUMAR, 2003)

Esse fato é plenamente compreensível tendo em vista a posição inglesa dentro do Reino Unido, com sua maioria populacional, além de claro também terem a maior economia e sempre possuírem o maior número de assentos no parlamento. Essas informações mostram justamente o porquê dos ingleses sempre terem tido dificuldade de separar a Inglaterra do Reino Unido. (KUMMAR, 2003)

Segundo Kumar (2003):

For over a thousand years *England* has been the largest and most powerful state in the British Isles. It was always and to an increasing extent the most populous part. In 1801 England contributed just over half of the population of

the United Kingdom; today the English make up more than four-fifths<sup>31</sup> (Kumar, 2003, p.7).

Ao avaliar essa situação ele ainda afirma que: “Its is not surprising that England became, and remains for many people and aborad, the synecdochial expression not just for the island of Britain but for the whole archipelago”<sup>32</sup>. (Kumar, 2003, p.7).

É possível perceber aqui, então, que é justamente essa supremacia inglesa e ao mesmo tempo a incapacidade por parte da Inglaterra de se separar da entidade conjunta, que faz com que os ingleses vendam sua música como britânica (de forma macro) e não apenas como inglesa, ao mesmo tempo que se encaixam dentro de um *Soft Power* Britânico, que difunde também, diversos símbolos do Reino Unido, sendo, portanto, ambíguo.

### 3.9. Música inglesa nos Estados Unidos

Quanto à relação entre os ingleses e os Estados Unidos da América, temos além da mesma língua, outra característica da identidade inglesa que se conecta com um fator essencial do povo americano, o liberalismo. Michael Lind (2008) em seu livro “*The American Way of Strategy: U.S. Foreign Policy and the American Way of Life*”, ele argumenta que o ideal de liberdade é fundamental para o *American Way of Life*. Segundo ele, quando alguém pergunta a um Americano o que representa os Estados Unidos, estes não dizem democracia ou republicanismo, e sim liberdade.

Ele também afirma que o ideal político americano não é uma democracia liberal, mas sim um liberalismo democrático republicano. Liberalismo aqui é fundamental, pois consiste de um governo baseado em direitos individuais, sendo “liberal in substance and a democratic republic in form”<sup>33</sup> (Lind, 2008, p.8). Lind (2008), também argumenta que no pensamento anglo-americano, liberalismo é mais importante e conseqüentemente vem primeiro que republicanismo e democracia. “Americans are not democrats first, or

---

<sup>31</sup> Por mais de Mill anos a Inglaterra tem sido o maior e mais poderoso Estado das ilhas britânicas. Ela foi sempre de forma crescente a mais populosa. Em 1801 a Inglaterra contribuiu com mais da metade da população do Reino Unido; hoje os ingleses compõem mais de quatro quintos. (Minha tradução)

<sup>32</sup> Não é surpreendente que a Inglaterra se tornou, e continua para muitas pessoas e no exterior, uma expressão holística não só para a grande ilha da Grã Bretanha mas também para todo o arquipélago.

<sup>33</sup> Liberal em substancia e República Democrática em forma. (Minha tradução)

republicans first. Americans are liberals who happen to be republicans and republicans that happen to be democrats”<sup>34</sup> (Lind, 2008, p.9).

Para Lind (2008), esse ideal não se dá por acaso, mas sim por consequência da influência inglesa na formação do povo e ideal americano:

Seventeenth-century English thinkers who influenced the American Founders, like John Locke, united the tradition of republican government, inherited from Greece, Rome, and the Italian Renaissance, with the idea of natural individual rights, a legacy of medieval and Protestant thought. The synthesis that resulted was republican liberalism. In Britain the tradition of republican liberalism has only been one of a number of important schools of political thought, and far from the most important in recent generations. In the British North American Colonies that became the United States, republican liberalism in the form of the American Creed became the secular civil religion<sup>35</sup>. (Lind, 2009, p.9)

Essa citação serve para mostrar como o liberalismo e ideal de liberdade americanos são resultado não só do pensamento liberal inglês (que é de grande importância para *Englishness*), mas também do protestantismo que na Inglaterra e no Reino Unido (como já foi explicado nesse capítulo) tem embutidos nele ideais de liberdade e constitucionalismo. O liberalismo com seus valores de constitucionalismo e direitos individuais são de extrema importância tanto para a identidade inglesa quanto para os americanos servindo como uma ponte essencial fomentada por valores similares. (LIND, 2009; KUMAR, 2003; SMITH, 1983; BRYCE, 1921)

Esses dois elementos de conexão (a língua e o liberalismo) são essenciais para os ganhos do *Soft Power* Britânico dentro do território americano. Joseph Nye (2004) afirma que a cultura e os valores de um povo são de extrema importância para o seu *Soft Power*, pois são esses valores que serão difundidos internacionalmente. Isso é fundamental para essa discussão, pois os valores difundidos de forma internacional pelo Reino Unido, através de uma música majoritariamente inglesa e conseqüentemente com valores ingleses (incluindo ideais liberais que são fundamentais para a ideia de

---

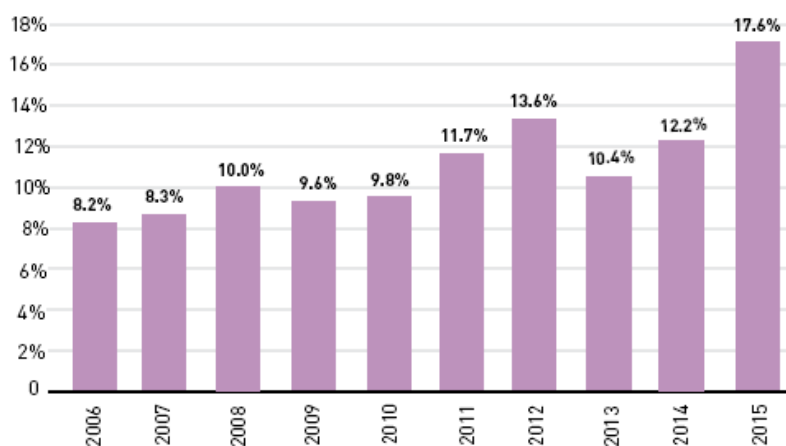
<sup>34</sup> Americanos não são primeiramente democratas, ou primeiramente republicanos. Americanos são liberais que vem a ser republicanos, e republicanos que vem a ser democratas. (Minha tradução)

<sup>35</sup> Pensadores ingleses do século XVII que influenciaram os fundadores americanos, como John Locke, uniram a tradição de governo republicano, herdado da Grécia, de Roma, e da Renascença Italiana, com a idéia de direitos naturais individuais, um legado do pensamento protestante medieval. A síntese resultado disso é o Liberalismo Republicano. Na Grã Bretanha a tradição de Liberalismo Republicano foi apenas uma em meio a um grande número de importantes escolas de pensamento político, e está longe de ser a mais importante em gerações recentes. Nas colônias britânicas na América do Norte que se tornaram os Estados Unidos, Liberalismo Republicano na forma do Crédulo Americano se tornou a religião civil secular. (Minha tradução)

*Englishness* e para diversas nações ocidentais) que se conectam com os valores de liberdade tão essenciais para o *American Way of Life*, sendo essa conexão não só facilitada pelo fato de ambas as nações dividirem os mesmos valores liberais, mas também pelo fato de que estes ainda por cima são trazidos pela música na sua língua compartilhada (o inglês), facilitando ainda mais a assimilação do material fonográfico trazido pela indústria cultural britânica.

O gráfico abaixo mostra a porcentagem de venda de álbuns britânicos dentro dos Estados Unidos, em meio a todos os álbuns vendidos no país do ano de 2006 ao ano de 2015.

**UK ARTISTS'  
SHARE OF  
ALBUM  
SALES IN  
USA (%  
UNITS)  
2006 - 2015**



**Gráfico 1: Porcentagem de álbuns britânicos vendidos nos Estados Unidos de 2006 a 2015**

Fonte: *British Phonographic Industry*

Aqui é possível notar justamente, que em 2012 houve um aumento em relação aos anos anteriores. De acordo com a *Billboard* (2013), nesse ano, quatro dos álbuns mais vendidos dentro dos Estados Unidos foram de artistas britânicos, estando Adele em primeiro lugar com o seu álbum *21*, seguida por dois álbuns do grupo *One Direction*, e um álbum do grupo *Mumford And Sons*, compondo o melhor ano da indústria fonográfica britânica nos Estados Unidos nos anos a serem estudados por esse trabalho. O ano de 2015, mesmo fora do escopo temporal de análise desse trabalho, mostra como o segmento continua a crescer, trazendo números ainda maiores do que 2012, com uma porcentagem de 17,6%. (BPI. 2015; BILLBOARD, 2013)

Esse quadro se transforma justamente em *soft power* britânico dentro dos Estados Unidos, já que gera atratividade e conseqüentemente se converte em poder do Reino Unido dentro do território estadunidense.

#### **4. O *Soft Power* Britânico em meio à crise econômica e o investimento governamental no segmento artístico.**

O Reino Unido foi muito afetado pela Crise de 2008 e outros choques externos, tendo muito de suas capacidades de influência internacional diminuídas, fazendo com que o governo avaliasse as suas capacidades de *Soft Power* e procurasse formas mais eficientes de utilizar estes recursos.

Nesse trabalho, é feita, então, uma exposição de como acontecimentos externos afetaram a Economia do Reino Unido, como esse quadro atingiu os gastos públicos e conseqüentemente as suas fontes de *Hard Power*, será feito um mapeamento das fontes de *Soft Power* da Grã Bretanha, será explanado o posicionamento do governo quanto a essa forma de poder, e como foi feito o investimento governamental no segmento midiático e artístico para melhorar sua atratividade no sistema internacional.

##### **4.1 As crises financeiras globais e o seus impactos no Reino Unido**

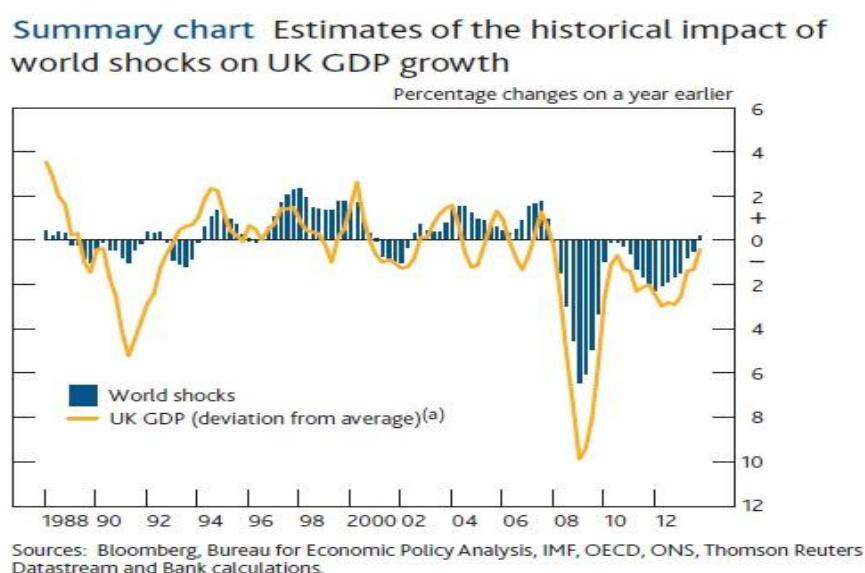
A economia do Reino Unido é demasiadamente uma economia de serviços, e segundo a CIA (Agência de Inteligência Americana), é um “*leading trading Power and financial center*” (CIA, 2016). O Reino Unido tem uma agricultura intensa e altamente mecanizada, que consegue produzir cerca de 60% dos alimentos do país. O país também tem recursos naturais de petróleo, gás natural e carvão, mas as reservas de petróleo se encontram em declínio e por isso, a nação se tornou uma grande importadora de recursos energéticos em 2005. A Grã Bretanha também tem um corpo industrial em decadência, mas que ainda traz uma contribuição de mais ou menos 10% do PIB (CIA, 2016).

De acordo com a CIA a maior contribuição à economia nacional é feita pela indústria de serviços, mais especificamente serviços bancários, de seguro, e *business services*.

A economia britânica tem um forte caráter global, estando fortemente conectada ao resto do mundo através da troca de produtos e serviços, e nesse contexto, choques externos podem ter fortes conseqüências na economia nacional. Esse caráter global da economia britânica foi muito positivo para o país pela maioria das duas décadas anteriores ao ano de 2008 (BANK OF ENGLAND, 2014).

Entre 2008 e 2010 ocorreram três eventos internacionais que afetaram negativamente a economia da Grã Bretanha, a crise de 2008 (que começou nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo, inclusive pela Europa), o aumento dos preços das Commodities (incluindo petróleo, produto muito importado pelo Reino Unido) em 2009, e a crise da zona do euro em 2010, sendo essa última responsável pela limitação do crescimento da economia do país depois de 2010 (BANK OF ENGLAND, 2014).

No gráfico abaixo, as colunas azuis mostram o quanto eventos externos ao Reino Unido afetaram a economia nacional, e a linha amarela mostra o comportamento do PIB em meio a esses eventos.



**Gráfico 2: Estimativa do impacto econômico causado por choques externos ao crescimento do PIB do Reino Unido de 1988 a 2012**

Fonte: Bank of England

Com esse gráfico se faz notar algumas questões importantes. A primeira é o fato de que a partir de 1994 a Grã Bretanha normalmente se beneficia de acontecimentos globais, fazendo com que uma economia aberta seja viável. Após o ano de 2008, porém, é possível perceber o forte impacto e a pesada queda do PIB por consequência da crise financeira que começou nos EUA. Segundo o *Bank of England*:

Over 2007–09, the United Kingdom, like many countries, was adversely affected by the sudden deterioration in risk appetite and increased uncertainty associated with the global financial crisis. The downturn in the US sub-prime market triggered stress in international banking systems and money markets. As the crisis escalated, credit conditions tightened and households and firms became more uncertain about the outlook for activity across many advanced economies. The crisis was associated with a severe downturn in the United Kingdom, as demand for UK exports collapsed and borrowing costs in the



UK private sector increased severely.(2)The peak-to-trough fall in UK output was 7.2%, the largest recession in the post-war period<sup>36</sup>. (Bank of England, 2014, p. 169)

É possível notar, aqui, então, os efeitos da crise de 2008 no Reino Unido, afetando não só o sistema financeiro do país, mas também suas exportações, dificultando ainda mais a situação financeira da Grã Bretanha. Segundo a CIA, essa crise foi muito forte no país devido à importância do setor financeiro para a economia britânica, colocando o Reino Unido em uma das maiores recessões que o país já viveu.

Ainda a respeito desses choques externos, o Banco da Inglaterra argumenta a respeito da crise da zona do euro em 2010 e como esta afetou a Grã Bretanha:

The euro-area crisis, which began in 2010, was also a significant world shock for the United Kingdom. As concerns mounted in financial markets from mid-2010 about the solvency of several euro-area governments and banking systems, borrowing costs in a number of countries increased. Alongside fiscal consolidation to reduce government deficits, a tightening in credit conditions reduced demand across much of the euro area. The United Kingdom was negatively affected by this as demand for UK exports from major trading partners diminished. Moreover, concerns about the UK banking system's exposure to the euro area also led to higher funding costs for banks with a presence in the United Kingdom. This in turn raised the price and reduced the availability of credit to UK households and firms, weighing on domestic activity<sup>37</sup> (Bank of England, 2014, p. 169).

Portanto, a crise na zona do euro também teve um forte impacto na situação econômica do Reino Unido, e os efeitos desta nos mercados financeiros desde o ano de 2010, afetou também a economia britânica fazendo com que a tomada de crédito dentro do país se tornasse mais cara. Esse aumento de preço atingiu tanto os lares quanto as

---

<sup>36</sup> Entre os anos de 2007 e 2009, assim como vários outros países, o Reino Unido foi muito afetado prejudicado pela maior aversão a risco e aumento da incerteza associado à crise global de 2008. A desaceleração no mercado sub prime dos Estados Unidos causou muito estresse tanto nos sistemas bancários internacionais e nos mercados monetários. Conforme a crise aumentou, as condições de crédito se limitaram e lares e firmas ficaram mais incertas quanto à perspectiva de atividade em muitas economias avançadas. A crise causou uma forte desaceleração no Reino Unido, enquanto a demanda por exportações britânicas desmoronaram e o custo de empréstimos no setor privado aumentaram muito. A queda do pico de produtividade no Reino Unido caiu em 7,2%, a maior recessão no período pós guerra. (Minha tradução)

<sup>37</sup> A crise da zona do euro, que começou em 2010, também foi um choque externo significativo para o Reino Unido. Enquanto preocupações cresciam nos mercados financeiros a partir da metade de 2010 a respeito da solvência de vários governos da área do euro e sistemas bancários, os custos de empréstimos aumentaram em vários países. Paralelamente a isso houveram diversos cortes de gastos por parte de governos, e a redução das condições de crédito reduziram muito a demanda na zona do euro. O Reino Unido foi negativamente afetado por esse contexto, pois a demanda por exportações britânicas por parte dos maiores parceiros da Grã Bretanha sofreu uma queda. Além disso, as preocupações a respeito da exposição do sistema bancário britânico à zona do euro causaram um aumento nos preços de financiamento para os bancos estrangeiros sediados no Reino Unido. Isso, por sua vez subiu o preço e reduziu a disponibilidade de crédito para lares e firmas na Grã Bretanha pesando sobre a atividade doméstica. (Minha tradução)

firmas dentro do país, dificultando assim, a atividade econômica doméstica. É possível notar também como essa crise reduziu as exportações do Reino Unido. (BANK OF ENGLAND, 2014)

Porém, segundo o Banco da Inglaterra, as maiores perdas não aconteceram no ramo das exportações, mas sim no campo dos créditos. Os bancos muito afetados pelos choques externos se encontraram tendo que reduzir empréstimos devido às dificuldades em seus balanços, fazendo com que estes emprestassem menos dentro país. (BANK OF ENGLAND, 2014)

Outro problema que afetou muito a economia britânica foi que a crise de 2009 e a crise da zona do euro em 2010 aumentaram os níveis de incerteza para investimentos dentro do Reino Unido, fazendo do país um local de baixa rentabilidade para investidores. (BANK OF ENGLAND, 2014)

De acordo com o relatório do Banco da Inglaterra de 2014, a crise de 2008 foi responsável por mais ou menos 2/3 da redução do PIB do país. O gráfico abaixo mostra a queda do PIB da Grã Bretanha após a crise americana ter atingido a Europa.

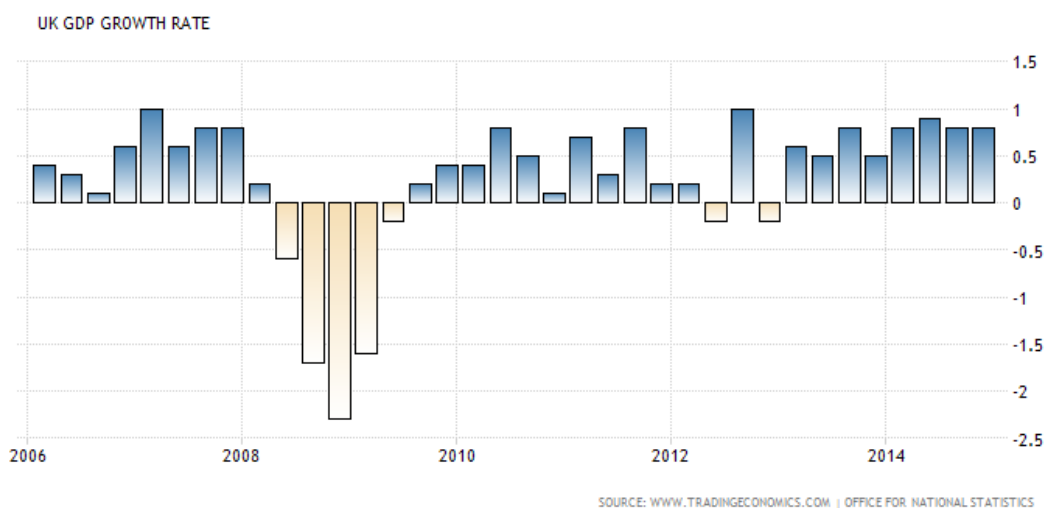


**Gráfico 3: PIB do Reino Unido de 2012 a 2014**

Fonte: Trading Economics

É possível identificar, aqui, a queda do PIB do Reino Unido e a sua subida gradual, encontrando seus piores resultados nos anos de 2009 e 2010, justamente por decorrência da crise de 2008 e seus efeitos negativos ao sistema bancário britânico.

O próximo gráfico, é feito de forma trimestral e expõe a queda das taxas de crescimento do país, após os eventos já citados.



**Gráfico 4: Taxas de Crescimento do PIB do Reino Unido de 2006 a 2014**

Fonte: Trading Economics

Aqui se fazem presentes as taxas de crescimento do PIB do Reino Unido entre os anos de 2006 e 2014. É possível notar uma queda considerável nas das taxas de crescimento entre os anos de 2008 e 2010, servindo como uma representação das dificuldades financeiras em que se encontrava o país, principalmente nos anos próximos à crise.

#### **4.1.1 O corte de gastos militares**

Nesse quadro de dificuldade econômica, o governo do britânico se encontrou na necessidade de cortar gastos públicos, e em 2010 foram decididos cortes em diversos setores, entre eles um corte de 10% nas capacidades financeiras do Ministério de Defesa do Reino Unido, além de também fazer cortes ao *Foreign and Commonwealth Office* (escritório de diplomacia do Reino Unido) que teve um corte de 24% em seu orçamento. Isso é importante, pois mostra que houve reduções orçamentárias tanto na diplomacia quanto na defesa britânica (MCCLORY, 2010).

Nesse contexto de restrição de despesas, uma parte da Grã Bretanha que viu a sua funcionalidade muito afetada foi justamente às forças armadas. Como resultado desse corte de 10% na defesa, de acordo com a revista *Spectator* (2015), militares

estavam argumentando que entre os anos 2010 e 2015, as capacidades militares do Reino Unido haviam caído em 1/3 e que as forças armadas britânicas não mais tinham a capacidade de lutar uma grande guerra, dificultando assim a defesa externa dos interesses do país (SPECTATOR, 2015).

Nessa reportagem, também é afirmado que devido aos cortes feitos pelo governo, as forças armadas ainda têm o necessário para operar, mas foram fortemente esvaziadas em pessoal, treinamento e mantimentos, fazendo com que o funcionamento devido do corpo militar seja questionável (SPECTATOR, 2015). Esse quadro é ainda mais intensificado por uma crise de recrutamento que antecede o ano de 2008 (por decorrência da Guerra do Afeganistão), e se intensificou depois da crise (THE GUARDIAN, 2008).

Nesse contexto de redução de gastos e enfraquecimento militar, é possível notar justamente o enfraquecimento das capacidades de *Hard Power*, fazendo com que, para se manter relevante e influente no sistema internacional, o Reino Unido precisaria fazer melhor uso de suas capacidades de *Soft Power* (MCCLORY, 2010).

Em meio a esse quadro, entre 2013 e 2014, houveram, então, diversas reuniões no parlamento britânico, mais especificamente na *House of Lords*, a respeito de *Soft Power*. Diversos profissionais e acadêmicos participaram dessas reuniões, que tinham como objetivo mapear as capacidades de *Soft Power* do Reino Unido e o seu poder de persuasão no mundo globalizado interconectado, para posteriormente identificar que medidas governamentais deveriam ser tomadas para que se pudesse extrair o máximo dessas capacidades (HOUSE OF LORDS, 2013-2014; HILL e BEADLE, 2014).

Em 2014 foi publicado pela *British Academy* um artigo chamado “*The Art of Attraction: Soft Power and the UK’s Role in the World*”, dos acadêmicos Christopher Hill e Sarah Beadle, que traz contribuições para esta discussão, pois consistem em parte de uma explanação destrinchada dessas capacidades de *Soft Power* do Reino Unido.

Será feita uma combinação das informações presentes nesse artigo e do livro do próprio Nye (2004) “*Soft Power The Means to Success in World Politics*” para garantir um mapeamento eficiente a respeito desses recursos.

## 4.2 Recursos de *Soft Power* do Reino Unido

Nesse trabalho será feita a categorização em três grupos das fontes de *Soft Power* Britânico. A primeira classificação se restringe às fontes que estão relacionadas à cultura e a sociedade civil, a segunda diz respeito às fontes que estão relacionadas ao Estado e a terceira remete à União Europeia e o pertencimento ao continente.

### 4.2.1. As fontes de *Soft Power* ligadas à cultura e à sociedade Civil

A Grã Bretanha é rotulada por muitos como um *cultural superpower*, graças à uma herança histórica que enriquece sua cultura, e suas capacidades turísticas. O país possui grandes jardins e castelos que anualmente atraem milhões de viajantes do mundo todo, e mesmo que diversas outras nações europeias disponibilizem esse tipo de turismo, o Reino Unido (segundo Hill e Beadle) se diferencia por ter o mais antigo sistema parlamentarista democrático e história industrial. (HILL e BEALDLE, 2014)

Para os autores é possível encontrar no país também uma forte herança intelectual, com grandes nomes como:

Thomas Hobbes, Adam Smith, John Stuart Mill, John Maynard Keynes, William Beveridge, H.L. A. Hart and Eric Hobsbawn. A similar roll-call of pioneers in science and technology can be compiled, including such names as Isaac Newton, Charles Darwin, Charles Babbage, Alan Turing, Tim Berners-Lee, Francis Crick, Rosalind Franklin and James Watson, Stephen Hawking and Peter Higgs<sup>38</sup> (Hill e Beadle, 2014, p.23).

Nessa lista é possível perceber a presença de grandes pensadores clássicos tempos antigos como Adam Smith e Isaac Newton, assim também como grandes nomes do século XX como Eric Hobsbawn e Stephen Hawking. Além de ser o berço de diversos acadêmicos, o país também tem grandes nomes da literatura. Hill e Beadle (2014) afirmam que:

Shakespeare heads the list of British literary giants read worldwide, followed among others by Jane Austen, the Brontë sisters, Charles Dickens, Thomas Hardy, D.H. Lawrence, Evelyn Waugh, Salman Rushdie and John Le Carré. Popular twentieth century authors like Douglas Adams, Agatha Christie, Beatrix Potter, Terry Pratchett, Phillip Pullman, and J.K. Rowling have also

---

<sup>38</sup> Thomas Hobbes, Adam Smith, Jhon Stuart Mill, John Maynard, Keynes, William Beveridge, H.L. A. Hart e Eric Hobsbawn. Um número vasto de pioneiros em ciência e tecnologia também podem ser compilados, incluindo nomes como Isaac Newton, Charles Darwin, Chales Babbage, Alan Turing, Tim Berners-Lee, Francis Crick, Rosalind Franklin e James Watson, Stephen Hawking e Petter Higgs. (Minha tradução)

dominated the international bestseller lists, with some also drawing large numbers of visitors to their homes, real or imagined, in Britain<sup>39</sup> (Hill e Beadle, 2014, p.23)

Já nessa lista, é notar nomes antigos como William Shakespeare e Charles Dickens, além de *bestsellers* recentes como J.K. Rowling, autora dos livros de Harry Potter, que atingiu altos números de venda em todo o mundo, além de ser adaptado para uma bem sucedida franquia de filmes.

O Reino Unido também tem uma grande herança artística e musical. Segundo Hill e Beadle (2014), a cinco maiores atrações em termos de visitantes em 2012, foram justamente museus e galerias de arte. (HILL e BEADLE, 2014)

A indústria musical britânica também tem forte adesão internacional. Desde 1963, diversos artistas do Reino Unido tem disputado com diversos atos americanos, no ramo da musica popular. O país conta com nomes como Os Beatles, Os Rolling Stones, David Bowie, Elton Jhon, George Michael, Amy Winehouse, Adele, Coldplay, Ellie Goulding, Ed Sheeran, Sam Smith e vários outros. Esses nomes são interessantes, pois em sua grande maioria são artistas ganhadores de diversos prêmios internacionais, incluindo Grammys e Oscars, e conseqüentemente ajudam a criar uma imagem de país provido de uma cultura rica e reconhecida por isso (HILL e BEADLE 2014, GRAMMYS 2016, ORSCARS 2016).

Geoff Taylor, chefe executivo da BPI (*British Phonographic Industry*), contribui com esse discussão quando afirma que cinco dos dez álbuns mais vendidos no mundo todo em 2014 foram por parte de artistas britânicos, entre eles Ed Sherran, Colplay, Sam Smith, *One Direction*, e Piink Floyd, e segundo Taylor, pela primeira vez em seis anos, os dez álbuns mais vendidos dentro do próprio Reino Unido foram nacionais, mostrando o crescente poder da indústria musical do país, em meio ao poder majoritário da indústria cultural norte americana. (BPI, 2015)

---

<sup>39</sup> Shakespeare lidera a lista de gigantes literários lidos no mundo todo, seguido por outros como Jane Austen, as imãs Brontë, Charles Dickens, Thomas Hardy, D. H. Lawrence, Evelyn Waugh, Salman Rushdie, e Jhon Le Carré. Autores populares do século vinte como Douglas Adams, Agatha Christie, Beatrix Potter, Terru Pratchett, Phillip Pullman, e J. K. Rowling também dominaram listas de *bestsellers* internacionais, com alguns também atraindo um alto número de visitantes para seus lares, reais ou imaginados, na Grã Bretanha. (Minha tradução)

No ramo da música clássica, o Reino Unido também tem diversas orquestras, corais, teatros e afins. A Grã Bretanha ainda oferece diversos festivais musicais dos mais diversos tipos, que atraem diversos estrangeiros que gastam mais de 100 milhões de libras todos os anos (HILL e Beadle, 2014).

Em 2014 as atrações musicais, festivais, e muitos outros relacionados a estes, trouxeram uma quantia de cerca de 3.1 bilhões de libras em gastos diretos e indiretos. Calcula-se que cerca de 9.5 milhões de pessoas viajaram para eventos musicais e cerca de 550 mil foram de fora do país em 2014, trazendo um aumento de 34% desde o ano de 2011. O gasto geral de turistas musicas internacionais aumentou em cerca de 13% entre 2011 e 2014. (UK CREATIVE INDUSTRIES 2015)

O cinema também tem um papel de mostrar o Reino Unido afora, sendo um dos maiores representantes culturais da Grã Bretanha, com filmes de grandes índices de bilheteria como a franquia dos filmes de Harry Potter e 007. Atores, diretores, e técnicos cinematográficos britânicos também desfrutam de reconhecimento em Hollywood e na Academia do Oscar. Hill e Beadle (2014) afirmam que isso ocorre em parte graças à forte tradição de teatro que existe dentro da Grã Bretanha, tradição esta, que atrai diversos turistas para peças, musicais, performances de opera e balé em locais consagrados, segundo os autores, como o teatro de *West End* em Londres. Além disso, muitos desses atos acabam fazendo apresentações em diversas capitais do mundo, sendo uma delas Nova York (HILL e BEADLE, 2014).

Os autores ainda afirmam que o país se esforça para vender uma imagem de multiculturalismo e de imigrações bem sucedidas, principalmente entre o *Commonwealth* e os países da União Europeia, e mesmo que ocorram eventos isolados que colocam essa imagem em cheque, no geral, garante considerável grau de credibilidade internacional (HILL e Beadle, 2014).

Outra forma de *soft power* por parte do Reino Unido é a língua inglesa e o ensino desta no mundo, pois promove uma visão idealizada, da “marca Grã Bretanha”, e traz resultados bastante favoráveis. De acordo com Hill e Beadle (2014):

While it is true that there are now many ‘world Englishes’, it is hardly a disadvantage for the UK that English is the single most widely used language in the world – spoken by some 427 million native speakers and an estimated 950 million people as a second or foreign language – and the official

language of more countries world-wide than any other<sup>40</sup> (Hill e Beadle, 2014, p.25).

Aqui é possível notar a importância da língua inglesa como representação do Reino Unido no mundo, tendo em vista que a sua versão da língua é a mais utilizada no mundo todo, até mesmo como língua estrangeira a ser aprendida.

Outra grande fonte de *Soft Power* do Reino Unido é seu sistema educacional, que também possui fortes efeitos internacionais. As instituições de ensino superior do Reino Unido, segundo os autores, tem uma grande capacidade de *Soft Power* a longo prazo (pois permite moldar a visão de estudantes internacionais a respeito do país enquanto estão lá). A Grã Bretanha se encontra em segundo lugar em relação à quantidade de instituições de ensino superior entre as 100 maiores universidades do mundo, só ficando atrás dos Estados Unidos. De acordo com Hill e Beadle (2014) as universidades de Oxford e Cambridge se encontram no top 5 do *The Times Higher Education World University and Reputation Rankings* (THE), e tem mais cinco instituições no top 50. (HILL e BEADLE, 2014)

Com o reconhecimento desse “alto calibre educacional”, o Reino Unido se torna um porto para diversos estudantes internacionais. De acordo com o *Records from the Higher Education Statistics Authority*, cerca de 435 mil estudantes internacionais estudaram no Reino Unido entre 2011 e 2012. Entre os países que mais exportam estudantes para universidades britânicas temos os Estados Unidos, a China, a Nigéria, a Malásia, a França, a Alemanha, a República da Irlanda, a Grécia, a Polônia e o Chipre (HILL e BEADLE, 2014).

Essa grande quantidade de estudantes é muito importante para o Reino Unido por desenvolverem estudos que garantem a sustentabilidade das habilidades tecnológicas e intelectuais necessária para a sua economia pós-industrial, e também trazem uma diversidade cultural que pode ser aproveitada pelo país, pois tal conhecimento trazido por esse contato intercultural ensina as empresas nacionais a saber lidar com outras culturas e se instalar em novos mercados.

---

<sup>40</sup> Mesmo sendo verdade que existem diversas versões da língua inglesa no mundo, é muito pouco provável que o fato de o inglês ser a língua mais usada no mundo seja uma desvantagem para o Reino Unido – falada por mais ou menos 427 milhões de falantes nativos e estimadamente 950 milhões de pessoas como uma língua secundária ou língua estrangeira, e é a língua oficial da maioria dos países no mundo todo. (Minha tradução)



Outra grande fonte de Soft Power do Reino Unido é a BBC (British Broadcasting Company). A emissora foi fundada em 1922 para ser a *Voice of Britain*, e esta não é uma companhia privada e sim do governo, porém tem independência administrativa e de funcionamento. Segundo Hill e Beadle (2014):

One of the most valuable cultural soft power institutions is the UK's state-funded public service broadcaster, the BBC, which runs the World Service networks, a globally popular set of websites, as well as its domestic radio and TV channels. From its inception in 1922, the BBC grew steadily to become the world's largest and most respected broadcaster, broadcasting in 27 languages (as well as English), reaching an estimated weekly audience of ten million people across the UK and at least 150 million people worldwide<sup>41</sup> (Hill e Beadle, 2014, p.27)

Aqui é possível perceber algumas questões essenciais para a discussão em questão. A primeira é o fato de que a BBC não só é do Estado Britânico, mas também que ela não se prende só à radio, possuindo também transmissões televisivas, e na internet. Outro fato importante é que desde a sua criação em 1922, ela se tornou a maior e a mais respeitada emissora do mundo, possuindo transmissões em diversas línguas além do inglês. O último fator a se levantado aqui é o fato de que a emissora possui uma audiência internacional de pelo menos 150 milhões de pessoas (HILL e BEADLE, 2014).

Grande parte da credibilidade da BBC se dá justamente pela imagem que estabeleceu para si, pois:

The BBC has established a distinctive and invaluable reputation for editorial independence and being factually trust worthy. British society, and even the British government, benefit indirectly from the trust vested by foreign listeners and viewers in the BBC. (Hill e Beadle, 2014, p. 27).

Essa independência se dá justamente, pois a BBC se coloca como uma emissora livre que não é limitada por anunciantes, e segundo Hill e Beadle (2014), isso garante a ela uma grande vantagem em relação a seus concorrentes.

Segundo Hill e Beadle (2014), o alcance global da BBC contribui para a transmissão da imagem cultural do Reino Unido e mostra os recursos mais atrativos do

---

<sup>41</sup> Uma das mais valiosas instituições culturais de *soft power* do Reino Unido é a BBC, que é uma transmissora financiada pelo governo, e administra a *World Service Networks*, um popular grupo de websites, assim também como seus canais de TV e rádio domésticos. Desde a sua criação em 1922, a BBC cresceu constantemente até se tornar a maior e mais respeitada emissora do mundo, transmitindo em 27 línguas (assim como em inglês), alcançando uma audiência semanal de 10 milhões de pessoas no Reino Unido, e no mínimo 150 milhões de pessoas no mundo todo. (Minha tradução)

país. Outro fato importante aqui é fato que a BBC cobre diversas ocasiões importantes da vida britânica como o funeral da princesa Diana e as Olimpíadas sediadas em Londres em 2012.

Mais uma fonte de *Soft Power* cultural da Grã Bretanha é o *British Council*<sup>42</sup>. A instituição trabalha com mais de 30 milhões de pessoas no mundo todo, e alcança mais 600 milhões através do rádio, da televisão e da mídia digital, tendo relações eficazes com países emergentes como a China, o Brasil, a Índia e a Coréia do Sul. Eles conectam pessoas de diferentes setores culturais como professores e alunos, artistas, pessoas do ramo esportivo, e cientistas. (BRITISH COUNCIL 2016, HILL e BEADLE, 2014)

Esse trabalho é de extrema importância para o poder atrativo do país, pois permite um intercâmbio cultural que coloca diversos indivíduos do mundo todo em contato com a cultura britânica em seus mais diversos segmentos e conseqüentemente cria uma imagem positiva do Reino Unido, servindo como uma grande forma de *Soft Power*. (HILL e BEADLE, 2014)

Em relação ao ramo de negócios e inovação. Hill e Beadle (2014) colocam que:

Britain also has considerable assets in business and innovation. Although manufacturing industry has been generally in decline for decades, the country is still ranked 10th in the Boston Consulting Group (BCG) and National Association of Manufacturers (NAM) Innovation Index, which considers factors such as government and fiscal policy, patents, technology transfer, business performance and creative and scientific research outputs. As a notably open economy, with many entrepreneurs from immigrant backgrounds flourishing, for many foreign investors Britain represents a vibrant country of opportunity – even if it does not always seem that way to its citizens<sup>43</sup> (Hill e Beadle, 2014, p.28).

É possível perceber aqui alguns fatores chave em relação a esse setor. O primeiro deles é o fato de que mesmo com o setor industrial britânico em crescente declínio há décadas, este ainda conseguiu uma razoável posição internacional em relação a inovação, principalmente no meio tecnológico. Outro fator importante é o fato

---

<sup>42</sup> O British Council é a organização internacional do Reino Unido para Relações Culturais e oportunidades educacionais internacionais, que mantém relações com cidadãos de diversos países do mundo.

<sup>43</sup> A Grã Bretanha tem consideráveis recursos em negócios e inovação. Mesmo com a indústria manufatureira em declínio há décadas, o país ainda se posiciona em décimo lugar no *Boston consulting Group* (BCG) e na *National Association of Manufacturers* (NAM) *Innovation Index*, que considera fatores como governo e política fiscal, patentes, transferência de tecnologia, performance de negócios e resultados de pesquisas criativas e científicas. Como uma economia notavelmente aberta, com muitos empresários imigrantes de diversas localidades, para muitos investidores a Grã Bretanha representa um país vibrante para oportunidades, mesmo que nem sempre pareça para os cidadãos do país (Minha tradução).

de que o país é visto no campo dos negócios, inclusive para investidores internacionais, como um local de grandes oportunidades.

Nesse meio, de acordo com Hill e Beadle (2014), se encontram bons resultados nas áreas de fabricação avançada, os serviços de *international trading* que requerem grande conhecimento específico, e nas indústrias de petróleo, gás e resíduos nucleares. A indústria automotiva do país também tem marcas de nome como Jaguar, Land Rover/Range Rover e Rolls Royce, que ainda transmitem uma imagem positiva de qualidade e estilo britânico, além do fato de que muitos dos carros produzidos na União Europeia são montados no Reino Unido (HILL e BEADLE, 2014). Ainda nesse ramo, se encontram as indústrias de moda e *design*, com estilistas reconhecidos e marcas de luxo britânicas.

Pare do *Soft Power* do Reino Unido é o seu sistema bancário. Hill e Beadle (2014) ao falar de Londres, colocam que:

the capital has even greater importance through the financial strength of the City of London, one of the world's major centres for banking and share-dealing. It constitutes the world's largest insurance market, while the metropolis more generally is Europe's most attractive in terms of foreign direct investment, cultural diversity, opportunities for young talent and the service industries – advertising, public relations and marketing are other sectors in which London remains strong<sup>44</sup> (Hill e Beadle, 2014, p.29)”.

Se faz presente aqui o poder financeiro de Londres, e a importância da capital britânica para o setor bancário e para a indústria de serviços.

No ramo esportivo o Reino Unido também se faz presente com times de futebol e um competitivo time de atletas nas Olimpíadas. Em 2012, a Grã Bretanha ficou em terceiro no Ranking de medalhas nos jogos olímpicos sediados no país. Em 2012, o time da Grã Bretanha e Irlanda do Norte acumulou 29 medalhas de ouro, 17 de prata e 19 de bronze, ficando para trás só dos Estados Unidos em primeiro lugar, e a China em segundo (BBC, 2012). Esse resultado é muito positivo para o *Soft Power* do país, pois serve como uma representação positiva de suas capacidades esportivas, principalmente quando ocorre em um evento internacional de grande porte como as Olimpíadas.

---

<sup>44</sup> A capital tem ainda mais importância por decorrência da capacidade financeira da cidade de Londres, um dos maiores centros bancários e de ações do mundo todo. A cidade constitui o maior mercado de seguro do mundo, enquanto a metrópole, é a mais atrativa em toda a Europa para investimentos diretos, diversidade cultural oportunidades para talentos jovens e as indústrias de serviços – propaganda, relações públicas e *marketing* são outros setores em que Londres ainda se mantém forte. (Minha tradução)

#### 4.2.2. Fontes de *Soft Power* ligadas ao Estado

De acordo com Hill e Beadle (2014):

Britain's political and institutional values – democracy, civil and political rights, freedom of speech and conscience, respect for diversity, and the rule of law – are a source of soft power in that they make the UK an attractive destination for work, tourism and study. It is a multiculturalist society with a more accepting approach to new arrivals than many other countries (which is not to say that it is wholly free of racism or xenophobia). It practices religious tolerance, has encouraged ethnic minorities to maintain their own traditions, and has recently given same-sex couples the same rights as married couples<sup>45</sup> (Hill e Beadle, 2014, p.30).

Aqui é possível notar algumas questões relevantes para esse trabalho. A primeira é que a Grã Bretanha difunde valores democráticos e liberais, que segundo Nye (2004) são considerados universais. Isso é positivo para o seu *Soft Power*, pois o próprio Nye (2004) já argumenta que os países que são bem sucedidos nessa plataforma do poder, são os que difundem esses valores, e nesse caso é justamente a difusão desses valores que faz com que o Reino Unido seja um destino comum para estrangeiros de todo mundo. O país também é positivamente avaliado em organizações internacionais que medem a adesão dos países ao modelo de democracia: Britain's commitment to its democratic values is demonstrated by consistently high rankings on various indices of political rights, civil liberties and good governance<sup>46</sup> (Hill e Beadle, 2014, p.31).

A segunda questão que deve ser levada em conta aqui é o fato de que mesmo que não completamente, o Reino Unido tem apresentado uma boa receptividade a estrangeiros o que faz com que nos anos estudados por esse trabalho (2012 à 2014), muitos viajantes internacionais viajam para o país. Por último temos o fato de que Nye (2004) afirma que para ter boas capacidades de *Soft Power*, as atitudes governamentais internas tem que condizer com seus valores difundidos, e como é visto aqui o governo britânico encoraja minorias étnicas a manter as suas tradições religiosas e deu os mesmos direitos legais a casais de mesmo sexo, servindo como uma representação política

---

<sup>45</sup> Os valores políticos e institucionais da Grã Bretanha – democracia, direitos civis e políticos, liberdade de expressão e consciência, respeito por diversidade, e a predominância da lei – são uma fonte de *soft power* pois fazem do Reino Unido um destino atrativo para trabalho, turismo e estudo. É uma sociedade multicultural com um discurso de maior aceitação para estrangeiros do que outros países (o que não quer dizer que o país seja completamente livre de racismo ou xenophobia). O país pratica tolerância religiosa, tem encorajado minorias étnicas a manter as suas tradições, e recentemente deu a casais do mesmo sexo os mesmos direitos que casais heterossexuais. (Minha tradução)

<sup>46</sup> O comprometimento da Grã Bretanha com os seus valores democráticos é demonstrado por sua posição positiva em diversos rankings internacionais de democracia e liberdade. (Minha tradução)

interna de seus valores liberais, auxiliando, portanto, o seu *Soft Power*. (HILL e BEDLE, 2014; NYE, 2004)

Outra fonte estatal de *Soft Power* é o seu sistema jurídico que é reconhecido no mundo todo como um modelo profissional e justo, que faz com que pessoas de outras partes do mundo resolvam suas disputas legais em Londres (através de arbitragem). (HILL e BEADLE, 2014)

Outra fonte de poder atrativo é a sua diplomacia. De acordo com Hill e Beadle (2014) o governo britânico procura normalmente se envolver em causas que podem ser vistas como éticas e que conseqüentemente possam causar uma impressão positiva em relação ao país, facilitando as suas capacidades de *Soft Power* nesse sentido, pois se conecta com os aspectos que Nye (2004) coloca como positivas para a imagem externa de um país (HILL e BEDLE, 2014; NYE, 2004). Entre as políticas externas que podem ser vistas como positivas e contribuem com seu *Soft Power* temos a intervenção de ajuda a mulçumanos nos Kosovo em 1999 e o papel central do Reino Unido nas discussões a respeito de meio ambiente e mudanças climáticas. (HILL e BEDLE, 2014; NYE, 2004)

O Reino Unido também está presentes em diversos mecanismos internacionais de caráter multilateral, entre eles a ONU. O país possui um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e seu grupo diplomático é conhecido como por grande qualidade técnica. (HILL e BEDLE, 2014)

Para contribuir com esse quadro, temos o fato de que a Grã Bretanha está representada diplomaticamente em 160 países do mundo todo com 270 postos diplomáticos.

A maior expertise da diplomacia britânica se encontra no FCO (*The Foreign and Commonwealth Office*). Esse órgão é de extrema importância pois:

The FCO has also funded projects that overtly aim to promote Britain's political values. Of particular importance are the Human Rights and Democracy Programme (HRDH), which promotes the development of local civil society organisations, and the Westminster Foundation for Democracy (WFD), a non-departmental public body sponsored by the FCO to support the

development of political parties and democratic institutions<sup>47</sup> (Hill e Beadle, 2014, p. 33).

Mais uma vez ,então, vemos o esforço diplomático para difundir os valores políticos tão aceitos no cenário internacional que depois da Guerra Fria, são em sua grande maioria composto por democracias liberais que valorizam muito tais valores, e esse quadro conseqüentemente se converte em *Soft Power*. O órgão também é extremamente ativo, para garantir a disseminação de uma imagem positiva de si mesmo e do país, nas redes sociais como Facebook, Twitter e Google+. (HILL e BEDLE, 2014; NYE, 2004)

Um problema, porém, da diplomacia britânica, segundo Hill e Beadle (2014), é que não existe nesta uma continuidade em suas “políticas externas éticas” e de tempo em tempo a Grã Bretanha se envolve em causas não tão vistas como positivas, como a guerra do Iraque ao lado dos Estados Unidos (HILL e BEDLE, 2014; NYE, 2004). Essa guerra é crucial para esse argumento, pois, segundo Nye (2004) foi extremamente impopular por ter ocorrido mesmo após a reprovação por parte de diversos países das Nações Unidas, afetando, conseqüentemente, a imagem das duas nações envolvidas. (NYE, 2004)

Mais uma fonte de *Soft Power* estatal é a Monarquia. A rainha Elizabeth II representa o *Commonwealth*<sup>48</sup>, e o faz, segundo Hill e Beadle (2004), de forma sutil e bem feita, sempre garantindo a união entre o grupo, principalmente em momentos de dificuldade. A família real também se faz muito presente no exterior através dos acontecimentos pessoais que envolvem a família real, em algo que os autores chamam de “novela da família real”, através da divulgação de casamentos, funerais e aparições. Alguns deles também se fazem presentes em eventos humanitários dentro e fora do Reino Unido, afetando positivamente a sua reputação.

Hill e Beadle (2014) também argumentam que a imagem externa de prestígio da rainha, ajuda a contrabalancear em relação a outros membros da família real que não

---

<sup>47</sup> O FCO tem financiado projetos que procuram promover os valores políticos da Grã Bretanha. De grande importância temos o Programa de Direitos Humanos e Democracia (HRDH), que promove o desenvolvimento de organizações civis locais, e a Fundação *Westminster* Para Democracia (WFD), uma organização não departamental pública financiada pelo FCO que apoia o desenvolvimento de partidos políticos e instituições democráticas. (Minha tradução)

<sup>48</sup> *CommonWealth* é uma associação voluntária composta por 53 Estados Soberanos, em sua grande maioria ex colônias britânicas, e tem como chefe a rainha do Reino Unido. (Minha tradução)

são muito bem-vistos. A imagem da rainha e da monarquia também é muito auxiliada pelas pomposas cerimônias reais que são televisionadas no mundo inteiro, além destas também ajudarem por funcionar como uma representação da história britânica e seu grau de civilização. Um exemplo desse caso é o casamento do príncipe William, duque de Cambridge e Catarina, duquesa de Cambridge, em 2011, que foi televisionado pela BBC e o sinal desta foi transmitido no mundo todo, inclusive nos Estados Unidos e no Brasil.

Outro fator que auxilia a imagem da monarquia é o fato desta ter poder mínimo desde a Revolução Gloriosa, servindo como uma representação das tradições britânicas sem que estas sejam atreladas a acontecimentos políticos, estes ficando nas mãos do parlamento. (HILL e BEADLE, 2004; HOBBSAWM, 1997)

Uma prova dessa capacidade de *Soft Power* da família real é o fato de que esta contribui anualmente com aproximadamente 44 milhões de libras, e as memorabilias e produtos atrelados à família real vendem consideravelmente no mundo todo. (HILL e BEADLE, 2014)

#### **4.2.3. Benefícios da imagem da União Europeia**

Em seu livro “*Soft Power*” Joseph Nye (2004) fala sobre o as capacidades de *Soft Power* da Europa como todo, e este quadro também afeta o Reino Unido por razões óbvias, mas ao mesmo tempo a sua não integração completa ao bloco faz dele um caso complexo.

O primeiro benefício do Reino Unido em relação à imagem externa da Europa é a grande participação do bloco na resolução de problemas globais, estando este engajado em diversos programas relacionados à luta contra o terrorismo, redução da pobreza e da fome, direitos humanos, e presença em discussões relativas ao meio ambiente. Um exemplo disso quando Nye (2004), afirma que o primeiro ministro da Malásia, Mahathir bin Mohamad, uma vez discursou que preocupação com meio ambiente e direitos humanos são “valores europeus”. (NYE, 2004)

Nye (2004) ainda afirma que:

“The vast majority of Americans recognize this as well: nearly nine in ten agree that the EU can help solve world problems through diplomacy,

trade, and development aid even though it is not as militarily powerful as the U.S.”<sup>49</sup> (Nye, 2004, p.78).

Segundo Nye (2004) a imagem da União Europeia também é muito positiva perante os jovens, pois suas políticas públicas fazem juízo a diversos valores populares entre estes que vivem em democracias modernas:

“European policies on capital punishment, gun control, climate change, and the rights of homosexuals are probably closer to the views of many younger people in rich countries around the world than are American government policies”<sup>50</sup> (Nye, 2004, p. 79).

Isso se opõe justamente à visão negatizada dos Estados Unidos, que segundo Nye é visto como um país de posição extremista, que protege o mau comportamento da imprensa e de diversos discursos racistas e de várias outras formas de ódio. Essa comparação é importante, pois coloca os países europeus, incluindo o Reino Unido, como países de atitudes mais politicamente corretas, se fazendo assim (nesse setor), mais atraentes do que os EUA, principalmente entre os jovens. (NYE, 2004)

Países europeus também são vistos, assim como já foi explicado nesse capítulo ao falar das capacidades culturais do Reino Unido, como ricos em cultura por decorrência de sua história. (NYE, 2004)

A política externa da União Europeia também é considerada muito positiva, por se conectar a atividades bem vistas pela comunidade internacional. O bloco ganha muita credibilidade por seus posicionamentos a respeito de mudanças climáticas, direito internacional, e acordos de direitos humanos. Segundo Nye (2004), os europeus também dão mais ajuda financeira do que os Estados Unidos, além de ter mais tropas em missões humanitárias do que os americanos. (NYE, 2004)

O autor também argumenta que a Europa se vende como uma ilha de paz com grandes níveis de qualidade de vida e desenvolvimento, e ainda afirma que é de fato impressionante o que foi alcançado com a União Europeia, tendo em mente que os países do continente passaram grande parte de sua história em guerra entre si, e esse cenário foi substituído por cooperação e solução de controvérsias (de forma

---

<sup>49</sup> A grande maioria dos americanos reconhece isso também: Mais ou menos entre nove de dez acreditam que a União Europeia pode ajudar a resolver problemas mundiais através da diplomacia, comércio e auxílio a desenvolvimento mesmo sem ser tão poderosa quanto os Estados Unidos militarmente. (Minha Tradução)

<sup>50</sup> Políticas europeias a respeito de pena de morte, controle de armas, mudanças climáticas, e direitos de homossexuais são mais próximas dos pontos de vista de jovens em países ao redor do mundo do que as políticas do Governo Americano. (Minha tradução)



diplomática) após a criação do bloco. Esse quadro também contribui consideravelmente a imagem positiva das nações europeias (que pertencem ao bloco) tendo em vista de que no mundo das democracias modernas, a paz e o bem estar social são extremamente valorizados. (NYE, 2004)

O encaixe do Reino Unido a esse quadro, porém, é complexo, pois por mais que este seja muito beneficiado pela imagem externa da União Europeia e se envolva em diversas políticas externas e internas que condizem a valores vangloriados pela comunidade internacional, o envolvimento (já citado neste capítulo) do Reino Unido na Guerra do Iraque mostra como o encaixe do país nesse contexto não é tão perfeito, e muitas vezes a sua política externa fica dividida entre um alinhamento com os americanos e outras vezes com a União Europeia deixando o seu encaixe a esse quadro complexo.

#### **4.4. O posicionamento do governo quanto à *Soft Power* e o incentivo governamental no segmento midiático.**

Após as reuniões a respeito das capacidades de *Soft Power* do Reino Unido, foram decididas ações que deveriam ser tomadas pelo governo para que houvesse um maior aproveitamento desses fatores identificados.

Uma das decisões foi que no mundo globalizado atual houve uma mudança a respeito das capacidades de atividade militar no exterior, e, portanto deveria haver uma mistura entre *Hard Power* e *Soft Power* do país, e dentro desse contexto fazer mais uso das forças armadas britânicas em causas humanitárias e também em países que acabaram sair de conflitos, para ajudar na reconstrução de tais. Essa decisão é importante, pois mostra a preocupação do Governo Britânico em envolver suas forças militares em ações internacionais que resultem em uma imagem externa positiva. (HOUSE OF LORDS 2014)

Outra decisão tomada pelo governo foi de que o corpo diplomático britânico deveria “garantir que a voz do Reino Unido fosse ouvida” nas maiores organizações internacionais, sendo estas a ONU, a União Europeia, no G8, no G20, no Commonwealth e na NATO (North Atlantic Treaty Organization). Ainda no campo da diplomacia, o governo britânico também decidiu que era necessário adaptar a política

externa do Reino Unido para que esta se encaixe melhor com as necessidades de um mundo “hiper conectado”. Isso é relevante para esse trabalho, pois expõe a preocupação da Grã Bretanha em estar presente em instituições multilaterais, atividade esta que aumenta a atratividade externa do país. (HOUSE OF LORDS, 2013; NYE, 2004)

Houve também o levantamento da necessidade de apoiar o sistema educacional britânico para manter a qualidade reconhecida nesse campo, e ainda promover bolsas de estudo internacionais e programas de pesquisa colaborativa nas universidades. Entre os pontos decididos, está também que deveriam ser evitadas políticas que reduzissem as capacidades de *Soft Power* do Reino Unido, entre elas, justamente, a retirada de estudantes internacionais da lista de alvos da imigração britânica.

Eles também afirmam que as universidades e as indústrias culturais britânicas vão ter cada vez mais importância para o Reino Unido, em um mundo de recursos materiais mais escassos. De acordo com o parlamento:

The UK's world leading universities and broader HE sector is one of the most central soft Power assets the UK possesses. UL universities being world leading, attract foreign students and thus expose them to UK norms and cultural values. As argued above, universities and cultural industries in general are likely to become more strategically and economically important in a world of scarce material resources, and it would be advisable to make more use of them in their soft power capacity<sup>51</sup> (House of Lords, 2013, p. 787).

Também foi decidida a necessidade de exportar mais. Nas reuniões do parlamento, foi levantado que existia em países emergentes um crescimento da quantidade de pessoas de classe média, fazendo com que locais emergentes como África, Índia, China e América Latina se tornem grandes mercados consumidores, compondo, portanto, uma grande oportunidade para o Reino Unido, inclusive na exportação de produtos culturais. Foi argumentado, então, que *Soft Power* tinha muitos frutos para o Reino Unido, principalmente em relação aos países emergentes, pois estes no futuro poderão compor um grande mercado consumidor.

---

<sup>51</sup> As grandes universidades britânicas reconhecidas internacionalmente e o seu setor de educação superior são das fontes de *soft power* mais importantes para o Reino Unido. Universidades amplamente reconhecidas atraem diversos estudantes e posteriormente os expõe para as normas da Grã Bretanha e os seus valores culturais. Como argumentado acima, universidades e indústrias culturais em geral são mais prováveis de se tornarem mais importantes tanto estrategicamente quanto economicamente em um mundo com recursos materiais escassos, e seria aconselhável fazer mais uso destas universidades e suas capacidades de *soft power*. (Minha tradução)

O parlamento reconheceu o papel das indústrias criativas britânicas no mundo e da importância do segmento na garantia das capacidades de *Soft Power* do país. Nas reuniões a respeito do uso da indústria cultural britânica, foi argumentado que:

The development of the cultural and creative industries in the twentieth century harnessed the Power of ideas and ideals to that of business on a altogether different scale: it transformed the capacity of governments to promote their values indirectly by means other than politics or war<sup>52</sup>. The first half of the century witnessed the huge growth of the film, music, radio, and television industries boosting global trade in cultural goods and services exponentially, and especially the export of US movies<sup>52</sup> (House of Lords, 2014, p.643).

O governo britânico claramente percebe os ganhos possíveis com as indústrias culturais ao reconhecer a capacidades de difusão de valores específicos de forma indireta através dos produtos criados pela indústria do entretenimento, entre estas a música. Também é possível notar algo muito comum em outros setores dos relatórios de *Soft Power* do Parlamento, que é o reconhecimento da liderança americana no entretenimento de massa.

O relatório a respeito de *Soft Power* do Parlamento ainda afirma que o Reino Unido (assim como argumentaram Hill e Beadle) tem uma grande herança histórica de grandes nomes da arte e alega que:

That confidence may have taken a knock since the banking collapse, but the UK's creative sector remains remarkably buoyant in part by the growth of the international middle class in countries like China and India – a class with discretionary spending power and an appetite for all forms of media and cultural content. The fact that 360 million people around the world speak English as their first language and that other 1.1 billion people speak it as a second language is a great bonus for UK cultural producers<sup>53</sup> (House of Lords, 2013, p. 645).

Aqui, é possível notar o reconhecimento por parte do parlamento, da ainda forte atividade das indústrias culturais britânicas mesmo em tempos de crise, dos mercados emergentes, e como estes podem compor grandes consumidores de produtos culturais

---

<sup>52</sup> O desenvolvimento de indústrias culturais e criativas no século XX fez uso do poder da difusão de ideias e ideais nesses negócios em uma nova escala: Isso transformou a capacidade de governos de promover seus valores indiretamente por outros meios diferentes do uso político da guerra. A primeira metade do século vivenciou um grande aumento das indústrias do rádio, cinematográfica, musical, e televisão aumentando consideravelmente a troca global de bens e serviços culturais, e especialmente a exportação de filmes americanos. (Minha tradução)

<sup>53</sup> Essa confiança pode ter sido reduzida desde o colapso bancário, mas o setor criativo do Reino Unido se manteve consideravelmente vivo, em parte pelo crescimento de uma classe média internacional em países com a China e a Índia – uma classe com poder de compra discricionário e um apetite por todas as formas de mídia e conteúdo cultural. O fato de que 360 milhões de pessoas no mundo todo falam inglês como a sua primeira língua e que mais 1.1 bilhões de pessoas falam a língua como língua secundária, é um grande bônus para o produtores culturais britânicos. (Minha tradução)

britânicos, e o fato de que os *cultural goods* produzidos na Grã Bretanha serem criados e exportados em inglês, a língua franca do mundo, compõe uma grande vantagem para o Reino Unido no meio de *Soft Power* no mundo globalizado. (HOUSE OF LORDS, 2013)

Entre as indústrias criativas que se mantiveram fortes mesmo em tempos de crise se encontra a indústria fonográfica britânica. Ao se observar os dados entre 2012 e 2014, o GVA (índice de contribuição de uma indústria específica para o PIB de um determinado país) da indústria musical britânica foi de 3.5 bilhões de libras em 2013 e de 4.1 bilhões de libras em 2014, com um crescimento de 5%, mostrando assim, um crescimento maior do que o da economia inglesa por completo, que foi de 2.5%. Além disso, essa indústria também gerou um alto número de empregos, no ano de 2013, com cerca de 101 mil e 680 empregos e em 2014 foram gerados cerca de 117 mil empregos. (UK MUSIC *apud* THE CREATIVE INDUSTRIES UK, 2016;)

O parlamento ainda afirmou que o Reino Unido tem um cinema de qualidade que poderia ser melhor utilizado e também servir como uma representação da riqueza cultural do Reino Unido, servindo conseqüentemente como uma forma de *Soft Power*.

A Grã Bretanha reconhece o poder dos grandes estúdios americanos, e a baixa competitividade em relação a estes no ramo das indústrias criativas, principalmente no ramo do cinema. Esse quadro se dá graças às grandes capacidades financeiras das empresas artísticas norte americanas, dificultando a competição cinematográfica, principalmente no ramo dos filmes animados, com estúdios como a *Walt Disney Studios* e vários /outros. (HOUSE OF LORDS, 2013)

Nesse contexto de competitividade, a House of Lords argumenta que:

In order to remain competitive, the UK needs an industrial strategy for its cultural and creative industries – one that is linked to, reflects and draws upon our existing soft power strengths<sup>54</sup> (House of Lords, 2013, p.648).

Nessas discussões foi levantada a necessidade de melhores estratégias de aplicabilidade desses recursos culturais, para que os produtos britânicos pudessem se manter competitivos em vendas internacionais.

---

<sup>54</sup> Para poder se manter competitivo, o Reino Unido precisa de uma estratégia industrial para as suas indústrias culturais e criativas – uma que está ligada, reflete e se baseia nas fontes de *soft power* existentes. (Minha tradução)

O Governo Britânico então reconheceu a importância de criar o melhor ambiente possível para a prosperidade dos negócios relacionados à indústria cultural do país, para que estas possam se desenvolver ainda mais e aumentar as capacidades de *Soft Power* do país. De acordo com o governo do Reino Unido:

The Government already offers tax incentives to support the creative industries, for example tax relief on film production has raised £1 billion for British films (April 2012) and tax relief for animation and high-end TV production was introduced in April 2013, and for video games in April 2014. The March 2014 Budget included proposals to introduce tax relief for regional theatre productions<sup>55</sup> (UK Government, 2014, p.25).”

Isso mostra que o governo britânico já oferece redução de impostos para a produção de diferentes ramos das indústrias artísticas, principalmente dos filmes, mas também para produções de TV e de vídeo games, além de pretenderem expandir esse quadro para produções de teatro.

Em relação à mídia, o governo britânico ainda aumentou a quantia de dinheiro doada para a BBC e o seu *World Service*, aumentando o *budget* da instituição em 5 milhões de libras em 2013. Porém, foi reforçada a necessidade de garantir que a emissora continuasse independente em administração e funcionamento, pois é justamente essa independência que garante a sua credibilidade, que rende tantos frutos ao Reino Unido em *Soft Power*.

O governo também afirma que:

In addition, Arts Council England will invest £1.4 billion of Government funding and an estimated £1 billion of National Lottery funding in arts and cultural programmes (2011-2015). The British Film Institute (BFI) will invest almost £500 million over the next five years to help the film industry grow<sup>56</sup> (UK Government, 2014, p.25).

O governo do Reino Unido, então, em 2014 ainda pretendia aumentar o incentivo governamental em cima do meio artístico, principalmente no cinema nacional, fazendo doações por meio de órgãos britânicos que estão relacionados com a cultura e as produções artísticas.

---

<sup>55</sup> O governo já oferece incentivos tarifários para ajudar as indústrias criativas, por exemplo a redução de tarifas relativas à produção de filmes aumentou o orçamento para a produção de filmes britânicos em um bilhão de libras (Abril de 2012) e a redução de impostos para animações e produções televisivas foi introduzida em abril de 2013, e para jogos virtuais em 2014. Em março de 2014 o orçamento incluía propostas para introduzir a redução de impostos para produções regionais de teatro. (Minha tradução)

<sup>56</sup> O *Arts Council England* ainda vai investir 1.4 bilhões de libras do dinheiro do governo e uma quantia estimada de 1 bilhão de libras do orçamento da *National Lottery* em artes e programas culturais (2011-2015). O Instituto de Cinema Britânico (BFI) vai investir quase 500 milhões de libras, nos próximos cinco anos para ajudar a indústria cinematográfica a crescer. (Minha tradução)

A indústria cinematográfica, porém não é o único setor artístico que recebeu incentivo do governo. As exportações de música também receberam auxílio governamental através do MEGS (*Music Exports Scheme*). O MEGS é um projeto da BPI<sup>57</sup> (*British Phonographic Industry*) financiado pelo UKTI<sup>58</sup> (*UK Trade and Investment*), e foi fundado em setembro de 2013. (THE GUARDIAN, 2013)

De acordo com a BPI, o programa nasceu primeiramente com o intuito de disponibilizar quantias de dinheiro que iam de entre 5 mil a 50 mil libras para companhias de artistas independentes, para que estes pudessem ampliar as suas exportações e construir uma audiência fora do país. Em 2014, mais de 200 mil libras foram doadas para companhias de música independente inglesa. (BPI, 2013; UK GOVERNMENT, 2014; THE GUARDIAN, 2014)

Em 2015 o programa disponibilizou mais de 200 mil libras para treze companhias independentes britânicas para que estas possam melhorar as suas capacidades de negócios, e auxiliar tanto os seus artistas quanto os seus projetos internacionais nos Estados Unidos, na Ásia e na Europa. O dinheiro é doado para ser utilizado também em marketing internacional, músicos de apoio, turnês, e várias outras atividades relacionadas.

De acordo com o Ministro de *Trade and Investment*, Lord Maude:

“The Music Export Growth Scheme has helped a new generation of British musical talent gain international recognition and boost the sales of UK music abroad; creating jobs and growth for the UK economy. I wish the latest recipients well as they grow their fan base abroad” (Maude, 2015)

As novas rodadas de investimento do MEGS em 2015 ocorreram, justamente, como consequência da grande contribuição financeira feita pela indústria musical britânica entre 2012 e 2014 (anos de análise desse trabalho). De acordo com o Governo Britânico, o *creative sector*<sup>59</sup> do país rendeu em 2013 uma quantia de mais ou menos 17 bilhões de libras só em exportações, e grande parte desse número veio da indústria fonográfica, por resultado de seu número crescente de vendas, que em 2013 contribuiu com 3.8 bilhões de libras para a economia britânica. (UK GOVERNMENT, 2014)

---

<sup>57</sup> Grupo privado composto por cerca de 300 gravadoras instaladas no Reino Unido, com diversas gravadoras independentes e também as três maiores gravadoras do mundo: a *Universal Music*, a *Warner Music* e a *Sony Music*. A BPI é responsável por cerca de 85% da música produzida na Grã Bretanha.

<sup>58</sup> Orgão governamental que cuida das políticas de aumento das exportações e dos investimentos dentro da Grã Bretanha.

<sup>59</sup> Setor criativo (Minha tradução)

O MEGS foi criado para auxiliar artistas independentes pois estes por si já fazem um boa contribuição financeira para o país. De acordo com o governo da Grã Bretanha, entre as vendas externas da indústria musical do Reino Unido em 2014, os artistas independentes compuseram cerca de 23.4% do número total de vendas (UK GOVERNMENT, 2014). Essa contribuição é importante, pois faz destes artistas um bom investimento para o governo, já que a economia nacional pode colher muitos frutos da expansão do público desses artistas em outros países.

De acordo com o Governo do Reino Unido em 2015:

Over the last 18 months the Music Export Growth Scheme which is run by UK Trade and Investment (UKTI) and UK music body BPI - has awarded support to 89 independent music companies across England, Scotland, Northern Ireland and Wales. According to estimated figures from BPI, this has generated an approximate return on investment of £8.50 for every £1 invested<sup>60</sup> (UK Government, 2015).

Devido ao alto sucesso do MEGS<sup>61</sup>, o governo continua a incentivar a indústria fonográfica independente com quantias cada vez maiores, tendo em vista justamente o retorno financeiro do projeto que de acordo com o governo, a cada libra investida, o país recebe em troca 8.50 libras (UK GOVERNMENT, 2014).

Os ganhos do programa, porém, não são só financeiros. Como foi argumentado pelo decorrer deste trabalho científico, a música também traz ganhos políticos no sistema internacional, e conseqüentemente, com um maior consumo de materiais fonográficos, ocorre justamente uma maior assimilação da cultura do Reino Unido e seus valores que constroem uma imagem externa mais positiva do país, melhorando assim a sua atratividade e o seu poder no campo internacional.

---

<sup>60</sup> Nos últimos 18 meses o MEGS, que é gerido pelo *UK Trade and Investment* e a BPI – concedeu apoio a 89 companhias independentes na Inglaterra, na Escócia, na Irlanda do norte e no País de Gales. De acordo com a BPI, o programa gerou um retorno de aproximadamente 8.50 libras para cada uma libra investida. (Minha tradução)

<sup>61</sup> Devido a seu sucesso, o programa foi renovado para novas rodadas de investimento em 2016. (BPI, 2016) (Minha tradução)

## 5. Considerações Finais

É possível concluir com esse trabalho, que na própria natureza do poder existe um limite à dominação exercida pela coerção, que se estende às Relações Internacionais e conseqüentemente faz necessária a utilização do que Joseph Nye (2004) chamou de *Soft Power*.

Dentro da teoria de *Soft Power*, se faz presente justamente o uso da disseminação de valores culturais, e como o próprio Nye (2004) argumenta, os países que são bem sucedidos nesse ramo do poder internacional, são justamente aqueles que difundem valores que o autor considera universais, sendo estes os valores liberais.

Também foi explanada, a fonte da valorização desses valores, que data ao liberalismo político de Jhon Locke e tem como marco histórico a Revolução Francesa que coloca o indivíduo no centro do universo, disseminando a individualidade assim também como a cultura do indivíduo como dono de seu próprio destino no pensamento ocidental.

Dentro desse sistema de valores ocidentais, temos as artes. As artes, e mais especificamente a música, é um resultado de uma cultura, e conseqüentemente funciona também como uma representação desta e os valores nela embutidos. Quando se faz da música um produto a ser vendido, a indústria cultural a utiliza de forma que permita uma melhor assimilação desta, apelando para ideias amplamente aceitas. No caso desse trabalho, que foca na indústria cultural ocidental e mais especificamente na indústria cultural britânica no território norte americano, temos a utilização de valores individualistas considerados universais tanto no ocidente como um todo, mas ainda mais nas nações de tradição anglo-saxônica.

Existe também a utilização, por parte da indústria cultural, de estilos musicais muito comuns nesses países, amplamente aceitos no mundo todo por decorrer de uma globalização desigual que globaliza gostos musicais e ainda faz com que estes sejam ainda mais aceitos, na língua franca do mundo atual (o inglês), que só ocupa essa posição graças a um processo de hegemonia que começou com os britânicos e foi continuado pelos Estados Unidos no século XX.

A indústria cultural britânica faz justamente uso de elementos reconhecíveis que facilitam a assimilação da música e traz consigo altos números de venda internacional.



Entre esses elementos reconhecíveis temos justamente, a língua inglesa que os indivíduos já estão acostumados a ouvir em música por decorrência do poder majoritário das indústrias de entretenimento de massa americana e britânica, o estilo musical que também é reconhecível por decorrência de uma globalização desigual de gostos musicais, que pende para os estilos vigentes nos países detentores das maiores capacidades midiáticas (Estados Unidos e Grã Bretanha) e por último os valores liberais políticos que são perfeitamente reconhecíveis graças à Revolução Francesa e a sua centralização do indivíduo. Esses elementos reconhecíveis tem justamente a capacidade de atravessar diversas barreiras nacionais, culturais e sonoras por decorrência de uma hegemonia anglo-saxônica que resulta em uma globalização desigual.

O fato de que cinco dos dez álbuns mais vendidos no mundo todo em 2014 serem por parte de artistas britânicos se dá justamente pela disseminação desses elementos reconhecíveis. Geoff Taylor, chefe executivo da BPI (*British Phonographic Industry*) argumenta que esse resultado se dá também, em parte, pelo fato de que o Governo Britânico fornece apoio financeiro a indústria fonográfica nacional através do MEGS (*Music Exports Growth Scheme*), ao doar dinheiro para companhias de artistas independentes para que estas possam melhorar suas estratégias e atividades externas, além claro também, de suas exportações. (BPI, 2015)

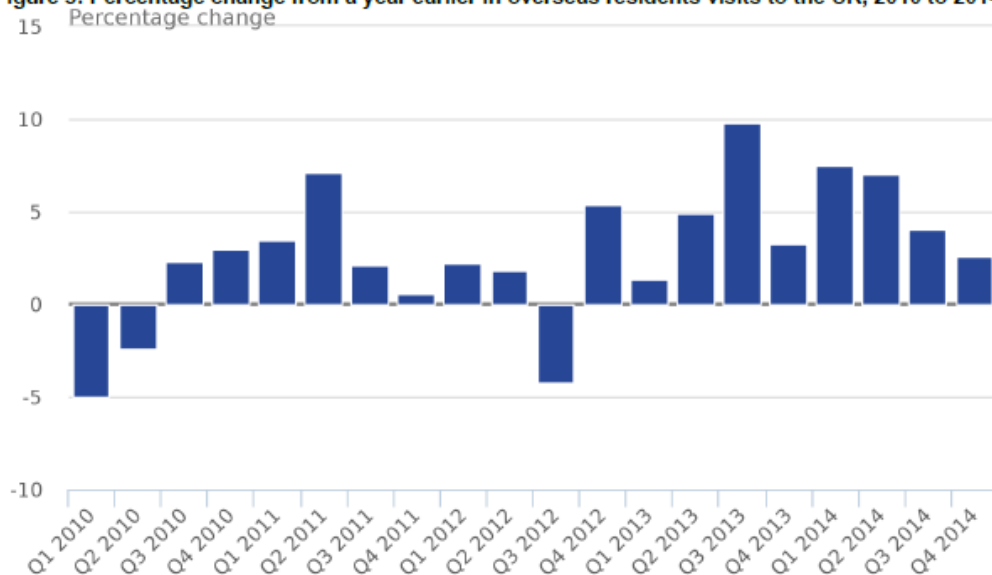
A disseminação desses valores individualistas por parte da música britânica garante ainda maiores sucessos dentro dos Estados Unidos, pois o liberalismo político e os ideais de liberdade assim como foi argumentado no primeiro e no terceiro capítulo desse trabalho, tem a sua maior representação na sociedade norte americana, além de ainda compartilharem a mesma língua e a aceitabilidade de estilos musicais similares, tendo em vista que a internacionalização de gostos musicais ocorre justamente a favor dessas duas nações garantindo, assim, a assimilação dos materiais fonográficos britânicos difundidos no país.

O alto consumo de música que reproduz ideologias vigentes em um mundo globalizado, faz possível o uso desta para criar uma imagem idealizada do país difusor, que mesclada às suas atitudes governamentais internas e externas, influenciam como este é visto, e posteriormente, podem afetar de forma positiva ou negativa o seu status no sistema internacional. No caso do Reino Unido, os altos índices de venda de música britânica em todo o mundo mostra como ocorre uma grande aceitação desse segmento

de sua indústria cultural, e consequentemente cria uma imagem externa positiva do país, aumentando a sua atratividade e o seu status no sistema internacional.

O Gráfico a seguir compara o número de estrangeiros que visitaram o país entre 2010 e 2014.

**Figure 3: Percentage change from a year earlier in overseas residents visits to the UK, 2010 to 2014**



Source: International Passenger Survey (IPS) - Office for National Statistics

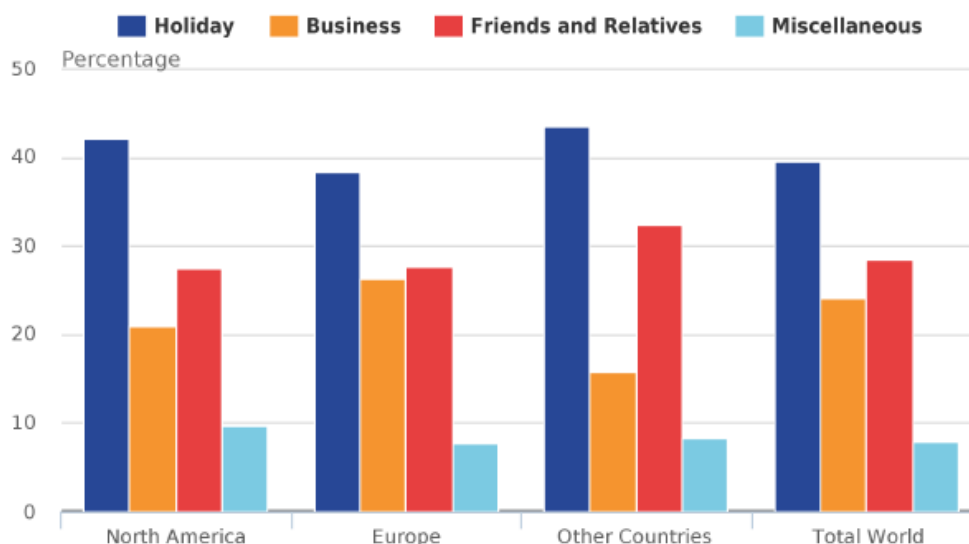
**Gráfico 5: Gráfico Comparativo de número de visitas por estrangeiros ao Reino Unido entre 2010 e 2014**

Fonte: *Office for National Statistics*

Nesse gráfico é possível notar o aumento do número de visitantes no ano de 2011, no fim de 2012 e no ano de 2013. De acordo com o órgão, o maior número de visitas ocorreu justamente para visitas turísticas, e não por negócios, ou para visitar parentes que moram no país. As visitas turísticas por estrangeiros ao país teve o seu ápice segundo a ONS em 2014, com 13.6 milhões de visitantes, compondo um aumento de 7.2% em comparação com o ano de 2013. Os gastos por parte dos estrangeiros no país também recebeu um aumento em 2014, atingindo um ganho de 8.7 bilhões de libras. (ONS, 2014)

O Gráfico a seguir, mostra os quatro tipos de viagens mais feitos para a Grã Bretanha em 2014, e as divide por nacionalidade. A barra azul representa as viagens recreativas, a lacuna laranja está ligada às viagens de negócios, a vermelha corresponde às visitas feitas a parentes, e a barra azul clara expõe outras razões.

Figure 7: Proportion of overseas residents visits to the UK by purpose and region of residence, 2014



Source: International Passenger Survey (IPS) - Office for National Statistics

Gráfico 6: Comparação de propósitos de viagem à Grã Bretanha no ano de 2014

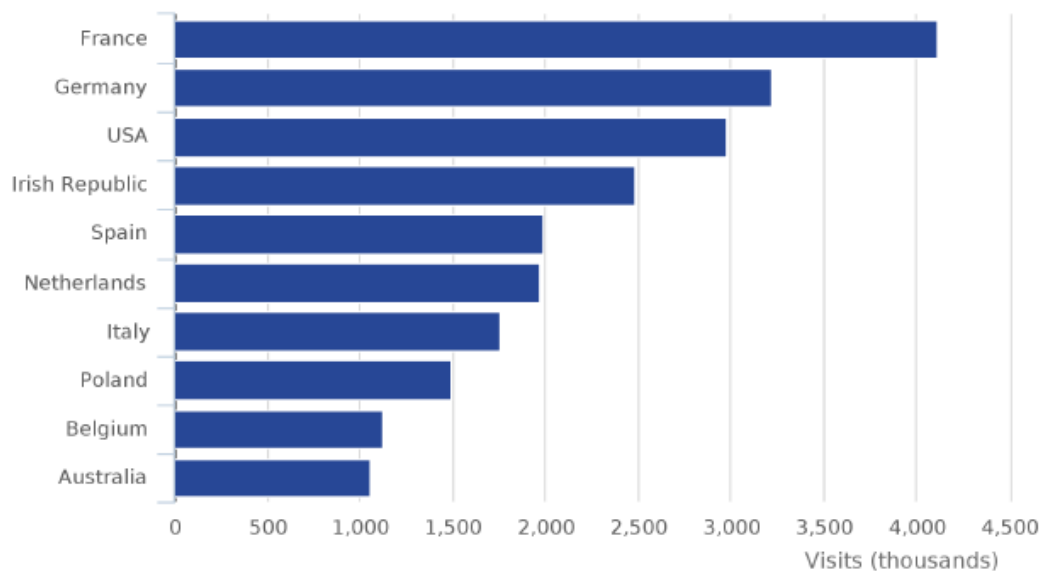
Fonte: *Office for National Statistics*

É possível notar aqui, justamente a predominância das viagens feitas puramente por diversão, e não por negócios. É relevante também perceber como os temas de viagem por parte dos europeus são mais mistos que os dos americanos, pois os primeiros viajam mais por negócios do que os estrangeiros vindos dos Estados Unidos.

No caso dos Estados Unidos, essa atratividade construída pelo Reino Unido pode ser vista através dos índices de viagem de americanos que vão à Grã Bretanha e seus gastos no local. Devido aos jogos olímpicos sediados no país em 2012, houve uma quantidade considerável de visitantes estrangeiros ao Reino Unido, e a maior parte desses visitantes vinham dos Estados Unidos. De acordo com a ONS (*Office for National Statistics*), cerca de 63 mil visitantes americanos visitaram a Grã Bretanha ficando na frente da França com 54 mil visitantes e da Alemanha com 46 mil visitantes.

Porém, os americanos depois de 2012 viajaram menos para o Reino Unido do que outros estrangeiros do mesmo continente. O Gráfico a seguir compara a quantidade de visitas ao Reino Unido, por nacionalidade.

Figure 9: Top 10 visiting countries: number of visits, 2014



Source: International Passenger Survey (IPS) - Office for National Statistics

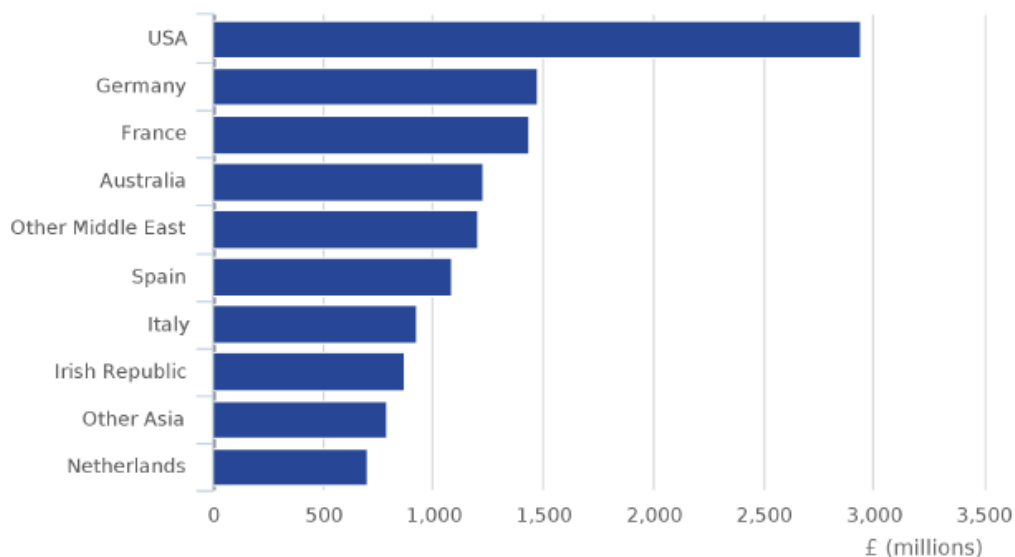
Gráfico 7: Nacionalidades que mais visitaram o Reino Unido em 2014

Fonte: *Office of National Statistics*

Portanto, é possível perceber uma predominância francesa e alemã entre os visitantes, porém é importante lembrar que estes dois dos países são os mais próximos geograficamente do Reino Unido, além de terem maior facilidade para entrar no país devido aos acordos de livre circulação de pessoas da União Europeia. Os Estados Unidos se encontram em terceiro lugar na lista, e os americanos são os estrangeiros de fora da Europa que mais visitam a Grã Bretanha, estando mais a frente até mesmo de diversos outros países europeus como a República da Irlanda, Espanha, Holanda, Itália, Polônia e Bélgica, que dividem distancias geográficas muito menores.

O próximo gráfico mostra quanto foi gasto no Reino Unido por parte de estrangeiros no ano de 2014, dividido também por nacionalidade.

Figure 10: Top 10 spending countries: total expenditure in the UK, 2014



Source: International Passenger Survey (IPS) - Office for National Statistics

Gráfico 8: Nacionalidades que mais gastaram em suas viagens ao Reino Unido

Fonte: Office for National Statistics

Os Estados Unidos ao contrário dos outros países europeus, são de longe os que mais gastam em suas viagens ao Reino Unido, ficando a frente da Alemanha e da França.

Esses dados servem para mostrar o grau de atratividade externa do Reino Unido que se converte em capacidades de *Soft Power* Britânico, tanto para o mundo todo como para os Estados Unidos. O fato dos americanos serem os estrangeiros não europeus que mais visitam a Grã Bretanha, e ainda serem de longe os que mais gastam no país em suas visitas, mostra como o *Soft Power* do Reino Unido agrária resultados significativos dentro do território estadunidense.

Esse quadro de atratividade que se converte em poder britânico é justamente um resultado dos ganhos da indústria cultural do Reino Unido no país, combinados claro com diversas outras fontes de *soft power* que constroem uma imagem externa positiva da Grã Bretanha. A indústria fonográfica do país compõe o setor mais bem sucedido do mercado cultural britânico, carregando consigo altos números de venda no mundo todo, e ainda mais nos Estados Unidos, justamente por decorrência de um material fonográfico demasiadamente Inglês, que com características de *Englishness*, possibilita

conexões simbólicas entre duas nações que partilham da mesma língua e valores liberais políticos.

## **Referências Bibliográficas**

BOBBIO, NOBERTO. **Dicionário de Política**. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

COLLS e DODD, Robert e Philip. **Englishness politics and culture 1880 – 1920**. Bloomsbury Publishing, 2014.

CRYSTAL, David. **English as a Global Language**. 2ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GARFIAS, Robert. **Music the cultural context**. Estados Unidos: National Museum of Ethnology, 2004.

GIDDENS, Antony. **Mundo em descontrolado: O que a globalização está fazendo de nós**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. 9ª edição. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

HOBBSBAWN, Eric. **A invenção das tradições**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KUMAR, Krishan. **The making of English national identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MORGAN, Kenneth O.. **The Oxford History of Britain**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

LIND, Michael. **The American way of strategy: U. S. Foreign Policy and The American Way of Life.** Estados Unidos da América: Oxford USA II, 2006.

NYE, Joseph. **Soft Power: The means to success in world politics.** Estados Unidos: Public Affairs, 2004

REALE, Giovanni. **História da Filosofia: de Nietzsche à escola de Frankfurt.** São Paulo: Editora Paulus, 2006.

SOLOMON, Michael R.. **O comportamento do consumidor.** 9 edição. Porto Alegre: Bookman, 2011.

WEFFORT, Francisco. **Os clássicos da política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu.** 13ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2000.

### **Artigos**

COSTA, Jean. A modernidade e o problema nacional: Hermenêutica histórica das noções de ‘nação’, ‘etnia’ e raça na teoria social clássica e contemporânea. **Revista ANTHROPOLÓGICAS.** 2006.

FERREIRA, Lier Pires. As bases do pensamento democrático liberal: Uma visita às obras de Jhon Locke e Jean-Jacques Rousseau. **Perspectiva Sociológica.** 2009.

HILL e BEADLE, Christopher e Sarah. The Art of Attraction: Soft Power and the Uk’s Role in the World. **British Academy.** 2014

PINTO, Luiz. Aspectos da filosofia política de Jhon Locke e a sua aplicação na contemporaneidade. **SINAIS – Revista Eletrônica.** 2007.

LEITE e SCHLESNER, Patrícia e Anita. Hegemonia: Considerações acerca do pensamento de GRAMSCI. **PUCPR.** 2007



MCCLORY, Jonathan. The new Persuaders: An international ranking of soft power. **Institute for Government**. 2010

MELLO e DONATO, Vico e Manuela. O pensamento iluminista e o desencantamento do mundo: Modernidade e a Revolução Francesa como Marco Paradigmático. **Revista Crítica Histórica**. 2007.

MINTZ, Sydney. Cultura: Uma visão Antropológica. **SCIELO**. 2009

ROSEN, Steven. An outline of british history. **Steven Rosen**. 2011.

### **Periódicos**

INGLATERRA. BANK OF ENGLAND. **How have world shocks affected the UK economy?.** 2014

REINO UNIDO. UK PARLIAMENT: HOUSE OF LORDS. **SOFT POWER AND THE INFLUENCE COMMITTEE**. 2013.

REINO UNIDO. OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS. **TRAVEL TRENDS**. 2013

REINO UNIDO. OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS. **TRAVEL TRENDS**. 2014

REINO UNIDO. UK GOVERNMENT: **Government response to the House of Lords Committee of Soft Power and UK's Influence. Report Session 2013-2014**. 2015

### **Páginas da Web**

The World Fact Book: United Kingdom. **CIA**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/uk.html>>. Acessado em 20 de novembro de 2016.

About the British Council. **British Council**. Disponível em: <<https://www.britishcouncil.org/organisation>>. Acessado em 08 de outubro de 2016.

About the British Academy. **British Academy**. Disponível em: <<http://www.britac.ac.uk/about-british-academy>>. Acessado em 16 de novembro de 2016.

About the UK Trade and Investment. **UK GOVERNMENT**. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/organisations/uk-trade-investment>>

About the British Academy. **British Academy**. Disponível em: <<http://www.britac.ac.uk/about-british-academy>>. Acessado em 16 de novembro de 2016.

About the BPI. **BPI**. Disponível em: <<https://www.bpi.co.uk/about-bpi.aspx>>. Acessado em 10 de novembro de 2016.

Adele's '21' 2012's Best Selling Album; Gotye has Top Song. **Billboard**. Disponível em: <<http://www.billboard.com/articles/news/1481614/adeles-21-2012s-best-selling-album-gotye-has-top-song>>. Acessado em 5 de novembro de 2016.

True Value of Musi Industry to UK Economy Revealed. **UK MUSIC**. Disponível em: <<http://www.ukmusic.org/news/true-value-of-music-industry-to-uk-economy-revealed>>. Acessado em 20 de novembro de 2016.

UK music industry turns up de global volume. **The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/small-business-network/2015/dec/30/uk-music-industry-export-success-indie-label>>. Acessado em 12 de março de 2016.

British music industry added £3.8bn to the UK economy in 2013. **The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/music/2014/sep/17/british-music-industry-38bn-uk-economy-2013-measuring-music-report>>. Acessado em 12 de maio de 2016.

Market Value. **Uk Criative Industries.** Disponível em: <  
<http://www.thecreativeindustries.co.uk/industries/music/music-facts-and-figures/uk-music-market-size-and-value>> Acessado em 20 de novembro de 2016.

Music Helps UK lead the World in Soft Power. **BPI.** Disponível em: <  
<https://www.bpi.co.uk/home/music-helps-uk-lead-the-world-in-soft-power.aspx>>.  
Acessado em 04 de março de 2016.

Record Breaking number of tourists in London in 2013. **BBC.** Disponível em:  
<<http://www.bbc.com/news/uk-england-london-27323755>>. Acessado em 04 de março de 2016.

Music Exports hit a note with UK Government as more labels and songwriters receive funding boost. **UK Government.** Acessado em: <  
<https://www.gov.uk/government/news/music-exports-hit-a-note-with-uk-government-as-more-labels-and-songwriters-receive-funding-boost>>. Acessado em 20 de novembro de 2016.

Medal Table. **BBC.** Disponível em: <  
<http://www.bbc.com/sport/olympics/2012/medals/countries>>. Acessado em 18 de novembro.

British Army could be cut to just 50,000 over next four years, report warns. **The Telegraph.** Disponível em: <  
<http://www.telegraph.co.uk/news/uknews/defence/11449136/British-Army-could-be-cut-to-just-50000-over-next-four-years-report-warns.html>>. Acessado em 18 de novembro de 2016.

Spending on military could fall after general election, David Cameron admits. **The Telegraph.** Disponível em: <  
<http://www.telegraph.co.uk/news/uknews/defence/11324086/Spending-on-military-could-fall-after-general-election-David-Cameron-admits.html>>. Acessado em 18 de novembro de 2016.

Military at war with David Cameron as top brass threaten to quit over defence budget cuts. **Mirror**. Disponível em: < <http://www.mirror.co.uk/news/uk-news/military-war-david-cameron-top-5340023>>. Acessado em 18 de novembro de 2016.

Britain's armed forces no longer have the resources for a major war. **Spectator**. Disponível em: <http://www.spectator.co.uk/2015/11/britains-armed-forces-no-longer-have-the-resources-for-a-major-war/>>. Acessado em 18 de novembro de 2016.

Army weakened by recruitment failure. **The Guardian**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk/2008/apr/27/military.defence>>. Acessado em 18 de novembro de 2016.

United Kingdom GDP Growth Rate. **Trading Economics**. Disponível em: < <http://www.tradingeconomics.com/united-kingdom/gdp-growth>>. Acessado em 20 de novembro de 2016.

United Kingdom GDP. **Trading Economics**. Disponível em: < <http://www.tradingeconomics.com/united-kingdom/gdp>>. Acessado em 20 de novembro de 2016.

The Soft Power Ranking 2015. **Portland Communications**. Disponível em: < <http://softpower30.portland-communications.com/ranking/>>. Acessado em 10 de maio de 2016.

Línguas de Contato. **Sala.org**. Disponível em: <<http://www.sala.org.br/index.php/1/412-lingua-de-contato>>. Acessado em 10 de novembro de 2016.

All Grammy Nominees. **Grammy.com**. Disponível em: <<https://www.grammy.com/nominees/search>>. Acessado em 18 de novembro de 2016